



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Campus I – Salvador
Departamento de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade

IRLENA MOREIRA LOPES DE SOUSA

**UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
ESCOLAR NA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF^a. NORMA
VÍDERO - MUNICÍPIO DE ITABUNA-BA.**

SALVADOR

2007

IRLENA MOREIRA LOPES DE SOUSA

**UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
ESCOLAR NA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF^a. NORMA
VÍDERO - MUNICÍPIO DE ITABUNA-BA.**

DISSERTAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação e Contemporaneidade, Universidade do
Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Ivan Luiz Novaes

SALVADOR

2007

Catálogo na fonte: Biblioteca Luiz Henrique Dias Tavares – PPGEduc - UNEB

S725

Sousa, Irlena Moreira Lopes de

**Uma Análise da participação da comunidade escolar na
elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal
Profª Norma Vídero - Município de Itabuna-Ba/Irlena Moreira Lopes
de Sousa – Salvador, 2007.**

152 f.: il.

Orientador Profo. Dro. Ivan Luiz Novaes

*Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia.
Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação e
Contemporaneidade.*

**1.Planejamento educacional 2.Escola MunicipalProfªNorma Vídero
3. Educação . I. Título.**

CDD 371.3

IRLENA MOREIRA LOPES DE SOUSA

**UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
ESCOLAR NA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF^a. NORMA
VÍDERO - MUNICÍPIO DE ITABUNA-BA.**

SALVADOR

2007

FOLHA DE APROVAÇÃO

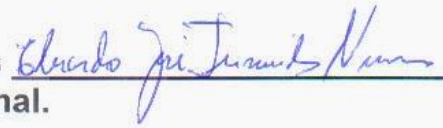
**“UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA
ELABORAÇÃO DO PROJETO-POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA PROFA.
NORMA VÍDERO DO MUNICÍPIO DE ITABUNA - BA”**

Irlena Moreira Lopes de Sousa

Dissertação submetida à Comissão Examinadora pelo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade e por Professores convidados de outras instituições como parte de requisitos necessários a obtenção do grau de mestre.

Prof. Dr. Ivan Luiz Novaes 
Doutorado em Educação.
Universite de Sherbrooke, U.S., Canadá.

Profa. Dr^a. Norma Lúcia Vídero Vieira Santos 
Doutorado em Educação.
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.

Prof. Dr. Eduardo José Nunes Fernandes 
Doutorado em Análise Geográfica Regional.
Universidade de Barcelona, UB, Espanha.

Salvador 2007

A

Salustiano e Joana, meus pais, por terem me ensinado a viver dignamente.

Raimundo, meu esposo por estar sempre ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela luz que ilumina os meus atos;

A UNEB, pela concessão da Bolsa de Estudo do Programa de Ajuda de Custo (PAC);

Ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia – Campus XVIII / Eunápolis – da UNEB, pela liberação das atividades acadêmicas e total apoio a esta pesquisa;

Aos meus filhos, Luan Mateus, Raíza, pela compreensão de minhas ausências e pelo amor incondicional;

Ao meu marido Raimundo Alves de Sousa, grande companheiro cujo destino nos colocou no mesmo caminho, partilhando os mesmos ideais. Agradeço suas valiosas sugestões nos momentos decisivos e importantes de minha vida, bem como o constante estímulo, dedicação e atenção, oferecendo-me sempre as condições e proteções necessárias para a realização de minha dissertação de mestrado;

Aos meus pais, pelo carinho, atenção e presença constante junto aos meus filhos, dando-me paz e tranquilidade para que eu pudesse continuar meus estudos;

Aos meus irmãos, pelo carinho, pelo apoio e atenção;

Ao meu sobrinho, Fabrício pelo apoio na realização da pesquisa de campo. Agradeço a dedicação e atenção;

A minha estimada amiga, Lenilza Teodoro pelo apoio imensurável na realização de minha dissertação de mestrado. Agradeço a valiosa amizade;

O meu orientador, Dr. Ivan Luiz Novaes, pelo seu apoio, paciência, dedicação e atenção. Agradeço o seu valioso exemplo de amizade;

Aos professores Norma Vídero e Eduardo Nunes, pelas observações e contribuições ao trabalho na Pré-Banca;

Aos colegas de turma, funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade;

À Escola Municipal Profª. Norma Vídero; seus funcionários, alunos, direção e coordenação;

Enfim, a todos os que me ajudaram a percorrer a trajetória de construção deste trabalho.

Mas é preciso ter manha,
É preciso ter graça.
É preciso ter sonho, sempre.
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida.

Música de Milton Nascimento e Fernando Brant.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta um estudo de interpretação e de análise do processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Prof^a. Norma Vídero, no município de Itabuna–Bahia, no período entre 2005 a 2007. A pesquisa se baseia à luz das categorias analíticas: participação e concepção emancipatória apoiado na teoria da Análise de Discurso e do método de abordagem interpretativo analítico, mediante estudo de caso, tendo como sujeitos: a diretora; a vice-diretora; professores; funcionários; alunos e pais de alunos. Os dados foram coletados mediante análise documental e interpretação das entrevistas com o uso da técnica de grupo focal. Os objetivos da pesquisa destinaram-se à: verificar como os membros da comunidade Escolar se envolveram na elaboração do PPP da Escola Municipal Prof^a. Norma Vídero; detectar elementos condicionantes favoráveis e ou desfavoráveis à participação dos Membros da Comunidade Escolar; averiguar que concepções sobre o PPP prevalecem no âmbito da Escola e verificar em que medida ocorre à parceria entre Fundação Marimbeta e Escola Norma Vídero. O principal resultado da pesquisa demonstra que, a despeito de algumas dificuldades existiu uma participação efetiva dos segmentos escolares na elaboração do PPP da Escola Municipal Prof^a. Norma Vídero.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico, Participação, Concepção Emancipatória.

ABSTRACT

This research presents a study of interpretation and analysis of the process of elaborating the project pedagogic – politician of the district school prof. Norma Vídero in the district of Itabuna - Bahia in the period between 2005 and 2007. The research is based on analytical categories: participation and a emancipating concept supported by the theory of analysis of exposition, and the method of analytic interpretative approach, by means of case studies, having as subjects: the director, the vice director, teachers, functionarys, students and parents of students. The data had been collected by means of analysis and interpretation of the interviews, with the use of focal group documentary tecnic. The objectives of the research had been destined: to verify how the members of the school community are involving themselves in elaborating of the PPP of the Municipal School Prof Norma Vídero: to detect favorable or unfavorable conditioning elements of the members belonging to the school community; to inquire which concepts about the PPP prevail in the school domain and to verify in which measure it takes place to partnership between Foundation Marimbeta and the School Norma Vídero. The main result of the research demonstrates that in spite of some difficulties, there was effective participation of the school segments in working out the PPP of the District School Prof. Norma Videro.

Key-words: Project pedagogic – politician, Participation, Emancipating Concept

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	18
2.1. A gestão como espaço público de direito	18
2.2. A gestão democrática na perspectiva da participação	20
2.3. O Sistema Municipal de Educação de Itabuna: novas possibilidades	22
2.4. Fundação Marimbeta	29
2.4.1. Breve histórico	29
2.5. Escola Municipal Profª Norma Vídero	32
2.5.1 Características	32
2.6. O ambiente físico-social do bairro Fonseca	37
2.6.1 Características do bairro Fonseca	37
2.7. Documentos norteadores para o funcionamento da Escola Norma Vídero	39
3. OBJETIVOS	43
3.1 Geral	43
3.2 Específicos	43
4. QUADRO CONCEITUAL	44
4.1. Projeto Político-Pedagógico	44
4.1.1. A relevância do Projeto Político-Pedagógico	50
4.1.2. Discutindo Educação, Legislação e Contextualização Histórica do Projeto Político-Pedagógico no Brasil	52
4.1.3. Discutindo educação (breve contextualização)	52
4.2. Discutindo Legislação	55
4.2.1. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61)	55
4.2.2. A Lei Federal nº. 5.692/71	56
4.2.3. A atual Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº. 9.394/96)	58
4.2.4. A Lei nº 9.394/96 e o PPP	60
4.3. PARTICIPAÇÃO: construção e conquistas	61
4.3.1. A educação e a Escola: conexões possíveis no contexto da participação	63
4.3.2. Valores e Princípios orientadores da Participação	66

4.3.3. Princípios da participação	67
5. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	71
5.1. Procedimentos Metodológicos	72
5.2 Os Discursos dos sujeitos da Comunidade Escolar	78
6. INTERPRETAÇÃO GERAL	103
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
8. REFERÊNCIAS	113
9. APÊNDICES	
APÊNDICE A Roteiro de entrevistas	118
10. ANEXOS	
ANEXO A - Lei Orgânica do Município de Itabuna	120
ANEXO B - Cartilha da Escola Grapiúna	126
ANEXO C - Resolução do CME nº 020/2003	134
ANEXO D - Lei Municipal Nº 1.387/87	135
ANEXO E - Lei Municipal Nº 1.958/2004	137
ANEXO F - Lei Municipal Nº 1.841/2001	140
ANEXO G - Fotos	141
ANEXO H - Textos produzidos pelos alunos da Escola Prof ^a . Norma Vídero	146
ANEXO I - Sistema Tributário Municipal	151
ANEXO J - Relatório Analítico de Domicílios e Pessoas Cadastrados	152

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Gestão do Município de Itabuna – Período 1983 a 2008	22
TABELA 2 – Sistema de Educação do Município de Itabuna – ano 2006: quantitativo de Escolas	26
TABELA 3 – Sistema de Educação do Município de Itabuna – ano 2006: quantitativo de estudantes matriculados – PROGRAMAS	26
TABELA 4 – Sistema de Educação do Município de Itabuna – ano 2001: quantitativo e formação do quadro docente	27
TABELA 5 – Sistema de Educação do Município de Itabuna – ano 2006: quantitativo e formação do quadro docente	28
TABELA 6 – Recursos Humanos da Escola Municipal Profª Norma Vídero	35
TABELA 7 – Quantitativo de Alunos matriculados ano de 2006 – Escola Municipal Profª Norma Vídero	36

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Escola Municipal Profª Norma Vídero – acesso principal	33
FIGURA 2 – Área do Sítio II – Fundação Marimbeta e Escola Municipal Profª Norma Vídero	34

LISTA DE SIGLAS

AC – Atividade Complementar

CBA - Ciclo Básico de Alfabetização

CME – Conselhos Municipal de Educação

CIR – Classes de Integração e Recursos

CPA – Ciclo da Pré-adolescência

EG – Escola Grapiúna

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FSMTI – Fundação Sítio do Menor Trabalhador de Itabuna

FMSICA – Sítios de Integração da Criança e ao Adolescente

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IMEAM – Instituto Municipal de Educação Aziz Marom

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOM – Lei Orgânica Municipal

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PROAÇÃO – Programa de Formação de Professores da Educação Básica

PAD – Plano de Acompanhamento Didático

PPP – Projeto Político-Pedagógico

PST – Prestação de Serviço Temporário

SEC/Bahia – Secretaria Estadual de Educação do Estado da Bahia

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa interpretar e analisar a partir do discurso da Comunidade Escolar (professores, diretor, vice-diretor, alunos, pais, funcionários) a participação no processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Profª. Norma Vídero, em face da orientação definida no art. 14, incisos I e II da lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, onde está estabelecido que os sistemas de ensino definirão as normas de Gestão Democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I Participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

A grande questão que envolve esta temática refere-se ao caráter burocratizador e técnico com que estas ações educativas vêm acontecendo nas escolas, negando a participação plena da comunidade escolar e a reflexão coletiva, a articulação da escola, da família e da comunidade, refletindo de forma negativa no ambiente escolar.

As discussões sobre o Projeto Político–Pedagógico vêm acontecendo, mormente nos anos 80, com o intuito de se contrapor a uma visão burocrática, cujo procedimento se privilegia o meio, e técnica e afirmar a natureza política do Projeto. O PPP que exprime intencionalidade pedagógica, cultural, profissional, trilha na construção de um modelo de gestão que se pode entender como democrático, logo participativo. *“Aspirar a uma gestão democrática significa partir do princípio de que uma organização como a escola é feita de múltiplas relações entre a estrutura formal e os sujeitos que a produzem e vivenciam em seu cotidiano”* (SEC/Bahia 1999, p. 6).

Os processos que promovem a configuração da identidade escolar e seu confronto com outros contextos sociais produzem valores que permitem atribuir significados às ações, constituindo-se em marco de referência tanto das condutas individuais como grupais. (NÓVOA, 1992:28)

Nesse contexto, observa-se que para a escola poder exercer suas incumbências definidas pelos preceitos legais, ela deverá ser *estatal* quanto ao funcionamento, *democrática* quanto à gestão e *pública* quanto à destinação. O grande desafio da escola está em garantir qualidade técnica e política para todos. Isso pressupõe unicidade da teoria e da prática, articulação da escola, da família e da comunidade e da participação plena da comunidade escolar e local.

A forma com que estas ações educacionais, na perspectiva da participação, tomam corpo na escola hoje e a dinâmica que se pode entender nesse campo do conhecimento, refletem os grandes entraves políticos que continuam a cercar a educação no tocante ao processo de democratização da escola (a participação não plena dos atores educacionais na elaboração do seu projeto pedagógico, eleição indireta de diretores, escolha de uma concepção de projeto centralizador, conservador e burocrático) e, portanto, a forma inviável que estas ações educativas estão sendo trabalhadas no cotidiano escolar.

É bom lembrar que se passaram mais de vinte anos e hoje se tem novas demandas de formação e conhecimento requeridas pelas mudanças sociais, tecnológicas, culturais e econômicas, e, mesmo assim, ainda não temos a garantia de se ter dentro do espaço escolar à participação plena da comunidade escolar e local.

Destaca-se a compreensão desta realidade presente, porque se avaliou ser fundamental na análise da gestão democrática, na perspectiva da participação, e na tendência futura das unidades escolares públicas em procurar responder aos anseios de sua comunidade escolar e local, tendo como elemento impulsionador alguns princípios orientadores como: do caráter público da educação, da inserção social da escola e da gestão democrática, onde as práticas participativas, a partilha do poder, a socialização das decisões, desencadeiam processos de aprendizagem do jogo democrático.

Desta forma, tomou-se como campo de investigação deste trabalho à participação da Comunidade Escolar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Prof^a. Norma Vídero localizada no município de Itabuna-Bahia, período correspondente entre 2005 a 2007. Esse Projeto escolar se apresenta com pressupostos filosóficos que a diferencia das demais escolas da Rede Municipal de Itabuna, estabelecendo vocação para o desenvolvimento do trabalho educacional em articulação com a comunidade local; desenvolvimento curricular e conteúdos gerados pelas necessidades dos sujeitos do contexto social imediato; organização administrativa com princípios democráticos.

Neste sentido, traçou-se como objetivo geral desta pesquisa: interpretar e analisar a partir do discurso da Comunidade Escolar (diretora, vice-diretora, professores, pais, funcionários, alunos) a participação no processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Prof^a. Norma Vídero. Tendo como objetivos específicos verificar como os membros da comunidade Escolar se envolveram na elaboração do PPP da Escola Municipal Prof^a. Norma Vídero; detectar elementos condicionantes favoráveis e ou desfavoráveis à participação dos Membros daquela Comunidade na elaboração do Projeto Político-Pedagógico, verificar que concepções sobre o PPP prevalecem no âmbito da escola e verificar em que medida ocorre à parceria entre Fundação Marimbeta e Escola Norma Vídero.

Partindo dessa conjuntura e buscando um caminho metodológico que traduzisse um conhecimento mais humano e, portanto, mais adequado à natureza do objeto deste estudo, optou-se por realizar um estudo de caso. Esse estudo é um recurso de pesquisa de caráter exploratório, descritivo e explanatório, adequado a estudos de natureza política, que não permitem o controle do pesquisador sobre os eventos, e o foco temporal está em fenômenos contemporâneos dentro do contexto da vida real.

Em razão deste estudo, é que se buscou demonstrar a importância da participação da Comunidade Escolar no processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico, pautados na compreensão de que, à medida que a própria Comunidade Escolar participa – oferecer idéias e opiniões, o expressar o pensamento, analisar de forma interativa as situações, o tomar decisões sobre o encaminhamento de questões de forma compartilhada - diretamente das ações que lhe atingem ou dizem respeito, cria-se, uma cultura de poder compartilhado, desenvolvendo-se a prática de cidadania no interior da escola.

Nossa compreensão é de que por certo, a participação é um princípio a permear todos os segmentos escolares, espaços e momentos da vida escolar e dos processos do sistema de ensino, de acordo com os postulados democráticos, orientadores da construção conjunta. Assim, a participação é condição que abrange a todos e não a um determinado segmento, tendo como caracterização a reciprocidade expressa em todos os segmentos escolares, meandros e momentos das interações da escola. Estabelecendo-se a reciprocidade em condição intrínseca ao processo de participação.

2. PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

2.1 A gestão como espaço público de direito

O mundo procura se ajustar aos novos paradigmas (político, econômico, cultural e social), novos padrões de desenvolvimento, produção e mercado; exigências de competitividade que marcam o mercado globalizado, exigindo cada vez mais eficiência e qualidade com menor custo.

Essa tendência cinge-se ao processo produtivo voltado para as exigências impostas pelo processo de transnacionalização da economia e o intercâmbio quase que imediato de conhecimentos, padrões sociais e culturais, oriundos a partir do avanço da microeletrônica, das telecomunicações, da globalização da economia, dentre outros fatores.

Tais mudanças afetaram todas as áreas do conhecimento e se estabeleceu um aspecto de democratização em campos específicos, em particular o setor educacional, o qual não ficou imune a estes processos. Com efeito, o Brasil também não ficou refratário a essas transformações vividas nas décadas de 80 e 90 em nível mundial. Essas transformações imprimiram as primeiras iniciativas tendentes à derrubada do regime ditatorial, em favor do processo constituinte que se formalizaria com a Carta Magna. Como discorre CURY (1997):

(...) “O sucesso na retomada do Estado de Direito, através da redemocratização política, foi fundamental para que, no processo constituinte de 1987, os representantes das populações afetadas pela ausência de uma democratização substantiva pudessem inserir e formalizar na Carta Magna princípios e garantias tendentes à declaração e efetivação dos direitos sociais” (p. 200).

Cabe salientar dentro deste quadro uma referência à Constituição Federal Brasileira (Carta Magna), correspondente ao Capítulo da Educação, que se fez necessária e coerente à medida que incorporou várias dimensões deste clima de busca de cidadania política e social (CURY, 1989).

Clima do qual se pode dizer que está enunciado pela valorização da democracia como saída para os problemas oriundos de indicadores sociais, má distribuição de renda, saúde precária, violência, falta de moradias, aumento de contingente de pessoas abaixo da linha de pobreza. Tudo isso vivido no Brasil em fins da década de 80.

É pertinente neste íterim, e nuclear a inovação trazida pela “*gestão democrática do ensino público, na forma de lei*” (inciso VI do art. 206). Desse princípio ora salientado, pode-se fazer algumas considerações possíveis a fim de delinear melhor o objeto de estudo. A primeira delas se refere à formalização deste princípio em uma Constituição. Ela é uma conquista da qual os educadores participaram de forma ativa, clamando e exigindo a democratização da sociedade e das escolas públicas brasileiras, buscando traduzi-las em preceitos legais.

Outro ponto a se considerar diz respeito à própria noção de gestão democrática. Sendo a transmissão de conhecimento um serviço público, o princípio associa este serviço à democracia. Isto quer dizer que aí está aludida uma noção de participação na gestão pública. Este princípio tem provocado experimentos de vários modos no conjunto das administrações públicas de ensino no Brasil, de Estados e Municípios. Essas iniciativas são interessantes, pois nos fazem refletir sobre a *pluralidade* e a riqueza que se vêem contida na aspiração de participação. E a participação, aqui, inclui também os envolvidos na educação escolar; se a participação destes não se concretiza no ambiente escolar, a gestão não terá seu caráter público. Como comenta CURY (1997):

Lembrando-se que o termo gestão vem do *gestio*, que, por sua vez, vem de *gerere* (trazer em si, produzir), fica mais claro que a gestão não só é o ato de administrar um bem *fora-de-si* (alheio), mas é algo que se traz em si, porque nele está contido. **E o conteúdo deste bem é a própria capacidade de participação, sinal maior da democracia.** (p. 201) GRIFO NOSSO.

É dentro deste cenário, que o art. 206 da Constituição Federal se enquadra e anuncia princípios que delinearão como será ministrado o ensino. A saber:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III- pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Esses princípios possibilitam uma democratização da educação e da escola. Conforme FERREIRA (1988), democratizar a gestão da educação requer, fundamentalmente, que a sociedade possa participar no processo de construção e avaliação da política de educação e na fiscalização da execução, por meio de mecanismos institucionais.

Percebe-se, neste contexto, que a gestão se fundamenta na construção de um espaço público de direito que deve promover condições de igualdade, garantir estrutura material para um serviço de qualidade, criar um ambiente de trabalho coletivo e, ao mesmo tempo, instigar o exercício de participação, e, portanto, de democratização da escola, elementos elucidativos a construção, reconstrução e dinamização do Projeto Político-Pedagógico.

2.2 A gestão democrática na perspectiva da participação

Percorrendo o caminho da gestão democrática na perspectiva da participação é importante se fazer menção ao texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especialmente no seu art. 14: Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

1. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;
2. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Como se pode perceber o conceito de gestão democrática, na perspectiva da participação, envolve três idéias básicas: a existência de um projeto pedagógico da escola; o envolvimento de professores e demais profissionais da educação na elaboração desse projeto; e a gestão colegiada na implantação e execução desse projeto, por meio de conselhos escolares (ou órgãos equivalentes) em cada escola, nos quais esteja assegurada a representação da comunidade escolar e demais segmentos da sociedade (os pais de alunos), relevantes no funcionamento da escola.

Esse quadro repercute nas orientações normativas em diversos Estados e Municípios do Brasil. No Estado da Bahia, percebe-se um incessante esforço por parte da Secretaria Estadual de Educação no sentido de se fazer valer, nas escolas públicas estaduais, a construção de um espaço público de direito que deve promover condições de igualdade, garantir estrutura material para um serviço de qualidade, criar um ambiente de trabalho coletivo e, ao mesmo tempo, instigar o exercício de participação, e, portanto, de democratização da escola.

Nesse aspecto, cabe salientar que a Secretaria de Educação do município de Itabuna-Ba., também se preocupou em garantir para a educação local os princípios da gestão democrática, tendo como inspiração a LDB Nacional e a Lei Orgânica do Município (ver anexo A, p. 120), no Capítulo que rege a educação municipal, especificamente na Seção II, em seu Art. 248 da Lei, que estabelece os seguintes princípios:

“A gestão democrática do ensino público municipal deverá ser organizada, garantindo-se a representação de todos os segmentos envolvidos na ação educativa, na concepção, controle e avaliação dos processos educativos e pedagógicos da escola a ser assegurada através de”:

- I - Conselho Municipal de Educação;
- II - Congresso Municipal de Educação;
- III - Colegiado-Escolares;
- IV - Eleições Diretas para Diretores e Vice-Diretores.

Pode-se observar que a participação também é indicada pela Lei Orgânica do Município de Itabuna-BA – LOM - no seu artigo 246, especialmente na Seção IV, cabendo aos membros do Magistério Municipal a participação na gestão do ensino público municipal, e no artigo 263 ao estabelecer que “Os Colegiados Escolares serão compostos por representantes dos professores,

funcionários, pais e comunidade, que deverá gerir as unidades de ensino em regime de co-participação com os membros da direção”.

2.3 O Sistema Municipal de Educação em Itabuna: novas possibilidades

A partir desse quadro, se faz necessário uma contextualização do Sistema Educacional do Município de Itabuna-Ba, compreendido entre o período de 1983 a 2007. Percebe-se, nesse ínterim, uma forte característica do município de Itabuna com relação à alternância do poder executivo que, por sua vez, alterna-se também o Sistema Educacional de Ensino à medida que muda o gestor executivo, muda a concepção pedagógica. Essa caracterização acontece inicialmente (ano de 1986) quando se registra mudança de concepção pedagógica na Rede Municipal de Ensino, saindo de um Sistema Educacional Seriado para a implantação dos Ciclos Básicos de Alfabetização (CBA), proposta inspirada na organização por ciclo de São Paulo, o município vinha tentando se organizar para resolver o problema da não aprendizagem e do alto índice de reprovação nas classes de 1ª série do ensino primário. (Tabela 1)

Tabela 1 – GESTÃO MUNICIPAL DE ITABUNA - BA - PERÍODO 1983 a 2008

ALTERNÂNCIA DO PODER EXECUTIVO		SISTEMA DE ENSINO
PERÍODO	GESTOR	
1983 / 1988	Ubaldo Dantas – PMDB	Seriação / CBA
1989 / 1992	Fernando Gomes de Oliveira - PMDB	Seriação
1993 / 1996	Geraldo Simões de Oliveira – PT	Seriação / CBA
1997 / 2000	Fernando Gomes de Oliveira – PTB	Seriação / CBA
2001 / 2004	Geraldo Simões de Oliveira – PT	Ciclo de Formação Humana
2005 / 2008	Fernando Gomes de Oliveira - DEM	Ciclo de Formação Humana

Fonte: Arquivo Público Municipal de Itabuna, 2007.

Nesse contexto, a proposta de Ciclos Básicos de Alfabetização - CBA - se delineia com base no construtivismo piagetiano, com ênfase na Psicogênese da Língua Escrita, de Emília Ferreiro. Desta forma, compreendia que os alunos eram sujeitos do seu processo de aprendizagem, que se dá na interação deste sujeito com o meio físico, social, histórico, cultural, e que para promover situações significativas de aprendizagem seria preciso compreender como as crianças aprendem, constroem conhecimentos e se desenvolvem em cada etapa de sua vida, de modo a propor situações que desafiassem os alunos a rever suas hipóteses sobre o que já sabiam.

Neste sentido, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Itabuna, o CBA contemplava uma visão ampla de alfabetização, como processo contínuo, e uma metodologia ativa frente a esse processo. Para isso organizou-se um ciclo inicial de dois anos, onde o (a) professor (a) recebia formação específica e continuava com a turma até o final do ciclo, quando só então os alunos seriam aprovados ou reprovados para a série seguinte (3ª série).

Após três anos do início do processo de alteração da concepção pedagógica (ano de 1989), inaugura-se uma nova gestão política administrativa, e, portanto, também, um novo projeto político educacional entra em vigor, afetando conseqüentemente a concepção pedagógica, de Ciclos Básicos de Alfabetização, instalando-se, assim, o retorno à lógica da seriação com duração até o ano de 1992.

Este acontecimento volta a se repetir no ano de 1993, se estendendo até 1996, quando uma nova gestão assume o poder executivo municipal e através da Secretaria Municipal de Educação tenta recuperar a proposta do CBA, implantando cursos de capacitação para professores alfabetizadores que estivessem atuando nessas classes, bem como projetos de combate ao analfabetismo institucionalizado e a não aprendizagem na rede municipal. Proposta outra vez interrompida pela instalação de uma nova gestão executiva municipal compreendida entre o período do ano de 1997 a 2000, e, portanto, do retorno ao sistema educacional de seriação.

Contudo, o período de 2001 a 2004 passa a ser representado por uma nova gestão política administrativa no Município de Itabuna, em que a Secretaria Municipal de Educação elaborou e implementou uma nova Proposta Político-Pedagógica denominada “Escola Grapiúna”¹ (ver

¹“Escola Grapiúna” trata-se de um projeto de ação implantado nas escolas municipais com a denominação de “Ciclos de Formação Humana”, que se constitui como parte de um programa fomentado pela Secretaria Municipal de Educação de Itabuna, no sentido de propor uma política de democratização da escola, defendendo a inclusão como princípio e o sucesso escolar como meta de todo ato educativo, cuja responsabilidade fundamental, embora não exclusiva, é da escola.

anexo,B p.126) pautada na concepção de “Ciclos de Formação Humana”, conforme Resolução do Conselho Municipal de Educação - CME nº. 20/2003 (ver anexo C, p.134) que aprova a Proposta Política Pedagógica da Escola Grapiúna e o Regimento-Referência da Escola Grapiúna da Rede Municipal de Ensino de Itabuna, a partir do ano de 2002, em substituição à concepção de ensino de seriação .

Essa nova concepção pedagógica de Ciclos de Formação Humana propõe contribuir para que seja respeitado o ritmo, o tempo e as experiências de cada educando, facilitando à organização coletiva, interdisciplinar e transdisciplinar na escola. Observamos que nas orientações dadas pelo próprio Ministério de Educação e Cultura – MEC - é apontada à necessidade de, em nível nacional, haver a busca de flexibilização da seriação, dizendo inclusive que:

A noção de ciclo é pedagogicamente funcional por corresponder melhor à evolução de aprendizagem da criança e prever avanços na aprendizagem de competências específicas, mediante uma organização curricular mais coerente com a distribuição dos conteúdos ao longo do período de escolarização. A adoção de ciclos tende a evitar as freqüentes rupturas, ou excessiva fragmentação do percurso escolar, assegurando a continuidade do processo educativo ao permitir que os professores adaptem a ação pedagógica aos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos, sem, no entanto perder a noção das exigências de aprendizagem referentes ao período em questão (MEC, 1995, p.11).

Nessa óptica, a organização dos tempos e espaços escolares em ciclos se contrapõe ao entendimento de que o critério central de organização das turmas deve girar em torno de um núcleo comum de conhecimentos assimilados. Na verdade o agrupamento por nível de conhecimento é o responsável pelo entendimento reducionista das capacidades de aprender das crianças e adolescentes.

Neste sentido, a organização por ciclos prevê que a escola precisa ser organizada levando-se em consideração o respeito à totalidade da personalidade e a integridade dos progressos realizados em cada etapa da vida humana, possibilitando, assim, o pleno desenvolvimento das disposições e aptidões correspondentes e, também, a sucessão de idades para uma integração progressiva das atividades mais primitivas às mais complexas.

A continuidade do processo de formação dos educandos imprime respeito ao desenvolvimento da formação integral do indivíduo em suas dimensões social, cognitiva, afetiva,

cultural, estética e ética, considerando-o em suas diferenças de ritmo, gênero, raça, classe e vivências culturais.

Pressupondo uma visão de currículo como processo, em um movimento de ação-reflexão-ação, e percebendo que as escolas que se organizam por ciclos (seja no Brasil ou no exterior) têm demonstrado que essa forma de organização promove um *continuum* no processo ensino-aprendizagem, pelo qual passam os educandos e a prática pedagógica dos educadores, propõe-se que o Ensino Fundamental se estruture em três Ciclos de Formação, recebendo alunos a partir de cinco anos e seis meses. Cada ciclo passa a ter duração de três anos, o que amplia o tempo de escolaridade desse nível de ensino de 8 para 9 anos. Como princípios, o Ensino Fundamental aponta: continuidade do processo de formação dos educandos, respeito aos ritmos de aprendizagem e às diversidades culturais e respeito às vivências próprias de cada idade de formação.

Essa nova proposta educativa teve como parâmetro experiências que foram construídas sobre ciclos no Brasil, com organizações variadas, dentre as quais podem ser destacadas as experiências da Escola Plural de Belo Horizonte (MG), da Escola Cidadã de Porto Alegre (RS) e a experiência de São Paulo (SP). De certa forma, as duas primeiras orientaram a construção da Proposta “Escola Grapiúna” – EG, substituindo o sistema seriado a partir do ano de 2002, na Rede Pública Municipal de Educação de Itabuna, município situado na Região do Sul da Bahia, no eixo central da Região Cacaueira, a aproximadamente 450 km de Salvador, Capital do Estado.

As razões pelas quais o Projeto foi desenvolvido residem nos problemas educacionais da população local em geral, como as altas taxas de adultos não-escolarizados e os baixos níveis de rendimento dos alunos que já participam do sistema escolar, conforme dados do *Mapa dos Excluídos*² Nesse contexto, a Escola Grapiúna estruturou-se em quatro dimensões, pilares que norteiam os projetos e ações educacionais: 1. Educação de Qualidade; 2. Participação Democrática; 3. Inclusão Social e 4. Valorização da Cultura Regional.

O Sistema Municipal de Educação do Município de Itabuna, no ano de 2006 apresenta em sua estrutura física um quadro considerável, com um número de escolas no meio urbano e rural que atendem a comunidade do município de Itabuna. A Rede Municipal de Ensino possui cerca de 30.000 estudantes matriculados, além de garantir 2.500 vagas para adultos não alfabetizados, no Programa Itabuna Alfabetizada, 600 alunos no Pré-vestibular para Negros e Excluídos, 200 vagas

² Prefeitura Municipal de Itabuna/ Secretaria de Educação e Cultura, *Itabuna 2002: o Mapa dos excluídos*, 20 pp. (documento interno).

no Programa Integrar, todos oferecidos em convênio com o Governo Federal e 600 vagas na Escola Municipal Profissionalizante. (Tabela – 2 e 3)

Tabela 2 - Sistema Educacional do Município de Itabuna – Ano 2006

QUANTITATIVO DE ESCOLAS				
MEIO URBANO			MEIO RURAL	
Integrada a FMSICA	Não-integrada	Municipalizada	Própria	Conveniada
05	72	06	02	33
TOTAL GERAL - 118				

Fonte: Secretaria de Educação de Itabuna, 2007.

Tabela 3 - Sistema Educacional do Município de Itabuna – Ano 2006

ESTUDANTES MATRICULADOS – ANO 2006				
PROGRAMAS				
Próprio - Governo Municipal		Convênio - Governo Federal		
Regular	Profissionalizante	Alfabetização	Pré-Vestibular	Integrar
30.000	600	2.500	600	200

Fonte: Secretaria de Educação de Itabuna, 2007.

O quadro docente municipal no início da gestão do ano de 2001/2004 em termos quantitativo era composto em sua totalidade por um número de cerca de 20% de professores contratados através de indicação política. Nesse período o que prevalecia era o critério político e não o técnico, pois não era levado em conta o nível de formação do professor, inclusive, grande parte desses professores possuía apenas o nível médio (magistério).

No entanto, em relação aos demais professores do quadro efetivo, contratados através de Concurso Público, o nível de formação apresentava outra realidade, em que um pequeno número de professores possuía formação em nível de especialização *lato sensu e stricto sensu* além de um número maior de graduados, mas o que de fato prevalecia dentro do quantitativo geral do quadro de docentes municipais, eram os professores, apenas, com a formação em nível médio (magistério).

Desta forma, cabe salientar que cerca de 200 professores do total de 1.064 da Rede Municipal de Ensino até o final do ano de 2001, não pertenciam ao quadro efetivo, eram amparados por contratos administrativos - PST - prestação de serviço temporário, cenário alterado progressivamente com a realização do Concurso Público da Rede Municipal, concretizado no ano de 2002. (Tabela – 4)

Tabela 4 - Sistema Educacional do Município de Itabuna – Ano 2001

QUADRO DOCENTE – QUANTITATIVO E FORMAÇÃO (%)						
PROFESSORES		NÍVEL				
Efetivo	Contrato	Leigo	Médio	Graduado	Lato Sensu	Stricto Sensu
81,2%	18,8%	0,7	74,8	20,0	4,0	0,5
864	200	7	798	212	42	5
TOTAL GERAL 1.064 (100%)						

Fonte: Secretaria de Educação de Itabuna, 2007.

A partir do ano de 2002 com a realização e homologação do Concurso Público e admissão dos novos professores, esse quadro foi sendo alterado significativamente, principalmente, no que se refere ao aumento quantitativo do número de professores efetivos, correspondendo num acréscimo de mais de 80%, saltando de 864 para 1.566 professores, contratados através de concurso público até o ano de 2006. Também no campo qualitativo se destacam ações muito

significativas no campo pedagógico, como por exemplo, a formação continuada dos professores da Rede de Ensino, o que altera em termos qualitativos o quadro da Rede Municipal. (Tabela - 5)

Tabela 5 - Sistema Educacional do Município de Itabuna – Ano 2006

QUADRO DOCENTE – QUANTITATIVO E FORMAÇÃO – (%)						
PROFESSORES		NÍVEL				
Efetivo	Contrato	Leigo	Médio	Graduado	Lato Sensu	Stricto Sensu
100%	0%	0,45	44,8	33,6	20,4	0,75
1.566	0	7	703	525	319	12

Fonte: Secretaria de Educação de Itabuna, 2007.

Ainda nesse período, o Município de Itabuna, através da Secretaria Municipal de Educação, consolidou convênio em parceria com a Secretaria Estadual de Educação da Bahia - SEC e a Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, objetivando a formação de professores do Ensino Básico Municipal sem formação em curso superior. Inicialmente, foram destinadas 50 vagas para ingresso de professores no Programa de Formação de Professores que Atuam na Formação Básica – PROAÇÃO - com Licenciatura em Pedagogia e habilitação específica em Educação Infantil e 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental.

A primeira turma do PROAÇÃO iniciou em maio de 2003, composto por 40 professores da Rede Municipal de Ensino de Itabuna, com finalização do curso em dezembro de 2006. Atualmente, existem mais 40 professores da Rede Municipal de Itabuna cursando o PROAÇÃO, totalizando 80 professores. Esse quantitativo, apesar de ter representado pouco mais de 11,0%, do total de professores com formação no Ensino Médio no ano de 2006 (703 professores), segundo a Secretaria Municipal de Educação, contribuiu expressivamente para que houvesse uma melhoria qualitativa no quadro do magistério municipal de Itabuna.

Outro aspecto que se pode vislumbrar é quanto à atuação da Secretaria Municipal de Educação em relação ao acompanhamento dos assessores pedagógicos junto às escolas

municipais, todos com pós-graduação em nível de especialização e mestrado. O trabalho desenvolvido consiste no acompanhamento pedagógico por parte da assessoria pedagógica da SEC que, por sua vez, se desloca periodicamente até as Escolas Municipais e, junto com os Coordenadores Pedagógicos, desenvolvem todo trabalho de assessoria e acompanhamento.

2.4 A FUNDAÇÃO MARIMBETA

2.4.1 Breve histórico

Em 1983, a cidade de Itabuna crescia e os problemas acompanhavam esse crescimento com a crise do cacau, em função da queda de preços da matéria-prima no mercado internacional, e agravada em início dos anos 90, com a redução da produção, provocada pela doença conhecida como “vassoura-de-bruxa” (*Crinipellis pernicioso*), desestabilizou a economia regional e ampliou os índices de desemprego em todos os setores, reduzindo o poder de compra da população e a dinâmica do setor comercial.³

É com base nesse contexto, que a professora Ritinha Dantas – Secretária de Desenvolvimento Social na época, esposa do Prefeito Ubaldo Dantas, intercedeu junto com a Secretária de Educação, a então professora Norma Vídero de realizarem no final de 1983 com a participação de voluntários e um grupo de escoteiros, um diagnóstico via cadastramento, para detectar o número de crianças e adolescentes que viviam nas ruas e sem estudar, cujo resultado foi de oito mil crianças e adolescentes fora das escolas, uma grande parte de crianças e adolescentes fora da faixa etária escolar e repetente.

A partir do resultado do diagnóstico foi criado o Projeto "Pés no Chão", sem uma metodologia de escola alternativa, que integrava Estagiários do IMEAM, UESC, Professores da Rede Municipal de Ensino e Grupo de Escoteiros. Às crianças e adolescentes cadastrados por

³ Documento interno, material produzido pela Prefeitura Municipal de Itabuna, *Itabuna: promovendo a inclusão por dentro da escola – uma experiência de Organização Escolar por Ciclos de Formação Humana*.

bairro, passaram a ser atendida com duas horas diárias de alfabetização e atividades lúdicas e recreativas além de participarem nos sábados e domingos de atividades do Grupo de Escoteiros.

Inicialmente as aulas eram dadas em espaços do Prédio da antiga Prefeitura (Praça Olinto Leone). As crianças e adolescentes eram conduzidas de ônibus dos bairros para o local, em forma de rodízio.

Após seis meses do Projeto, a experiência foi avaliada, sendo decidido pelas Secretarias envolvidas que o Projeto deveria ocorrer em espaços existentes nos bairros periféricos onde viviam as crianças e adolescentes, devido à dificuldade de deslocamento, com prioridade para os Bairros Santa Inês, Novo Horizonte, Antique, Zizo, Pedro Jerônimo.

Paralelamente, nasceu a partir desse processo a idéia de criação dos Sítios – espaços educativos de áreas verdes na periferia da cidade em cujo espaço também deveria integrar ações para os pais das crianças e adolescentes atendidos e também a comunidade. Em agosto de 1984, o Prefeito Ubaldo Dantas compra a primeira área no Bairro Antique criando a primeira Unidade chamada Sítio I, posteriormente denominado Sítio Profª Ritinha Dantas, em cujo espaço foram instalado as crianças e adolescentes do Projeto Pés no chão, oriundos dos Bairros Santa Inês, Antique, Caixa D'água, Novo Horizonte.

Nos Sítios as crianças e os adolescentes eram respeitados nos seus direitos e cumpriam os seus deveres como alunos: cultivavam a terra fazendo horta; aprendiam na olaria a fazer tijolos; criavam peixes, coelhos e porcos; aprendiam na padaria a fazer pão; participavam de atividades promovidas pelo Grupo de Escoteiros.

Essa experiência serviu de referência na cidade, na região, no país e até no exterior, porque além de inovadora, atingiu o objetivo de retirar as crianças e adolescentes das ruas. Em outros bairros periféricos, onde já funcionavam espaços alternativos do Projeto Pés no Chão, fortalecia-se a criação de novos Sítios a partir de áreas doadas de desapropriadas pelo Prefeito.

A partir da reivindicação da comunidade do bairro Fonseca, pois estava prevista que a Prefeitura Municipal construiria um cemitério para atender os bairros próximos mais populosos. Os moradores se mobilizaram para a instalação de um Sítio do Menor, foi a oportunidade para o surgimento de mais uma unidade. Foi então que no ano de 1986, foi construído o Sítio II.

Com a doação de uma área e aquisição de mais duas, a administração municipal a época, amplia o número de unidades dos Sítios, saltando de duas unidades iniciais para cinco. Na área

doad, pela família do então Prefeito Ubaldo Dantas, foi construído Sítio III, denominado de Heribaldo Dantas, uma homenagem ao pai do então Prefeito, e nas duas áreas adquiridas foram construídos os Sítios IV e V, denominados respectivamente de Dr. Alberto Lessa na Vila de Mutuns e Iolanda Pires no Bairro de Nova Ferradas, homenageando a esposa do então Governador do Estado da Bahia, sr. Waldir Pires.

Em 1987, o então Prefeito Ubaldo Dantas, através da Lei Municipal nº. 1.387/87 (ver anexo D, p.135) e a Lei Municipal nº. 1.958/2004 (ver anexo E, p. 137) transformou as unidades dos Sítios em fundação, que passou a ser chamada de Fundação Sítio do Menor Trabalhador de Itabuna – FSMTI, denominação dada pelas próprias crianças e adolescentes.

Os espaços das salas de aulas existentes nos Sítios eram abertos, sem paredes, não havia rigor disciplinar na permanência do aluno naqueles espaços. O processo se dava em socializar, a alfabetizar os meninos fora da faixa etária escolar para encaminhá-los à Rede Municipal de Ensino, paralelamente ao desenvolvimento de atividades sócio-educativas.

Com a ruptura política na gestão municipal, o início da década de 90, representado por um novo governo municipal, desenvolve-se ações de construção de escolas regulares dentro das Unidades dos Sítios, como meio de integrar as atividades semiprofissionais às atividades escolares, aproveitando-se inclusive as instalações já existentes, com fechamento por paredes.

Esse novo processo representado pela entrada das escolas formais nos Sítios gerou uma diminuição acentuada das atividades não-formais (sócio-educativas) em função de grande parte das instalações passarem a funcionar nas escolas.

Contudo, a denominação da Fundação precisava ser modificada para adequar-se a nova Legislação Federal do Estado da Criança e do Adolescente – ECA sancionada em 1990. Para tanto em julho de 2001, faz-se uma consulta popular para a escolha de um novo nome para a Fundação, que passou a se chamar de Fundação Marimbeta – Sítios de Integração da Criança e do Adolescente – FMSIC, aprovado por Lei Municipal nº. 1.841 em 27 de dezembro de 2001.(ver anexo F, p. 140)

A palavra Marimbeta faz parte da história de Itabuna, porque foi às margens do Rio Cachoeira, no bairro Conceição, que surgiu o primeiro povoado urbano do município formado por uma maioria de negros e caboclos que moravam no local e tocavam um instrumento com o nome de Marimba. Esses tocadores passaram a ser chamada de marimbetos, dando origem a Rua

Marimbeta no bairro Conceição, prestando uma homenagem ao primeiro núcleo urbano de Itabuna.

O objetivo principal desta Instituição é o de reduzir as desigualdades sociais e elevar os índices de desenvolvimento – IDH nas comunidades carentes do município de Itabuna, tendo como público alvo das ações crianças e adolescentes de 7 a 18 anos incompletos, com referência familiar, os quais são atendidos via oficinas sócio-culturais, ecológicas, esportivas e profissionalizantes.

É nesse contexto, que se destaca o trabalho desenvolvido pela Escola Municipal Prof^a. Norma Vídero junto à Fundação Marimbeta e a Secretaria Municipal de Educação. Essa Instituição nasce da luta da comunidade do bairro Fonseca e foi criada pela Lei 887, sancionada em 19 de julho de 1987.

A construção da Escola é a história da força e união dos moradores do bairro Fonseca. A Prefeitura tinha um projeto para construção de um cemitério que iria atender os bairros próximos do São Caetano e como o Bairro Fonseca tinha uma grande área livre, foi o escolhido. Os moradores não queriam o cemitério, eles queriam que o Prefeito fizesse um Sítio do Menor para os seus filhos. Houve uma grande mobilização dos moradores do bairro para a construção de um Sítio do Menor. Foi então que em 1986, no bairro Fonseca foi construído o Sítio II e em seguida, no ano de 1987 foi concretizado a construção da Escola Municipal Prof^a. Norma Vídero.

2.5 Escola Municipal Prof^a. Norma Vídero

2.5.1 Características

Integrando esse quadro, encontra-se a Escola Municipal Prof^a. Norma Vídero (Figura 1) que, por sua vez, está integrada à Fundação Marimbeta no Sítio II, área localizada no bairro Fonseca na cidade de Itabuna (Figura 2). Esta Escola oferece o Ensino Fundamental e foi fundada em 1986, recebendo este nome em homenagem à Prof^a. Norma Vídero, Secretária de Educação do Município de Itabuna, nesta época.

FIGURA 1 – ACESSO A ESCOLA MUNICIPAL PROF^a. NORMA VÍDERO



Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

FIGURA 2 – ÁREA FUNDAÇÃO MARIMBETA E ESCOLA PROF^a. NORMA VÍDERO



Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

A Escola Norma Vídoro – Sítio II apresenta boas instalações físicas, adequadas para um bom funcionamento, pois oferece conforto para seus usuários, é composta de 1 sala de diretoria, 1 sala de professores, 1 secretaria, 1 refeitório, 3 banheiros, sendo 1 feminino, 1 masculino e 1 para os professores, 1 cozinha, 6 salas de aulas, 1 depósito, área verde e ampla, com galpão para a realização de oficinas cultural e artística, quadra poliesportiva, parque infantil (ver nexo G, p. 141) e quadro de funcionários. (Tabela 6)

TABELA 6 – RECURSOS HUMANOS DA ESCOLA PROFª NORMA VÍDERO ANO 2006

CARGO / FUNÇÃO	QUANTIDADE
Diretora	1
Vice-diretora	1
Coordenadora Pedagógica	1
Secretária escolar	2
Regente de classe	9
Merendeira	1
Servente	1
Vigilante	2
TOTAL GERAL	18

Fonte: Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Profª Norma Vídoro

Dentro da concepção educacional a Escola oferece a comunidade local os seguintes segmentos: CPA – Ciclo da Pré-Adolescência e CIR – Classe de Integração e Recursos, que atende a um total de 339 alunos com faixa etária entre 9 a 14 anos, distribuídos em 12 turmas, sendo 6 no matutino e 6 no vespertino. (Tabela 7)

TABELA 7 - ALUNOS MATRICULADOS-ESCOLA PROF^a. NORMA VÍDERO

TURNOS	ANO 2006	
	SEGMENTO DE ENSINO	QUANT.
Matutino	CIR I – Classe de Interação e Recursos / 1 ^a série	29
	CIR II – Classe de Integração e Recursos / 2 ^a série	62
	CPA – Fase I II III – Ciclo da Pré-Adolescência / 3 ^a e 4 ^a séries	92
Vespertino	CIR I – Classe de Integração e Recursos / 1 ^a série	53
	CPA – Fase I II III – Ciclo da Pré-Adolescência / 3 ^a e 4 ^a séries	103
TOTAL GERAL		339

Fonte: Relatório de Atividades - Escola Municipal Prof^a Norma Vídero, 2007

A Escola Municipal Prof^a Norma Vídero, tais como as Escolas Heribaldo Dantas, Dr. Alberto Lessa, Ritinha Dantas e Iolanda Pires, que compõem os Sítios de Integração da Fundação Marimbeta, já nasceu com determinantes organizacionais filosóficos que as diferenciam das demais escolas pertencentes à Rede Municipal (urbana e rural) Pública do Município de Itabuna, a saber:

- Vocação para o desenvolvimento do trabalho educacional em articulação com a comunidade;
- Desenvolvimento curricular e conteúdos gerados pelas necessidades dos sujeitos do contexto social imediato;
- Instalações físicas adequadas às condições climáticas da região;
- Espaço físico privilegiado, dado a dimensão da área em cerca de 2 hectares;

- Organização administrativa com princípios democráticos;
- Agregada a Fundação Marimbeta – Sítios de Integração da Criança e do Adolescente – FMSICA.

2.6 O ambiente físico-social do bairro Fonseca

A descrição do ambiente físico-geográfico da comunidade do bairro Fonseca, onde está localizada a escola-alvo deste trabalho, torna-se necessária para a compreensão da sua realidade.

Para essa descrição, optou-se pela utilização de relatórios gerados a partir dos agentes de saúde que trabalham no bairro e do programa bolsa-escola, textos produzidos pelos próprios alunos da escola (ver anexo H, p. 146) e pela técnica do grupo focal destinada aos moradores mais antigos da região, por entender que suas percepções retratam a realidade, bem como pela dificuldade da disponibilidade de dados oficiais tanto pela Prefeitura local quanto pelo Instituto de Geografia e Estatística – IBGE.

2.6.1 Características do bairro Fonseca

Fonseca hoje é um grande bairro do ponto de vista populacional e territorial. Possui atualmente aproximadamente 8.000 habitantes (o município de Itabuna tem cerca de 200.000 habitantes, Censo populacional 2000), seu crescimento populacional aconteceu ao longo dos seus 40 anos de existência, com um ritmo acelerado a partir da década de 80, quando se registrou grandes invasões, principalmente de pessoas provenientes de bairros vizinhos, confirmando de certa forma a lógica de que as populações menos favorecidas, marginalizadas são “empurradas” cada vez mais, pela especulação imobiliária, (comercializam seus lotes ou construções) para áreas periféricas à medida que o lugar onde residem são atendidos por políticas públicas, gerando de certa forma uma relativa valorização do local.

Atualmente, conforme informações do Setor de Sistema Tributário Municipal, o bairro Fonseca possui cerca de 1.206 (um mil duzentos e seis) imóveis cadastrados pela Prefeitura (ver anexo I, p.151), e segundo informações dos próprios moradores mais antigos entrevistados no grupo focal, esse número é bem maior, pelo menos o dobro, pois possuem no bairro muitas construções sub-humanas (barracos de madeira e taipa) que não possuem água tratada e nem o serviço de iluminação pública. Essa região é atendida pelo Programa do Governo Federal, o Bolso-escola com cerca de 2.086 (dois mil e oitenta e seis) pessoas em 609 (seiscentos e nove) domicílios, conforme informações do Relatório Analítico de Domicílios e Pessoas Cadastrados – RADPC. (ver anexo J, p. 152)

O bairro Fonseca surgiu a partir de uma área onde antes funciona uma fazenda de cacau, que mais tarde o proprietário. Sr. Antônio Fonseca, fez algumas doações de terras para comunidades carentes e comercializou o restante dos lotes. Hoje o bairro Fonseca se localiza em uma área periférica e relevo montanhoso, cercada por bairros também considerados periféricos. Limita-se ao Norte por parte dos Bairros do São Caetano (central) e bairro do Zizo (periférico), ao Sul pelo bairro periférico Vale do Sol, a Leste pelo Bairro periférico Maria Pinheiro e a Oeste pelo bairro periférico Novo São Caetano.

No bairro Fonseca boa parte das ruas não são atendidas pela política pública de saneamento básico, são algumas ruas de terra com esgoto a céu aberto, a iluminação pública é parcial e a coleta de lixo é ineficiente. Este bairro é dotado apenas de três Praças, sem nenhuma infra-estrutura que lembre uma praça pública, uma delas, a principal, até pouco tempo servia de campo de futebol e para os ônibus coletivos realizarem o retorno de final de linha.

O bairro possui apenas três Escolas Públicas (uma delas conveniada) e uma Creche Municipal. Em relação a outros serviços públicos a comunidade precisa se deslocar para outros bairros, a exemplo da saúde, onde os moradores são atendidos pelos Postos Médicos dos bairros vizinhos do Novo São Caetano e São Caetano. O bairro possui ainda dezenas de bares e botecos, mercearias, igrejas, terreiro de Candomblé, Serviço de capoeira, Igrejas.

O bairro Fonseca é formado basicamente de pessoas de bairros vizinhos. São trabalhadores da construção civil, das feiras livres, de casas de famílias e do comércio. São pessoas que trabalham como carpinteiros, pedreiros, serventes, garis, lavadeiras, faxineiras, feirantes. Mas é preciso destacar que se trata de pessoas que trabalham muito, alguns até mais de 14 horas diárias e que boa parte deles são ambulante e outros tantos se encontram já algum tempo desempregados.

Os moradores utilizam para o transporte duas empresas de ônibus coletivo a Rio Cachoeira e Viação Itabuna com horários de intervalos de 20 em 20 minutos, se configurando em atendimento precário já que a população estimada do bairro Fonseca é consideravelmente elevada.

O número de crianças em idade escolar (7 a 14 anos) é muito alto neste bairro, mas são atendidas pelas quatro escolas municipais e a creche, a exemplo da Escola Municipal Profª Norma Vídero que dispõem de quadra de esportes, área de lazer, oficinas, e outros.

O quadro de precariedade exposto acima representa a situação do bairro Fonseca e de seus moradores, que apesar dessas condições estão em constante luta pela melhoria de suas condições, a maior prova dessa luta está na própria história de luta na construção da Escola Municipal Profª Norma Vídero, construída em 1987, após forte reivindicação dos moradores, pois o poder público municipal construiria nesse espaço onde atualmente funciona a Escola Norma Vídero e a Fundação Marimbeta, um cemitério.

Contudo, os moradores não aceitaram a proposta, pois, preferia uma escola, segunda uma moradora antiga “esse sonho significava uma esperança de vida melhor para seus filhos, eles não abriam mão. Enquanto que o cemitério representava o fracasso, a desesperança, o fim”. Para tanto, foram às ruas em forma de passeata, e a prefeitura falarem com o prefeito, na época o Srº Ubaldo Dantas, realizaram atos de protesto e impediram que trabalhadores da prefeitura continuassem os serviços de construção do cemitério.

2.7 Documentos norteadores para o funcionamento da Escola Profª. Norma Vídero

O Regimento Escolar da Unidade Escolar Municipal Profª. Norma Vídero - Sítio II, reformulado nos termos da Lei 9394/96 LDB e Resolução 005/2000, se constitui um instrumento legal e orientador das diretrizes Técnico-Pedagógicas Administrativas e disciplinares, definindo a estrutura e funcionamento da Escola. Nesse Regimento, entre outros aspectos estabelecidos em disposições preliminares, destaca-se a menção à concepção de gestão democrática na perspectiva da participação, com ênfase para a defesa dessa concepção em conformidade com o Projeto Político-Pedagógico da Escola, definindo princípios norteadores conforme o exposto:

I- Caráter público da educação – entender e agir no processo educativo como espaço eminentemente público, trabalhando a educação como um bem coletivo, aberto à participação das comunidades escolar e local.

II- Inserção social – respeito ao ser humano com sujeito de direitos, garantindo seu espaço social no interior da escola na busca da inserção na sociedade da qual faz parte.

III- Atitude democrática – promover condições de igualdade, respeitando as diferenças, criando ambiente de trabalho coletivo, visando a superação de um sistema educacional seletivo e excludente, oportunizando a seus membros o exercício de sua condição de sujeitos de direitos, descentralizando o poder, democratizando as ações.

IV - Participação garantida de que todos possam viver na condição de sujeitos e não como envolvidos, tendo clareza que participar vai além do envolvimento, da manipulação.

V - Entender participação como uso do poder na tomada de decisões, responsabilizando-se por trabalhar eficazmente e decidir com os outros, limitando o seu poder individual.

VI- Autonomia – o direito e o dever de não se omitir a viver a prática educativa em coerência com a proposta defendida pela Escola Grapiúna, decidindo coletivamente sua efetividade, na exigência de seus direitos enquanto educação pública.

VII- Solidariedade – humanizar as relações interpessoais nas comunidades escolar e local, aceitando que somos diferentes uns dos outros e que, em determinadas ocasiões, nos enxergarmos na figura desse outro é tarefa essencial para o bom desempenho dos grupos e suas relações; compartilhando tarefa, emoções, sentimento, pautados na valorização do respeito mútuo.

VIII- Equidade – reconhecer igualmente o direito de cada um, respeitando suas especificidades.

IX- Privacidade – respeitar a vida particular de cada sujeito, garantindo a não invasão em questões de ordem pessoal, da tolerância e do homem como sujeito de direitos.

Além desses princípios ora salientados, tanto o Regimento quanto o Projeto Político-Pedagógico da escola Norma Vídero enfatizam que as normas de gestão serão desenvolvidas de modo coletivo, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar (pais, mães, alunos, alunas, educador, educadora, docente e não-docente) nas decisões e encaminhamento, sendo assegurada a alternância no exercício da representatividade.

Considerando-se essa idéia, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar são dois documentos estreitamente associados à gestão escolar que, no nosso entendimento, é fundamental que o gestor e a escola contem com esses instrumentos legais, para tentar desenvolver um trabalho onde o administrativo e o pedagógico possam caminhar concomitantemente a fim de facilitar a elaboração de projetos educacionais que sejam resultantes de uma construção coletiva dos componentes da escola.

Nessa perspectiva, pode-se observar que a Escola Norma Vídero - Sítio II vislumbra no Projeto Político-Pedagógico, aspectos singulares, no qual ressaltam e defendem a democratização e a participação da gestão como ponto de partida para a construção de uma educação de qualidade, primando pelo respeito mútuo, pela solidariedade e colaboração, onde todos tenham direito e vez de opinar, expor seus pensamentos e idéias. Outro aspecto também particular trata-se do movimento dinâmico que deve ocorrer entre a família e a escola, caracterizado pela participação ativa e constante no envolvimento com as ações que a escola realiza, criando um ambiente propício ao bom relacionamento escola-família.

Ainda nesse ponto de vista, singulariza-se também o conceito de gestão de forma participativa, desenvolvido de modo que garanta efetivamente a participação da comunidade escolar e de todos os segmentos da escola, através de seus representantes do Colegiado Escolar. Esse processo é complexo à medida que se discutem politicamente problemas reais da escola e do lugar em que ela está inserida, com a participação de todos os sujeitos do processo.

Com efeito, cabe ressaltar que inúmeros estudos brasileiros têm se infaustado com o exercício da gestão democrática da educação, no aspecto da participação, com a importância e a necessidade de a escola elaborar o seu projeto pedagógico. Por sua vez, têm sido enfatizadas com bastante frequência pela literatura pedagógica recente, preocupada, sobretudo, com a

democratização dos espaços escolares e a articulação da escola com a sociedade mais ampla. Estudos como os de Gadotti (2004), Padilha (2001), Resende & Veiga (2001), Vasconcellos (1995) e Veiga (2004), dentre outros, têm apresentado interessantes contribuições nessa direção. Reconhecemos assim a importância desses estudos no processo investigativo da pesquisa em questão.

Esses estudos focados na gestão democrática, na participação e no Projeto Político-Pedagógico sinalizam um universo que ainda precisa ser mais explorado e investigado, até porque são estudos recentes que certamente não cobriram todas as lacunas, razão pela qual nos levou ao desenvolvimento e interesse desse estudo sobre a participação da Comunidade Escolar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

Decorre daí, a questão de pesquisa que orienta o atual estudo, anunciada da seguinte maneira: como ocorreu o processo de participação da Comunidade Escolar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico?

3. OBJETIVOS

3.1 GERAL

O objetivo geral desta pesquisa é interpretar e analisar a partir do discurso da Comunidade Escolar (diretor, vice-diretor, professores, funcionários, aluno e pais) a participação no processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Profª. Norma Vídero.

3.2 ESPECÍFICOS

- Verificar como os membros da Comunidade Escolar se envolveram na elaboração do PPP da Escola Municipal Profª. Norma Vídero;
- Detectar elementos condicionantes favoráveis e ou desfavoráveis à participação dos Membros da Comunidade Escolar na elaboração do PPP;
- Averiguar que concepções sobre o PPP prevalecem no âmbito da escola.
- Verificar em que medida ocorre à parceria entre Fundação Marimbeta e Escola Norma Vídero.

4. QUADRO CONCEITUAL

4.1 Projeto Político-Pedagógico - PPP

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação (FERREIRA 1975, p. 1.144).

A construção de projetos realizados nas escolas, normalmente, é planejada com a intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever o futuro diferente do presente. De acordo com MOACIR GADOTTI:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. **As promessas tornam visíveis no campo de ação possível, comprometendo seus atores e autores.** (2004, p. 37) GRIFO NOSSO

Nessa perspectiva, torna-se fundamental o entendimento de que, como unidade educativa, a escola não está isolada, mas inserida no contexto das políticas públicas. A elaboração do projeto pedagógico precisa considerar o contexto mais amplo das políticas educacionais que, por sua vez, se farão presentes no cotidiano escolar. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Assim, o PPP da escola é por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola, conforme GADOTTI & ROMÃO.

O projeto da escola depende, sobretudo, da ousadia de seus agentes, da ousadia de cada comunidade escolar em assumir a sua 'cara' tanto para dentro, nas menores manifestações de seu cotidiano, quanto para fora, no contexto histórico em que ela se insere. Moacir Gadotti & José Romão, (2004, p.37)

O termo Projeto Político-Pedagógico nasce nos anos 80, com o intuito de se contrapor a uma visão burocrática e técnica e afirmar a natureza política do projeto. VEIGA (2000) considera três pontos básicos na especificidade do projeto. Primeiro, o projeto é uma antecipação do futuro, que deve orientar e conduzir nossa ação do presente; segundo possui uma dimensão utópica, uma idéia a transformar-se em ato, o que reforça o caráter político da educação, valorizando o papel do Projeto Político-Pedagógico voltado para o desenvolvimento de um projeto histórico de transformação social; terceiro, quando concebido, desenvolvido e avaliado como uma prática social coletiva possibilita a pertença, a identidade com a proposta.

Projeto é tomado aqui no sentido de um conjunto articulado de propostas e programas de ação, delimitados, planejados, executados e avaliados em função de uma finalidade que se pretende alcançar e que é previamente delineada mediante a representação simbólica dos valores a serem efetivados. (SEVERINO, 1998, p. 82).

O PPP não é um produto, um plano, como freqüentemente é compreendido. O plano diretor da escola, por exemplo - como conjunto de objetivos, metas e procedimentos - fazem parte do seu projeto, mas não é todo o seu projeto. Ele não é algo construído para ser arquivado, ficar nas gavetas ou ser encaminhado para as autoridades para cumprir tarefas burocráticas. Ele é um processo de trabalho coletivo da escola, deve ser reconstruído e vivenciado constantemente por

todos os envolvidos com o processo educativo escolar. Ele se constitui como um processo de permanente reflexão e discussão dos problemas, das propostas, da organicidade, da intencionalidade da escola. Desse modo, subsidiará a organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho educativo na sala de aula.

Para VEIGA (2004: 14) o PPP tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade, buscando, assim, a organização do trabalho pedagógico na sua globalidade.

Nessa perspectiva, (GADOTTI E ROMÃO: 34) afirmam que um projeto sempre revê o instituído para, a partir dele, instituir outra proposta. Precisa tornar-se instituinte. O instituído é o conjunto de seus currículos, de seus métodos, o conjunto de seus atores internos e externos e o seu modo de vida, sua finalidade social. Um projeto sempre parte do instituído, que é a sua história e o patamar de onde pode mudar e o confronto com o instituinte, buscando a superação, a ruptura.

VEIGA (2000) concebe o projeto como uma totalidade articulada decorrente da reflexão e do posicionamento a respeito da sociedade, da educação e do homem, como uma proposta de ação político-educacional e não um artefato técnico, pois o que dá clareza ao Projeto-Político-Pedagógico é a sua intencionalidade.

Na análise referendada ao projeto político pedagógico, COSTA & MADEIRA (1997) consideram pertinente alguns elementos conceituais, a saber: o projeto diz respeito à concepção de escolas socialmente determinadas e referidas ao campo educativo; no período de reflexão é que a instituição define e assume uma identidade que se expressa por meio do projeto; o projeto serve de referência à ação de todos os agentes que intervêm no ato educativo; o desenvolvimento do projeto implica existência de um conjunto de condições, sem as quais ele poderá estar condenado a tornar-se apenas mais um “formulário administrativo”; a participação só poderá ser assegurada se o projeto perseguir os objetivos dos atores e grupos envolvidos no ato educativo, em sua globalidade.

Estes elementos apontados e supracitados são respeitáveis para compreender a natureza, os limites e as possibilidades do PPP da escola. É importante termo a clareza de que o projeto educacional expressa a identidade da escola. Neste sentido, tanto no momento de sua elaboração, quanto de sua execução e avaliação a escola assume e retoma a sua intencionalidade.

Neste limiar, SEVERINO (1998, p. 82) afirma que:

É na intencionalidade nuclear do projeto educacional que se encontram as raízes e as referências básicas dos objetivos que vão nortear a proposta pedagógica da instituição de ensino que queira realizar, com eficácia e qualidade, o seu trabalho educativo.

Esta intencionalidade só pode ser percebida na totalidade da ação educativa da escola. Na sua práxis, onde ela assume os fundamentos teóricos e epistemológicos de sua ação educativa, expressa na sua prática cotidiana. Muitas vezes, a escola constrói o seu projeto educacional, como uma mera formalidade, e nele até coloca referenciais teóricos metodológicos vinculados a uma concepção progressista de educação e sociedade. Contudo, este projeto ao ser construído, em muitos casos, por apenas uma equipe da escola, que concebe uma proposta onde os professores sequer a conhecem se traduz em texto aprisionado, pois não orienta a prática efetiva da escola.

Nesta perspectiva, VEIGA (2003) faz uma importante relação entre o PPP e a inovação, analisando-a a partir de duas perspectivas: como uma ação regulatória ou técnica e como uma ação emancipatória ou edificante.

A inovação regulatória significa assumir o projeto político-pedagógico como um conjunto de atividades que vão gerar um produto: um documento programático pronto e acabado, que reúne as principais idéias, fundamentos, orientações curriculares e organizacionais de uma instituição educativa. Nesse caso, deixa-se de lado o processo de produção coletiva. Perde-se a concepção integral de um projeto e este se converte em uma relação insumo/processo/produto. Pode-se inovar para melhorar resultados parciais do ensino, da aprendizagem, da pesquisa, dos laboratórios, da biblioteca, mas o processo não está articulado integralmente com o produto.

Este processo abandona os sujeitos como atores principais do institucional, desprezando as relações e as diferenças entre eles, não reconhecendo as relações de força entre o institucional e o contexto social mais amplo. A inovação de cunho regulatória ou técnico, nega a diversidade de interesses e de atores que estão presentes, porque não é uma ação da qual todos participam e na qual compartilham uma mesma concepção de homem, de sociedade, de educação e de instituição educativa. Trata-se de um conjunto de ferramentas (diretrizes, formulários, fichas, parâmetros,

critérios etc.) proposto em nível nacional. Como medidas e ferramentas instituídas legalmente, devem ser incorporadas pelas instituições educativas nos projetos pedagógicos.

A inovação regulatória ou técnica tem suas bases epistemológicas assentadas no caráter regulador e normativo da ciência conservadora, caracterizada, de um lado, pela observação descomprometida, pela certeza ordenada e pela quantificação dos fenômenos atrelados a um processo de mudança fragmentado, limitado e autoritário; e de outro, pelo não-desenvolvimento de uma articulação potencializadora de novas relações entre o ser, o saber e o agir. Este tipo de inovação (...) é uma rearticulação do sistema que se apropria das energias emancipatórias contidas na inovação, transformando-a numa energia regulatória (Leite et al., 1997, p. 10) (VEIGA, 2003, p.3).

Nesse aspecto, no que se refere ao PPP, o processo inovador orienta-se pela padronização, pela uniformidade, pelo planejamento centralizado. A inovação é uma simples rearticulação do sistema, visando à introdução acrítica do novo no velho. Neste contexto, o Projeto Político-Pedagógico, pode servir para a perpetuação do instituído. Impera uma concepção de projeto mais preocupado com a dimensão técnica, em detrimento das dimensões política e sociocultural. Há uma separação entre fins e meios, em que se escamoteiam os eventuais conflitos e silenciam as definições alternativas. O Projeto Político-Pedagógico, como instrumento de controle, está voltado para a burocratização da instituição educativa, transformando-a em mera cumpridora de normas técnicas e de mecanismos de regulação convergentes e dominador.

VEIGA (2003) sintetiza as concepções de inovação regulatória ou técnica e projeto político pedagógico perfazendo uma comparação entre essas concepções em questão. A *inovação regulatória ou técnica* compreendem ações que se materializam no caráter regulador e normativo da ciência conservadora, na observação descomprometida, na certeza ordenada, no processo de fora para dentro, na descontextualização, na padronização e uniformidade, na normalização e no controle burocrático, na mudança temporária e parcial e no instituído.

Quando o PPP, que tem como base à mesma concepção, se concretiza em atos, deságuam no conjunto de atividades que gera um documento programático, visa a eficácia, pode servir para a perpetuação do Instituído, trabalha com o processo não coletivo, otimiza a descontextualização, racionaliza o processo de trabalho, preocupa-se com a dimensão técnica, nega a diversidade de interesses, o projeto passa a ser um instrumento de controle.

Nesse exposto, a instituição educativa é regida por indicadores de desempenho e avaliação de resultados, deixando de fora quem Inova: professores, servidores técnico-administrativos e alunos. Essa mesma Instituição passa a ser mera cumpridora de normas técnicas burocratizadas; o Projeto Político-Pedagógico é construído solitariamente e regido pelo isolamento e saudosismo.

Sob a perspectiva emancipatória, a inovação e o PPP estão articulados, integrando o processo com o produto, uma vez que o resultado não é só um processo de inovação metodológica, mas um produto inovador que provocará também rupturas epistemológicas, a partir de uma construção, execução e avaliação coletiva.

Existe uma intencionalidade evidente, assumida, que permeia todo o processo inovador e, conseqüentemente, o processo de construção, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico na escola. Não há separação entre fins e meios.

Sob esta ótica, o projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos (VEIGA, 2003, p. 8).

No processo de construção do PPP, Veiga parte do princípio que a inovação emancipatória não pode ser confundida com evolução, reforma, invenção ou mudança, mas ela constitui-se numa forma de ruptura do status quo com o institucional significando a construção dos projetos pedagógicos para atingir objetivos, no âmbito de uma determinada instituição educativa.

A inovação é produto da reflexão da realidade interna da instituição referenciada a um contexto social mais amplo. Suas bases epistemológicas estão alicerçadas no caráter emancipador e argumentativo da ciência emergente. Procura maior comunicação e diálogo com os saberes locais e com os diferentes atores e realiza-se em um contexto que é histórico e social, porque humano.

A instituição educativa não é apenas uma instituição que reproduz relações sociais e valores dominantes, mas é também uma instituição de confronto, de resistência e proposição de inovações. A inovação educativa deve produzir rupturas e, sob essa ótica, ela procura romper com

a clássica cisão entre concepção e execução, uma divisão própria da organização do trabalho fragmentado.

Construir o PPP, na perspectiva da inovação emancipatória, tanto na forma de organizar o processo de trabalho pedagógico, como na gestão que é exercida pelos interessados, implica o repensar da estrutura de poder. Neste sentido, por um lado, o projeto é um meio que permite potencializar o trabalho colaborativo e o compromisso com objetivos comuns e, por outro, sua concretização exige rupturas com a atual organização do trabalho e o funcionamento das instituições educativas.

As concepções de inovação emancipatória e edificante e, o Projeto Político-Pedagógico é definido por VEIGA (2003) como um liame. A inovação emancipatória ou edificante se traduz nas seguintes nuances: Não é reforma inovação ou mudança, pressupõe ruptura; é produção humana; é alicerçada no caráter emancipador e argumentativo da ciência emergente; busca superar a fragmentação das ciências; Não há separação de fins e meios; deslegitima as formas instituídas.

No bojo do PPP tem-se a mesma envergadura no campo de concepção que se consolida nos seguintes aspectos: é um movimento de luta em prol da democratização; está voltado para a inclusão; favorece o diálogo, a cooperação; há vínculo entre autonomia e PPP; legitimidade ligada ao grau de participação dos envolvidos; configura unicidade e coerência ao processo educativo.

Nessa perspectiva, as instituições educativas calcadas neste ancoradouro repensam a estrutura de poder; suas relações sociais e seus valores. Professores, servidores técnico-administrativos e alunos unem-se e separam-se de acordo com a necessidade do processo; há protagonismo. Temos ainda a instituição educativa voltada para uma Instituição de confronto, de resistência e de proposição de Inovações. O PPP é construído coletivamente e regido pelo intercâmbio e pela cooperação.

4.1.1 A relevância do PPP

Na década de 70, século XX, as escolas são duramente criticadas do ponto de vista sociológico, sendo identificadas como Aparelhos Ideológicos do Estado e caracterizam-se por reproduzirem as desigualdades sociais.

A partir de 1980, as discussões reconhecendo a escola como organizações sociais tornam-se freqüentes. Com isso, urge que se desenvolvam as novas formas de planejamento e as concepções liberais, principalmente passar a ser discutida e repensada a forma tradicional, assim como os Regimentos Internos, que por tanto tempo serviu como norteador da gerência escolar. É neste contexto que surge e se afirma a necessidade de construção do PPP, e, muito além de uma exigência legal (Art. 12 da LDB), o PPP é, na verdade, “a proposta de uma metodologia de trabalho capaz de re-significar a ação de todos os agentes da escola, fazendo com que os sujeitos não se deixem levar pelo urgente e concentrem-se diante do importante” (VASCONCELLOS, 2002, p. 101).

Sua construção pode servir como instrumento de luta, contrapondo-se à fragmentação do trabalho pedagógico em busca da gestão para uma nova organização do trabalho pedagógico. Todos os educadores precisam saber claramente quais são as finalidades da sua escola. “[...] refletindo sobre a ação educativa que esta desenvolve, com base nas finalidades e nos objetivos que são por ela definidos. É preciso decidir o que e com fazer para se chegar a estas finalidades” (VEIGA, 1995, p. 23).

Faz-se necessário analisar a estrutura organizacional da escola (administrativa e pedagógica), para VEIGA:

As estruturas pedagógicas referem-se, fundamentalmente, às interações políticas, às questões de ensino-aprendizagem e às de currículo. Nas estruturas pedagógicas incluem-se todos os setores necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico, já as estruturas administrativas dizem respeito, [...] a locação e gestão de recursos humanos, físicos e financeiros (1995, p.25).

Outro elemento importantíssimo da organização escolar é o currículo, pois ele não é um instrumento neutro, é perpassado por ideologias e culturas. O currículo por isso também não pode ser separado do contexto social, pois é histórico. Além disso, deve visar à integração entre as disciplinas.

4.1.2 DISCUTINDO EDUCAÇÃO, LEGISLAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NO BRASIL.

4.1.3 Discutindo educação (breve contextualização)

A educação acontece de várias formas, no entanto, pode-se destacar dois aspectos fundamentais: o primeiro refere-se à família, que tem um papel central no desenvolvimento das pessoas, não somente porque garante sua sobrevivência física, “mas também porque é dentro dela onde se realizam as aprendizagens básicas que serão necessárias para o desenvolvimento autônomo dentro da sociedade [...]” (MORENO; CUBERO, 1995, p. 190), ou ao grupo de convívio social, que faz com que o aprendiz, além de garantir a sobrevivência do grupo, preveja técnicas que possam ser aprimoradas (o que origina o processo); o segundo se refere à educação que acontece na escola e que permite a sistematização de um conhecimento, agora compartilhado. Educar e aprender se fundem quando há consciência de que se é pessoa e se tem aptidões e metas de vida.

Educar-se é, em primeiro lugar, projetar e buscar a própria identidade seja pessoal seja do grupo. Isto quer dizer que, pessoalmente ou em grupo, projetamos para nós um futuro desejável e o buscamos, [...] de uma forma ou de outra, isto é, nos educamos, crescemos, [...] em segundo lugar, dotar-se de instrumentos para participar na sociedade (GANDIN, 1999, p. 101-102).

Durante toda a história, a sociedade e a educação complementam-se e são enriquecidas pelas relações sociais. Isso ocorre dentro de uma determinada sociedade, composta das mais diversas crenças, culturas, raças, ideais políticos e problemas sociais. Levar o conhecimento escolar a todos é um dos grandes desafios dos governantes, educadores e da sociedade em que vivemos.

Se as ações humanas derivam de características próprias e plurais ao mesmo tempo, educar tem seu fundamento na liberdade humana se entendida como possibilidade de transcender, superar a condição humana de puro instinto e atingir um horizonte cultural.

Os objetivos da educação não são menos subjetivos. Cada cultura almeja alcançar determinada meta. Essa determinação é feita pelos sujeitos no que há de mais característico em sua ação. As metas variam nas diferentes histórias da humanidade e não há nada senão a vontade e a necessidade dos sujeitos que as tornem mutáveis (ou imutáveis). Essas mudanças de metas dependem, sobretudo, da situação histórica em que os indivíduos se encontram e das ferramentas que ora disponibilizam.

Através dos conhecimentos adquiridos tanto na educação informal quanto na educação sistematizada das escolas, o indivíduo é, ou pelo menos deveria ser instigado a ter uma leitura do mundo desafiando-o a quebrar paradigma existente na sociedade em que ele vive e, assim, tentar melhorar as relações humanas, que são as engrenagens fundamentais para que ocorram as transformações e, conseqüentemente, o desenvolvimento.

Aos sujeitos da escola cabe estar atentos às diversidades socioculturais, criando um ambiente favorável, agradável e atuante na realidade as que pertencem. A escola, vista como,

[...] espaço de relações sociais e humanas, é um campo propício para discussão política, pois, ser político nesse âmbito é conhecer profundamente essa instituição em todas as suas características. É compreender como são estabelecidas as relações de poder no seu interior e saber avaliar como isso repercute nos serviços que a unidade escolar oferece à comunidade. (PADILHA, 2002, P. 22)

“Desta forma o compromisso maior da educação é a práxis, entendida como ação transformadora” (GADOTTI, 1995, p. 30), movimentos que levam às ações, as quais vêm melhorar a relação entre os seres humanos.

Para Freire, “a teoria e a prática são indicotomizáveis, inseparáveis, uma vez que a

reflexão sobre a ação ressalta a teoria, sem a qual a ação (ou a prática) não é verdadeira” (1982, p. 40)

A relação entre “gentes”⁴, na escola deve ser partilhada e eficaz num contínuo trabalho de renovação, atualização e organização do trabalho. Há que se reconhecer que “[...] nem todo saber resume-se no saber comum escolar. A vida é também uma grande escola, em que se aprendem coisas essenciais” (GADOTTI, 1994, p. 39).

Falar em educação não-formal nos remete a discutir aspectos a toda a formação do sujeito, sua inserção na sociedade, seu papel como agente de transformação social, e principalmente, na sua cidadania. Cidadania entendida “como o exercício pleno, por parte da sociedade, de seus direitos e deveres, baseado no exercício da democracia” (PADILHA, 2002, p. 62). É um aspecto importante e necessário de ser repensado constantemente por todos os sujeitos, mas deve ter especial atenção dos educadores e das instituições de ensino, uma vez que estes têm papel fundamental na formação dos sujeitos e devem incorporar milhões de brasileiros à cidadania, “[...] aprofundando a participação da sociedade civil organizada nas instituições de poder institucional” (GADOTTI; ROMÃO, 1997, p. 81).

Já falar em educação formal certamente não descarta os aspectos acima mencionados, mas remete também a outra discussão importante, isto é, aos aspectos legais, às leis, às diretrizes e às bases da Educação Nacional, que, atualmente, estão fixadas pela Lei nº. 9.394 de 21/12/1996.

Não são objetos da discussão do presente texto especificamente as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), mas o dito aspecto progressista que permeia a atual Lei, uma vez que o Projeto Político-Pedagógico está também relacionado a ela.

Entretanto, mesmo sem entrar no mérito da discussão da Legislação Educacional, mas necessariamente fazendo isso, pois do seu todo o Projeto Político-Pedagógico faz parte e é por ela orientado, acredita-se que seja necessário apontar alguns aspectos históricos que permitirão o entendimento do surgimento/relação dos PPPs na Legislação Educacional. A discussão não será longa, são apresentados apenas alguns encaminhamentos.

⁴ Expressão usada por Paulo Freire.

4.2 Discutindo Legislação

4.2.1 A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61)

Antes mesmo do surgimento da primeira LDB (Lei nº. 4.024/61), decorrente de uma exigência do Art. 5º, da Constituição de 1.946, já havia indícios de que a União tinha a prerrogativa de fixar as Diretrizes e Bases da Educação Nacional como um direito de todos, mas dando à entidades privadas, também, essa iniciativa, reafirmando que a educação não seria exclusividade do poder público.

A partir de algumas regras já estabelecidas pela Constituição, abria-se a possibilidade de elaboração da primeira LDB, que apresentou um anteprojeto refletindo as mudanças sociais pelas quais a sociedade brasileira estava vivendo. Deu-se entrada a essa Lei no Congresso em 29/10/1948, e, depois de muitas reformas e emendas, ela consistiu em uma nova versão, já tendo perdido muito de sua coerência e organicidade inicial.

O Projeto aprovado pela Câmara dos Deputados chegou ao Senado em 25/02/1960, foi quando recebeu mais 38 emendas, e o texto final aprovado “[...] não correspondeu plenamente às expectativas de nenhuma das partes envolvidas no processo. “Foi antes uma solução de compromisso, uma resultante de concessões mútuas prevalecendo, portanto, a estratégia da conciliação” (SAVIANE, 1999, P. 47-48).

Analisando-se o texto da Lei nº. 4.024/61, nos seus Títulos, percebe-se uma abrangência significativa do espírito liberal, entretanto, não se observa uma especificidade relacionada ao que hoje se denomina “Projeto Político-Pedagógico”.

Entretanto, no Título XIII, o Art. 100 já apresenta algumas normas, que hoje fazem parte do referido projeto. O Art. 104, da mesma Lei, faz menção à permissão para a organização de cursos ou escolas, destacando as questões dos currículos, métodos e períodos escolares próprios de cada instituição, dependendo do seu funcionamento. O Art. 115 menciona a necessidade de se

estimular a formação de associações de pais e professores.

Com isso, há que se ressaltar que não se fala em um projeto que regulamente e normalize as questões didáticas e administrativas, mas a própria Lei apresenta, no seu “corpo”, questões que tencionam a organização da educação.

4.2.2 A Lei Federal nº. 5.692/71

Quando se busca a Lei nº. 5.692/71, verifica-se que ela completou “um ciclo de reformas educacionais que visavam ajustar a educação brasileira às questões políticas perpetradas pelo Golpe Militar de 1964” (SAVIANI, 1999, P. 68). Essa Lei afirma, no Parágrafo Único do Art. 2º, que “A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação”. Também no Art. 12 (na atual Lei de Diretrizes nº. 9.394/96 é o Art. 12 que faz menção ao Projeto Político-Pedagógico) aparece o termo “Regimento Escolar”. O Regimento Escolar previsto na Lei 5.692/71 tem um caráter estritamente organizacional e disciplinar de ordem didático-pedagógica e administrativa, devendo ser adaptado a partir da aprovação do Plano Estadual (Art. 81). Caso os estabelecimentos não tenham, nos três primeiros anos, o regimento próprio, regularmente aprovado, deverá se fundamentar nas normas expedidas pela administração dos sistemas (Art.81, Parágrafo Único).

Segundo a Secretaria de Modernização Administrativa do MEC, regimento é:

[...] um ato normativo da situação interna de um órgão, designado à categoria, a finalidade, a estrutura em unidades organizacionais, especificando as respectivas competências, definindo as atribuições de seus dirigentes e indicando seu relacionamento interno e externo (RAMA, 1987, p. 51).

Percebe-se, a partir desse conceito, que o regimento deve organizar todo o funcionamento

da instituição, o que garante à instituição de ensino sua autonomia desde que observadas as regulamentações legais.

Outra característica interessante é que os preceitos do regimento devem ser amplos e gerais, que evita alterações e revisões constantes. Aí se percebe uma grande divergência relacionada ao PPP, que é visto como um processo em contínuo e constante estudo de reconstrução.

Os dispositivos a serem observados na elaboração do Regimento Escolar têm uma legislação básica que deve ser seguida. A Lei nº. 5.692/71 fixa as principais diretrizes e bases nos Artigos 12, 14 (em seus parágrafos e incisos) 70 e 81 (em seu Parágrafo Único). Também há o Parecer do CFE (atual Conselho Nacional de Educação – CNE) nº 352/71 - CEPSG, que estabelece normas para o sistema federal, as quais merecem ser destacadas:

O Regimento deverá focalizar os elementos fundamentais e os acessórios indispensáveis ao funcionamento de um estabelecimento. Por meio dele, individualiza-se a escola, define-se sua filosofia, objetivos e organização administrativa, didática e disciplinar. Deixa de ser um “regulamento interno” para ser o instrumento legal que organiza e define a escola.

A partir desse Parecer, que, ao estabelecer essas normas, confere maior liberdade à escola para organizar-se, é que se pode fazer a relação com o que chamamos hoje de Projeto Político-Pedagógico. Interessa ressaltar que o Regimento já tinha um caráter mais dinâmico, servindo para atualizar e reformar o mesmo, sempre que houvesse essa necessidade, entretanto, “[...] havia, para aqueles que receberiam a tarefa de elaborar os Regimentos, a responsabilidade de não serem omissos em relação aos aspectos essenciais do processo educativo, minimizando a coibição da própria liberdade da escola” (RAMA, op. cit. p. 53).

Não se quer, com essa brevíssima contextualização, simplificar a complexidade de todo o processo de tramitação e promulgação das Leis da Educação, tampouco comparar Regimento Interno (termo utilizado na Lei nº. 5.692/71) com o PPP, proposta apresentada na Lei nº 9.394/96. O que se objetiva é encontrar um eixo que aponte o caminho inicial, se é que se pode usar essa expressão, da idéia de um documento que norteie as ações das Instituições de Ensino. Também não se pretende com isso comparar questões regimentais com aspectos mais profundos, a

essência do PPP, mesmo porque este apresenta toda uma fundamentação filosófica e tem autonomia dentro do que a legislação para discussões mais progressistas e democráticas.

4.2.3 A atual Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº. 9.394/96)

As primeiras discussões acerca da nova LDB se deram na IV Conferência de Educação, realizada em Goiânia, no ano de 1986, pois as leis anteriores estavam ultrapassadas e eram fruto de um outro momentos histórico, também ultrapassado na década de 80. A partir da “Carta de Goiânia”, resultado dessa Conferência, que tinha como tema central “A educação e a Constituinte”, “A comunidade educacional organizada se mobilizou fortemente em face do tratamento a ser dado à educação na Constituição Federal que irá resultar dos trabalhos do Congresso Nacional Constituinte instalado em fevereiro de 1987” (SAVIANI apud AMADOR, 2002).

Em 1988, foi realizada V Conferência Brasileira de Educação com o tema “A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” em Brasília, e a partir desse momento surge o primeiro projeto da LDB, apresentado à Câmara dos Deputados em dezembro de 1988, passando a ser discutido, constituindo-se um Grupo de Trabalho da LDB tendo à frente o Deputado Florestan Fernandes.

O aspecto mais marcante do projeto apresentado foi o caráter progressista e democrático, pois foi fruto de discussões de educadores e intelectuais em seminários, congressos, encontros e conferências. Concomitantemente a esse processo criou-se o Fórum em Defesa da Escola Pública, com quatro eixos bem delineados – democratização, qualidade, gratuidade e recursos financeiros – garantindo uma escola pública num contexto social real, democrática, gratuita e de boa qualidade. “O princípio da gestão democrática da educação pública, tanto quanto a gratuidade, já estava estabelecida na Constituição de 1988, assim, era necessário garanti-los também na LDB” (AMADOR, 2002, p. 116).

Em 28/06/90 o texto aprovado ficou conhecido como “Substitutivo Jorge Hage”, e como possuía aspectos que mereceriam ser revistos, a LDB não foi aprovada definitivamente. No primeiro semestre de 1991, o projeto “Jorge Hage” foi ao plenário da Câmara, voltando em 1993 e sendo aprovado na Câmara dos Deputados.

Nesse momento o País passa por conjunturas políticas distintas do momento do encaminhamento inicial do projeto, e a nova lógica neoliberal ataca o referido projeto, “[...], pois os ideólogos da política do ‘Estado-Mínimo’ viam na educação um grande filão ainda para ser explorado”⁵ (AMADOR, 2002, p. 119).

Depois de muitas idas e vindas, o projeto é enviado à Câmara dos Deputados, e o governo dá o ultimato para que o projeto fosse aprovado até dezembro de 1996. Vai à sanção presidencial e é aprovado sem votos. Para Saviani, a LDB tratava-se de:

[...] um documento legal em sintonia com a orientação política dominante hoje em dia é que vem sendo adotada pelo governo atual em termos gerais e especificamente no campo educacional... um texto inócuo e genérico, incorporando-se ao modelo sócio-econômico do governo de Fernando Henrique Cardoso (1996), p.199).

De acordo com Demo,

[...] a nova LDB, na verdade, não é inovadora, em termos de que seriam os desafios modernos da educação. Introduz componentes interessantes, alguns atualizados, mas, no todo, predomina visão tradicional, para não dizer tradicionalista, ela trouxe poucos avanços para a educação nacional, pois sua elaboração se deu em uma conjuntura que pouco favorecia as forças progressistas, dando a LDB um ‘falso’ caráter inovador (1997, p. 67).

Passa-se então a analisar a educação atual partindo da Legislação em vigor, mais precisamente quanto às liberdades “permitidas x desejadas” pela escola.

⁵ Para saber mais a respeito do processo de tramitação da Lei nº 9.394/96, ler AMADOR, Milton Cleber Pereira. **Ideologia e Legislação Educacional no Brasil**. Concórdia (SC): UnC, 2002.

4.2.4 A Lei nº 9.394/96 e o PPP

De acordo com a atual Legislação Educacional, “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (Art. 12, inciso I), e cabe aos professores participar da elaboração do referido projeto. Se às instituições compete essa incumbência e aos professores participar desse processo, esse caminho nos leva a pensar no norte e no compromisso das ações construídas de forma coletiva e participativa. Vale fazer um parêntese a respeito das diferentes terminologias utilizadas pelo legislador: proposta pedagógica (Arts. 12 e 13), plano de trabalho (Art.13), projeto pedagógico (Art. 14). A proposta ou projeto pedagógico diz respeito à organização do trabalho pedagógico da escola, já o plano de trabalho está ligado à organização da sala de aula e a outras atividades administrativas e pedagógicas.

O projeto político-pedagógico deve nascer do chão da escola O Projeto Político-Pedagógico deve nascer do chão da escola, da necessidade dos sujeitos que fazem parte do processo educativo; não deve haver qualquer tipo de convencimento ou mobilização para que trabalhem mais, antes se deve proporcionar aos mesmos as condições necessárias para refletir e realizar o fazer pedagógico de forma consciente e coerente. p.u:a que isso seja possível há que se iniciar por um referencial teórico que dê fundamentação ao projeto (Veiga; Resende, 1998, p. 29).

Um dos primeiros passos que devem ser tomados é propiciar uma discussão acerca da concepção de educação que norteia a escola e a sua relação com a sociedade, pensando concepções de mundo, sociedade, educação, escola, professor, educando, etc.

Um outro aspecto importantíssimo para que se perceba e para que exista uma “ponte” entre a teoria e a prática é a percepção do aspecto teórico-metodológico, através de pesquisas, estudos, reflexões, discussões com todos os sujeitos que já fizeram e que fazem parte do

processo, além de amparo de pesquisadores e especialistas em educação. O envolvimento dos sujeitos só será possível a partir do momento em que a equipe coordenadora do processo conseguir conquistar a adesão de todos, mostrando que a “[...] transparência e legitimidade do projeto pedagógico deriva do fato de poderem constituir-se formalmente as diversas instâncias de discussões, publicamente reconhecidas e postas em condições de total publicidade” (MARQUES, 1990, p. 21).

4.3 PARTICIPAÇÃO: construção e conquistas

Destaca-se o conceito de participação na perspectiva da gestão democrática da educação, e, sobretudo na construção do Projeto Político-Pedagógico que prevê, dentro dos preceitos legais, a participação coletiva como ponto nevrálgico nesse processo de construção. Assim sendo, Participação vem da palavra “parte”, fazer parte de algum grupo ou associação, tomar parte numa determinada atividade ou negócio, ter parte, fazer diferença, contribuir para a construção de um futuro melhor para nós e para as futuras gerações. Essa abordagem é sempre do ponto de vista da participação ativa e nunca passiva, ou seja, um mero participante, aquele que faz parte, mas não contribui para mudanças decisivas para a sociedade. (BORDENAVE, 1994: 22).

O entendimento da intervenção na perspectiva de educação participativa requer algumas considerações sobre a natureza e o conteúdo do processo participativo. A participação é concebida como uma necessidade básica. A pessoa, no entanto, não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa. Isto é, as diversas forças e operações que constituem a dinâmica da participação devem ser apreendidas e dominadas pelas pessoas. Em cada nível e em cada caso, a dinâmica da participação será diferente. O que quer dizer que existe uma diferença entre as dinâmicas da microparticipação em grupos primários e associativos e da macroparticipação na luta social e política de grandes massas. (BORDENAVE, 1994: 23).

A macroparticipação ou participação social, no entender de Ammann (1978) e Bordenave (1994), ocorre quando há a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou

modificam a sociedade. É através dela que uma comunidade é estimulada a buscar seu próprio espaço, a fazer valer seus direitos e a lutar pela transformação da estrutura social.

A participação social não é algo acabado, como coloca DEMO (2001:18): é um processo de conquista, um processo no seu sentido legítimo do termo: “... infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. (...) a participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir”. Neste sentido, o processo de construção de uma sociedade participativa se inicia na aprendizagem do dia-a-dia na família, na escola, na comunidade etc., na busca do próprio espaço de participação, na tentativa de defender interesses individuais ou coletivos mais imediatos.

Para Boaventura (2006) quem não dispõe da informação necessária a uma participação esclarecida, equivoca-se quer quando participa, quer quando não participa. Pode dizer-se com segurança que a promoção da democracia não ocorreu de par com a promoção das condições de participação democrática dos cidadãos.

A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente, pela quais os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade social, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir em torno de questões que lhe são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme. (LÜCK, 2006).

BORDENAVE (1994: 28) classifica a participação em cinco tipos: participação de fato (é o primeiro tipo de participação do indivíduo), participação espontânea (no grupo de amigos, de vizinho etc), participação imposta (quando o indivíduo é obrigado a fazer parte do grupo e exercer certas atividades consideradas indispensáveis), participação voluntária (o grupo é criado pelos próprios participantes, que decidem sobre a organização, objetivos e métodos de trabalho) e participação concedida (a parte de poder ou influência exercida pelos subordinados e considerada legítima por eles mesmos e seus superiores).

Este autor cita como um exemplo típico de participação concedida o “planejamento participativo” implantado por alguns organismos oficiais. Este faz parte da ideologia necessária para o exercício do projeto de direção-dominação, que objetiva manter a participação do indivíduo e dos grupos restrito a relações sociais primárias, como o local de trabalho, a vizinhança, as

paróquias, as cooperativas, as associações profissionais etc, de modo a criar uma “ilusão de participação” política social.

Contudo, mesmo o planejamento participativo tem seu lado positivo, pois a participação, embora concedida, encerra em si mesma uma contradição e um potencial de conhecimento da realidade, de crescimento da consciência crítica, da capacidade de tomar decisões e de adquirir poder. Na medida em que se aproveitem as oportunidades de participação para tal crescimento, e não para o aumento da dependência, qualquer oportunidade de participação constitui um avanço e não retrocesso.

Entretanto, não se deve deixar de vislumbrar que a participação terá a constante oposição das classes dirigentes, pois colocam em julgamento seu poder e privilégios. Daí, poder-se considerar a participação como o exercício da democracia, cujo fenômeno básico é o controle do poder, pois através dela aprende-se a eleger, a deseleger, a estabelecer rodízio no poder, a exigir prestação de contas, a desburocratizar, a forçar os mandantes a servirem à comunidade, e assim por diante. (DEMO, 2001)

Nessa perspectiva FREIRE (1987: 34), destaca que a liberdade é uma conquista, e não uma doação. Exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é idéia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos.

4.3.1 A educação e a Escola: conexões possíveis no contexto da participação

Como os demais processos sócio-humanos, a participação é suscetível de crescimento de tipo biológico. Ela pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e a reflexão. A qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade; a refletir; a superar contradições reais ou aparentes; a identificar premissas subjacentes; a antecipar conseqüências; a

entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos de causas, observações de interferências e fatos de julgamentos.

A qualidade da participação aumenta também quando as pessoas aprendem a manejar conflitos; clarificar sentimentos e comportamentos; tolerar divergências; respeitar opiniões; adiar gratificações. A qualidade é incrementada quando as pessoas aprendem a organizar e coordenar encontros, assembléias e mutirões; a formar comissões de trabalho; pesquisar problemas; elaborar relatórios; usar meios e técnicas de comunicação. (BORDENAVE, 1994).

Destarte, a participação não é simples. A vantagem é que estas coisas não se adquirem numa sala de aulas, mas na chamada práxis, que é um processo que mistura à prática, a técnica, a invenção e a teoria, colocando-as ao serviço da luta pelos objetivos do povo. (BORDENAVE, 1994)

Por conseguinte, vem o que a educação deve ensinar a rejeitar. Na aprendizagem da participação, o aprendiz fica sabendo como detectar tentativas de manipulação, sintoma de dirigismo e de paternalismo; a superar a improvisação, o espontaneísmo e a demagogia; a distinguir a verdadeira participação da simples consulta ao povo.

Nesse ínterim, o tipo de educação que pode fomentar estes tipos de aprendizagem não pode ser a educação tradicional, quer consista na transmissão pura e simples de conteúdos, quer na moldagem do comportamento humano em pós de objetivos preestabelecidos. A participação não é um conteúdo que se possa transmitir, mas uma mentalidade e um comportamento com ela coerente. Também não é uma destreza que se possa adquirir pelo mero treinamento. A participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal. Parece que só se aprende a participar, participando. (BORDENAVE, 1994).

Palmilhando o caminho da participação, temos a escola democrática que se define segundo PUIG (2000), pela participação do alunado e do professorado no trabalho, na convivência e nas atividades de integração. Uma escola democrática, porém, entende a participação como um envolvimento baseado no exercício da palavra e no compromisso da ação. Quer dizer, uma participação baseada simultaneamente no diálogo e na realização dos acordos e dos projetos coletivos. A participação escolar autêntica une o esforço para entender com o esforço para intervir.

Participar não é somente deixar para as alunas e os alunos fazerem atividades, nem é deixar prevalecer unicamente sua opinião. Participar é envolvê-los na vida escolar mediante a palavra e a ação cooperativa. Participar na escola é dialogar e levar a cabo projetos coletivos. (PUIG, 2000)

Centrar a participação na palavra ou no diálogo, no entanto, poderia cair num verbalismo sem significação e, acima de tudo, pouco eficaz para influir na vida da escola. Não se trata apenas de falar sobre coisas que aconteceram e que nos preocupam, mas de procurar maneiras de intervir que sejam compreensíveis e aceitáveis para todos. Por outro lado, centrar a participação somente na ação ou na gestão de projetos poderia incorrer num ativismo imposto e, provavelmente, sem uma finalidade clara. O ativismo, se não estiver acompanhado de uma compreensão clara dos motivos que o impulsiona, é pouco eficaz para desencadear mudanças na cultura das escolas. (PUIG, 2000)

A participação democrática na escola necessita também de um momento para a ação ou a concretização dos acordos e dos projetos previstos. É preciso fazer aquilo que se combinou. Tão importante como participar do debate é implicar-se na implementação prática dos acordos ou dos projetos que foram decididos. Uma escola democrática, baseada na participação de todos, não pode somente se limitar a dar a palavra aos seus alunos e às suas alunas, mas também deve colocar em suas mãos a realização das tarefas que sejam realmente possíveis de fazê-las. Consegue-se essa participação tanto com palavra quanto com ações. (PUIG, 2000)

... democratizar a escola significa retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares (...), significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores (através da escola), um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. (REVISTA ANDE, 1979)

Para LÜCK (2006), de importante destaque à participação na escola é a elaboração do projeto pedagógico, que se constitui em uma abordagem sistêmica de orientação e coordenação do processo educacional, mediante ação conjunta, articulada, unitária e consistente da comunidade escolar, dirigida à promoção de resultados significativos na formação dos alunos. Sem uma orientação participativa compartilhada, desde a fase de elaboração, capaz de construir a clareza do ideário e das necessárias ações educacionais, o projeto pedagógico se transforma em um simples documento formal, deixando de ser o que deveria: um verdadeiro mapa de viagem a ser continuamente consultado para se chegar aonde se pretende.

Pela participação, a escola se transforma numa oficina de democracia, organizando-se como instituição cujos membros se tornam conscientes de seu papel social na construção de uma instituição verdadeiramente educacional, e agem de acordo com essa consciência. Pela participação competente e associada constrói-se a prática dos deveres sociais e conquistam-se os direitos correspondentes que, gradativamente, aumentam o direito da participação. Cria-se, por conseguinte, uma cultura de poder compartilhado, desenvolvendo-se a prática de cidadania no interior da escola. (LÜCK, 2006).

4.3.2 Valores e Princípios orientadores da Participação

A ação participativa, como prática social segundo o espírito de equipe, depende de que seja realizada mediante a orientação por certos valores significativos, como solidariedade, ética, equidade e compromisso, dentre outros co-relacionados, sem os quais a participação no contexto da educação perde seu caráter social e pedagógico.

A ética é representada mediante a ação orientada pelo respeito ao ser humano, às instituições sociais e aos elevados valores necessários ao desenvolvimento da sociedade com qualidade de vida, que se faz traduzir nas ações de cada um. De acordo com esse respeito, a ação participativa é orientada por cuidado e atenção aos interesses humanos e sociais mais elevados.

A solidariedade é manifestada mediante o reconhecimento do valor inerente a cada pessoa e o sentido de que como seres humanos nos desenvolvem em condições de troca e reciprocidade, para cuja efetivação são necessárias redes abertas de apoio recíproco.

A equidade é representada pelo reconhecimento de que pessoas e grupos em situações diferenciadas ou desfavoráveis necessitam de atenção e condições especiais, a fim de que possa colocar-se em paridade com seus semelhantes no processo de desenvolvimento. Vale dizer que os benefícios da atenção são distribuídos de forma diferente, de modo a possibilitar, aos que apresentam maior dificuldade de participação, as condições mais favoráveis para superar essa dificuldade.

O compromisso se traduz na ação dos envolvidos no processo pedagógico, focada e identificada com os seus objetivos, valores, princípios e estratégias de desenvolvimento. Pressupõe o entendimento pleno dessas questões e o empenho para sua realização, traduzido em maior e melhor aprendizagem pelos alunos, assim como sua formação sólida e segura.

Esses valores ora salientados, demonstram que a ação participativa vislumbrada em educação é orientada pela promoção solidária da participação de todos da comunidade escolar, na construção da escola como organização dinâmica e competente, tomando decisões em conjunta orientadas pelo compromisso com valores, princípios e objetivos educacionais elevados, respeitando os demais participantes e aceitando a diversidade de posicionamentos e características pessoais. (LÜCK, 2006).

Percebe-se, contudo, neste contexto, que uma escola democrática está aberta à participação de todos os seus membros, respeitando, porém, o caráter simultaneamente simétrico e assimétrico das relações mantidas entre o corpo docente e o alunado. Nessa perspectiva, a construção de um clima escolar democrático supõe um conjunto de valores que delimitem e referenciem as práticas pedagógicas que, de acordo com esses valores, definem a vida e o trabalho escolar. Portanto, os valores e as práticas são os dois pilares de uma escola democrática. Essas práticas devem refletir, no cotidiano, alguns procedimentos com conteúdo educativo coerente com valores democráticos pretendidos. Pensar uma escola democrática e participativa significa estabelecer os valores que devem guiar os métodos que farão possível a sua concretização em cada instituição.

4.3.3 Princípios da participação

De acordo com LÜCK (2006), a gestão participativa se fundamenta em, e reforça uma série de princípios interagidos, que se expressam de forma subjacente nos vários momentos e expressões da participação. Estes princípios baseiam-se na democracia como uma vivência social comprometida com o coletivo, a construção do conhecimento da realidade escolar como resultado da construção da realidade em si, e a participação como uma necessidade humana.

Democracia e participação são dois termos indissociáveis, à medida que um conceito remete ao outro. Todavia, essa reciprocidade nem sempre ocorre na prática educacional. Isso porque, embora a democracia seja irrealizável sem participação, é possível observar a ocorrência de participação sem espírito democrático. Neste caso, o que se teria é um significado limitado e incompleto de participação.

A democracia, como processo e não como ideário estabelecido a priori, aparece e se desenvolve incessantemente (re) construída, mediante o dinamismo específico da estrutura e funcionamento organizacional da comunidade escolar/educacional que se efetiva a partir das pessoas e do espírito humano da cultura organizacional da comunidade, mobilizando-os e sendo por estes elementos mobilizados.

A democracia se expressa como valor e como processo. Ou seja, de um lado, afirmam ideais, intenções e desejos – aquilo que se quer - de outro, requer formas de manifestação que a concretizem – aquilo que se pratica. Uma sociedade não é democrática pela simples afirmação de valores, mas, também e, sobretudo, pela construção e prática cotidiana dos mesmos, ou seja, pelos processos que os instauram e reafirmam. Num contexto democrático, a eleição de representantes é um importante passo, ao qual se somam outros, que visam a assegurar a participação e a decisão coletiva sobre aquilo que importa à sociedade.

Temos ainda nesse mesmo contexto a democracia como direito e dever, que por sua vez, não são conceitos fixos e estabelecidos a serem adotados e seguidos, mas, sim, idéias que se desdobram e se transformam continuamente pela própria prática democrática que, por si, é criativa e dinâmica. Não se trata, portanto, de um sentido normativo e imperativo.

De direitos e deveres tomados como dados, e sim de um sentido interativo pelos quais direitos e deveres se transformam contínua e reciprocamente e são superados em estágios sucessivos de complexidade que vão tornando as funções sociais do grupo mais amplas, complexas e significativas, ao mesmo tempo em que seus membros vão desenvolvendo a consciência do processo como um todo, bem como das nuances de seus múltiplos desdobramentos.

Desse modo, “à medida que a consciência social se desenvolve, o dever vai sendo transformado em vontade coletiva” (CARVALHO, 1979:22), criando no interior da escola uma cultura própria, e não imposta de fora para dentro, de maneira a impulsionar para a ação pro ativa

como força promotora de transformações, em vez de impulsionar para a reação e resistência, cujos efeitos são o fortalecimento do grupo como unidade reacionária e não como força construtiva.

Portanto, a democracia se expressa como condição fundamental para que a organização escolar se traduza em um coletivo atuante, cujos deveres emanam dele mesmo, a partir de sua maturidade social, e se configuram em sua expressão e identidade, que se renova e se supera continuamente.

O postulado democrático de orientação dos processos sociais da escola implica, portanto, o construir juntos, vivenciado no plano interpessoal, do respeito ao outro como sujeito, como ser humano (CARVALHO, 1979: 32), a consideração das diferenças individuais e exercidas em nome do aprimoramento e enriquecimento do processo coletivo como um valor.

A participação constitui uma forma significativa de, ao promover maior aproximação entre os membros da escola, reduzir desigualdades entre eles. Portanto, está centrada na busca de formas mais democráticas de gerir uma unidade social. Define-se, pois, a gestão democrática como o processo em que se criam condições para que os membros de uma coletividade não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam responsabilidade por sua implementação. Isso porque democracia pressupõe muito mais que tomar decisões: envolve a consciência de construção do conjunto da unidade social e de seu processo de melhoria contínua como um todo.

A construção do conhecimento, do ponto de vista epistemológico, consiste em processo fundamentado na intervenção crítica e refletida sobre a realidade, de modo a construí-la. Entende-se, pois, que o conhecimento significativo não é resultante da contemplação sobre a realidade e reflexão sobre a mesma. Resulta, sim, do envolvimento das pessoas na criação dessa realidade. Conforme KOSIK (1976:18) ressalta, “não é possível compreender imediatamente a estrutura da realidade em si, mediante a contemplação ou a mera reflexão, mas, sim, mediante uma determinada atividade”. É a partir dessa atividade, realizada com um olhar orientado pelo pensamento reflexivo, que a pedagogia toma consciência de si mesma que constrói explicações para seus processos, em relação a seus resultados; e que define postulados capazes de impulsionar o seu desenvolvimento.

Portanto, entende-se que a ação é condição fundamental para a construção da realidade e do respectivo conhecimento, e que a educação democrática é aquela que oferece a todos que fazem parte da organização escolar a oportunidade de participação como condição não apenas de

construir a realidade social pedagógica, mas também de criar seu próprio conhecimento sobre esse processo.

Ainda dentro dessa abordagem tem-se a participação como uma necessidade humana e, por conseguinte, consiste na necessidade de a pessoa ser ativa em associação com seus semelhantes, desenvolvendo seu potencial. Isto é, o ser humano se torna uma pessoa e desenvolve sua humanidade na medida em que, pela atuação social, coletivamente compartilhada, canaliza e desenvolve seu potencial, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento da cultura do grupo em que vive, com o qual interage e do qual depende para construir sua identidade pessoal.

“O ser humano é, no meio em que vive”, um sistema indivíduo-meio que se constitui em um todo indissociável. Nesse sentido, “nenhum homem vive, pensa, sente ou julga independentemente do grupo social a que pertence” (CARVALHO, 1979:15). Simultaneamente, nenhum grupo social tem vida independente dos indivíduos que o constituem. A partir dessa dinâmica interativa compreende-se que, mediante uma atuação participativa em seu contexto, a pessoa, ao mesmo tempo, contribui tanto para a construção desse contexto como para seu próprio desenvolvimento pessoal, como ser humano e cidadão.

Nesse limiar, evidencia-se, portanto, que é pela participação que o indivíduo desenvolve a consciência do que é como pessoa, mobilizando suas energias e sua atenção como parte efetiva de sua unidade social e da sociedade como um todo. A participação democrática promove a superação da simples necessidade de associação humana, que pode ser orientada por um sentido individualista e oportunista, mediante distorção ou incompletude da formação humana para uma necessidade de integração do ser humano na sociedade, de harmonizar e coordenar esforços do grupo, com a finalidade de realizar um trabalho mais efetivo, contribuindo para o bem de todos.

5. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Entende-se por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade de mundo e assim vincula pensamento e ação. Desta forma nada pode ser um problema intelectual, se não tiver sido, num primeiro momento, um problema da vida cotidiana. As questões da pesquisa estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente determinadas, surgem da inserção na realidade, nela encontrando suas razões e objetivos (MINAYO, 2002, p.21; GOLDENBERG, 2001, p. 13).

Como todo pesquisador das ciências humanas, teve-se que enfrentar as tensões que decorrem de questões clássicas como: É possível conhecer? Como conhecer? As respostas para estas perguntas têm sido as mais diversas, dependendo da cultura, do período histórico e das condições tecnológicas, e, também para nós, pareceram diferentes e variadas nos diversos momentos de construção/execução dessa investigação.

Usualmente dá-se de conhecimento ao ato, fruto da relação entre sujeito que conhece e um objeto, sendo que, a partir do século XIX, instituiu-se um paradigma hegemônico, onde conhecer a realidade significa manipulá-la e o conhecimento tem origem na experiência sensível. Como aponta ALBERTO OLIVA (1990: 19): “o empirismo Baconiano entende que a efetiva compreensão da realidade desemboca necessariamente na descoberta de mecanismos de transformação prática daquilo que se investiga”.

O período atual é de quebra com este paradigma, na procura de situar uma concepção de conhecimento, compreendido como uma reflexão sobre o simbolismo em que a realidade é anunciada; é o revelar, a elucidação da realidade, que por sua vez é aquilo que é pela inteligência de cada ser humano. De acordo com este novo paradigma só existe uma aceção no conhecimento historicamente construído, alvitre da compreensão de nós mesmos e do objeto, na contextura das

relações sociais do mundo em que vivemos. Assim como anuncia BOAVENTURA (1998, p. 30), confiamos que:

... chegamos ao final do século XX possuídos pelo desejo quase desesperado de complementarmos o conhecimento das coisas com o conhecimento do conhecimento das coisas, isto é, com o conhecimento de nós próprios. de nós próprios.

Este pensamento ao ser defendido pelo pesquisador, normalmente atravessa por alguns entraves de ordem cognitiva que resultam por ensinar-lhe que o único caminho viável e seguro no saber é a reconstrução consecutiva do próprio saber. Para tanto, precisa destituir-se da vontade ansiosa pelas respostas, e manter o conhecimento firmemente questionado, o que requer competência na elaboração de problemas.

A isso que se chama de entraves cognitivos, GASTON BACHELARD (1998, p. 19) nomeia obstáculos epistemológicos, e dentre aqueles mencionados por ele em sua obra – *A Formação do Espírito Científico* – enfatiza-se o obstáculo verbal como um dos mais intrincados de superar, já que comumente somos induzidos a generalizações a partir de um juízo ou de uma única palavra, como se esta pudesse evocar todas as possibilidades de esclarecimento.

5.1 Procedimentos Metodológicos

Partindo desses princípios, buscou-se uma metodologia que manifestasse um conhecimento apropriado à natureza do objeto desta pesquisa. Nesses termos, optou-se por realizar um Estudo de Caso. Isso porque as condições de acesso e localização, e a receptividade dos atores educativos assinalaram para uma situação adequada à utilização deste recurso metodológico.

Caracteriza-se a investigação delineada neste trabalho como modelo de análise de cunho interpretativo-analítico, baseada num modelo teórico de análise discursiva, em que se procura analisar a participação da Comunidade Escolar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico na

Escola objeto de estudo, à luz dos fatores das categorias analíticas da participação e da concepção emancipatória, sob a ótica dos atores envolvidos no processo.

Essa pesquisa foi fundamentada em uma abordagem qualitativa, procurando um envolvimento mais dinâmico entre sujeito e objeto de estudo. Por esta razão, a análise foi feita privilegiando a interpretação do processo discursivo, buscando interpretar a riqueza e a complexidade que reside nas inter-relações entre as várias instâncias da comunidade escolar, assim como nas reflexões e expectativas educacionais dos participantes envolvidos. Entre essas características enfatizo-a:

Interpretação em contexto, em que a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas devem ser relacionados à situação específica onde ocorrem ou à problemática determinada que estão ligados. (André e Lüdke, 1986, pp. 18-19)

Vale ressaltar, ainda, a possibilidade fornecida pelo Estudo de Caso em retratar a realidade de forma completa e profunda, revelando a multiplicidade de dimensões que compõem uma determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo e evidenciando sua complexidade e inter-relação de seus componentes, na medida em que o pesquisador pode-se valer de uma larga variedade de informações provenientes de fontes diversas, permitindo-lhe o cruzamento de dados, confirmação ou rejeição de hipóteses, descoberta de novos dados, criação de questões alternativas, como muito bem coloca MERE ABRAMOWICK:

Outra característica do Estudo de Caso é o privilegiamento da interpretação em contexto. Tenta-se apreciar uma prática em uma dada situação, observando os efeitos, contextualmente. O que se leva em conta, no Estudo de Caso, é o cenário da situação como um todo abrangente onde o contexto tem uma função integradora e deve ser considerado, pois ele é único. (1990, p. 40)

No desenvolvimento do Estudo de Caso é fundamental que não haja limites no uso de técnicas. Quanto mais diversificadas forem as técnicas, mais completos serão os dados obtidos, uma vez que representam as práticas sociais encaradas não só como partes da realidade, mas imersas no seu contexto de produção e interação.

Enfatiza-se, aqui, o valor da pesquisa qualitativa para os estudos interpretativos e a história de vida como uma de suas ferramentas mais valiosas quando se trata de analisar a inserção entre a vida individual e o contexto social.

Desta forma esse trabalho foi desenvolvido em cinco etapas bem distintas, a saber:

1ª Etapa: Pesquisa Documental

A pesquisa documental constou das análises do Projeto Político-Pedagógico, do Regimento Escolar, da Lei Orgânica Municipal de Itabuna, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Embora nem sempre os documentos retratem a realidade, tentamos retirar das situações as razões pelas quais os documentos foram criados, como aconteceu com o mais importante deles para este estudo – o Projeto Político-Pedagógico.

2ª Etapa: Coleta de Dados

A coleta dos dados realizou-se sob condições de ambiente não controlado, isto é, em contexto real. Foi preciso adaptar um calendário e um plano de coleta de dados e informações à disponibilidade dos entrevistados. Isso quer dizer que, procurou-se introduzir no mundo do objeto, e não o inverso, como ocorre com estratégias de pesquisa em ambiente controlado. Para tanto, selecionou-se e utilizou-se de instrumentos como, roteiros e entrevistas usando a técnica de grupos focais.

Essa técnica se constituiu em um elemento fundamental como fonte de evidência deste estudo, onde se tentaram extrair fatos, opiniões dos atores educacionais, a respeito da participação da Comunidade Escolar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico na escola Municipal Prof^a. Norma Vídero.

Nessa mesma direção, a técnica dos grupos focais utiliza a interação grupal para produzir dados e *insight* que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo. Os dados obtidos, então, levam em conta o processo do grupo, tomados como maior do que a soma das opiniões, sentimentos e pontos de vista individuais em jogo. Apesar disso, o grupo focal conserva o caráter de técnica de coleta de dados, adequado, *a priori*, para investigações qualitativas.

Segundo IBÁÑEZ (1986, p. 32) Trata-se de uma técnica analítica que utiliza bases teóricas provenientes da lingüística, psicanálise e sociologia para interpretar os conteúdos latentes das opiniões sociais. O foco não se encontra na análise dos conteúdos manifestos nos grupos, mas sim no discurso que permite inferir o sentido oculto, as representações ideológicas, os valores e os afetos vinculados ao tema investigado. A premissa é a de que os pequenos grupos tendem a reproduzir nos jogos de conversação, o discurso ideológico das relações macrosociais. Eles seriam, pois, uma forma de desvelar este processo de alienação e torná-lo consciente para os participantes.

A moderadora de grupo ouve a opinião de cada um e compara suas respostas; sendo assim, o seu nível de análise é o indivíduo no grupo. A unidade de análise do grupo focal, no entanto, é o próprio grupo. Se uma opinião é esboçada, mesmo não sendo compartilhada por todos, para efeito de análise e interpretação dos resultados, ela é referida como do grupo.

Nessa pesquisa, com os participantes da Comunidade Escolar da Escola Prof^a. Norma Vídero aplicou-se entrevista utilizando a técnica do grupo focal, buscando informações, opiniões e juízos sobre como a Comunidade Escolar vêem a participação, e que contribuição essa participação pode trazer na elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

Foram escolhidos os representantes dos segmentos, assegurando uma diversidade de situações e pontos de vista dentro dos critérios estabelecidos a seguir:

- Diretora da escola (nomeada pela Secretaria de Educação) cuja liderança é visível reconhecida pela comunidade escolar e, por já ter desenvolvido trabalho de coordenação pedagógica desde o início das atividades da escola;

- Cinco professores selecionados pelo tempo de serviço na escola;

- Vice-diretora responsável pela Coordenadoria Pedagógica, que envolve os setores Técnico-Pedagógico, de Prática Docente e de Apoio Didático e que, juntamente com a Coordenadoria Administrativa e a Diretoria formam a Direção da escola;

- Quatro funcionários da escola, selecionados pela atividade que executam: secretária da escola envolvida nas ações técnico-administrativas, responsáveis pela segurança; manutenção e merenda;

- Seis alunos representantes de turmas;

- Quatro pais de alunos, representantes do segmento.

Os dados coletados, a partir das entrevistas e discussões no grupo focal foram analisados à luz da Teoria Lingüística da Análise de Discurso, surgida na década de 1960, na França. Essa teoria promove condições ao pesquisador de construir dispositivo de interpretação. Esse dispositivo tem como característica colocar o dito (texto) em relação ao não dito (discurso), procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras.

De acordo com ORLANDI (2000, p. 19), nos anos 60, a Análise de Discurso se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com século XIX: a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise. A Análise de Discurso, trabalhando na confluência desses campos de conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso.

Desse modo, se a Análise de Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Lingüística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Lingüística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Mais adiante, a autora Orlandi esclarece que,

Interroga a Lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relaciona ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (p. 20)

Importante aqui destacar é que a Análise do Discurso está baseada na constitutividade de conceitos que a fundamentam: o discurso, o sentido, o sujeito, as condições de produção vão se constituindo no próprio processo de enunciação. A Análise do Discurso não reduz o discurso a apenas análises lingüísticas, mas busca abordá-lo numa perspectiva histórica, levando em consideração a interdisciplinaridade.

3ª Etapa: Pesquisa teórico-bibliográfica

Na pesquisa teórico-bibliográfica, utilizou-se de obras de pesquisadores dedicados aos estudos referentes ao Projeto Político-Pedagógico, participação e concepção emancipatória da educação, como Moacir Gadotti, José e. Romão, Ilma passos Veiga, Pedro Demo, Heloísa Lück, Paulo Freire, entre outros, a fim de se conhecer melhor e examinar as principais propostas e concepções sobre o Projeto Político-Pedagógico no contexto escolar, que respeitem a autonomia, a participação efetiva da comunidade escolar e reflexão coletiva; articulação da escola, da família e da comunidade.

4ª Etapa: Análise de Dados

A análise dos dados levantados deu-se em relação à participação da Comunidade Escolar no processo de elaboração do Projeto Político–Pedagógico, a partir do discurso dos sujeitos participantes da ação educativa. Constatou-se dos referenciais teóricos, buscando respostas quanto ao tipo de participação ou não da Comunidade Escolar na elaboração do PPP da Escola Municipal Profª Norma Vídero.

5. 2 Os discursos dos sujeitos da Comunidade Escolar Profª. Norma Vídero

Apresentam-se a seguir os principais resultados, quando da realização da pesquisa de campo. Conforme a proposta metodológica que orienta a execução desta pesquisa, foram entrevistados 21 (vinte e um) participantes da Comunidade Escolar. A referida entrevista foi realizada utilizando a técnica de grupo focal e dividiram-se esses grupos por segmento. Sendo assim, o grupo A corresponde a Diretora e Vice-Diretora. O grupo B corresponde aos professores. O grupo C corresponde aos funcionários. O grupo D corresponde aos pais de alunos. O grupo E corresponde aos alunos.

Nessa entrevista, deixa-se bem claro que a identificação do entrevistado será opcional e que todas as discussões ali colocadas terão como destino exclusivo compor a pesquisa em curso. Todos os dados pessoais dos entrevistados constarão do caderno de campo.

Na realização das entrevistas com os participantes, embora se observasse certa inibição para alguns entrevistados, utilizou-se um mini gravador, autorizados por eles, em todas as entrevistas, para onde foi encaminhado com o roteiro a ser seguido pelo moderador que é quem conduz as discussões em curso e, às vezes efetuava-se uma intervenção como uma forma de provocação para dar continuidade às discussões no grupo.

A gravação permitiu manter ao máximo as próprias expressões dos participantes e sua maneira de encadear os fatos. Logo de início ficou estabelecido que após a entrevista, far-se-ia a sua transcrição, levar-se-ia uma cópia impressa para que os entrevistados lessem, e daí autorizasse a sua utilização no trabalho de pesquisa. O que foi feito com boa aceitação.

As condições de tempo e local em que foram realizadas as entrevistas, e a boa vontade da maioria dos entrevistados em discutir apresentar suas opiniões sobre a temática contribuíram para o registro e análise dos fatos, reflexões e pensamentos expostos.

1. Grupo Focal A: Fala do segmento Diretor (a) e Vice-Diretor (a).

Nesse momento, iniciaram-se as discussões problematizando acerca do significado de participação que emerge dos sujeitos coletivos a partir da elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

Para isso o diálogo partiu da pesquisadora, moderadora do grupo focal, com a seguinte questão: “Qual a relação do Projeto Político-Pedagógico com o significado participação coletiva?”.

[...] A questão que está colocada aqui é o significado de participação da Comunidade Escolar[...] Que relação vocês podem fazer deste significado participação com a elaboração do Projeto Político – Pedagógico? [...] Qual a relação comunidade local e a Escola? [...] São realizados encontros para estudos acerca do Projeto Político-Pedagógico? [...] O que é necessário fazer para a elaboração do Projeto Político – Pedagógico? [...] Há oportunidade para a participação de todos no Projeto Político-Pedagógico? [...] As pessoas se engajam no processo. Porquê?[...] (Moderadora, 2007)

Dessa situação pareceu surgir um momento de quietude. Elas falaram com fluência e desencadearam as discussões se posicionando com relação à Escola, a Comunidade Escolar, a participação e o Projeto Político-Pedagógico.

Alguns aspectos foram levantados inicialmente. Dentre eles, o quesito participação e sua relação com a Comunidade Escolar e seus respectivos segmentos.

Na interpretação do discurso da diretora e vice-diretora, foi possível constatar-se que a participação na Comunidade Escolar existe. No entanto, reconhece-se que a prática da

participação efetiva precisa ser estimulada, para além do discurso, do conhecimento de como as pessoas pensam. Nesse pressuposto, o grupo acredita que o contexto cultural social e econômico da comunidade escolar é fator decisivo na criação de um ambiente favorável à aprendizagem de habilidades participativas. Como evidencia na fala a seguir:

A gente sabe que essa questão da **participação** tanto **da comunidade escolar** como um todo ainda é muito recente não é isso? já se fala na participação da comunidade escolar já vem se falando há um bom tempo, mas... oh:: acontecimento mesmo a realização dessa participação a gente sabe que ainda é um **processo** e como um processo ele ainda vem acontecendo de forma gradativa ah:::: existe a participação? existe... de todos os **segmentos**, segmento pai, segmento aluno, professor éh:::: funcionário, mas essa participação a gente tem consciência de que ela precisa ser **plena** né? porque... até por conta do contexto cultural social econômico.[...]. (Diretora). Grifo nosso

Outro aspecto importante emergido nos discursos da vice-diretora e da diretora é de relacionar participação, Projeto Político-Pedagógico e conhecimento em um só coeficiente. Esse pressuposto evoca que só nessa atual gestão com trabalhos de sensibilização desenvolvidos em prol da interação participativa de todos os membros da comunidade escolar na elaboração do PPP, que foi possível favorecer um ambiente propício ao diálogo efetivo que permite a compreensão abrangente da realidade e das pessoas em sua construção. Esse texto discursivo dialógico entre as gestoras evidencia que a gestão anterior não criava nenhum mecanismo viável a um modelo de gestão democrática, que só foi possível tal mudança de paradigma nessa gestão atual.

Até mesmo porque eles não têm o **conhecimento** né? Até criam uma resistência, eles estão começando a ter conhecimento agora do que vem a ser a participação no processo de elaboração do **Projeto Político-Pedagógico da escola**". (Vice-Diretora)

“Na medida em que a escola chama... a gente vai tentando **sensibilizar**. Mas você sabe que essa sensibilização é uma coisa que não vai se dar do dia pra noite né? (Diretora) Grifo nosso

Outro aspecto a considerar na discursividade do grupo focal é quanto o trabalho da direção em torno do tripé Participação / Comunidade Escolar / Família que correspondem três eixos fundamentais da escola. Foi observada no discurso do grupo a importância desses eixos para a atual gestão, na medida em que a direção escolar tenta criar condições favoráveis se mobilizando para trazer os pais para a escola, e assim envolvê-los de forma significativa na determinação dos destinos da escola, como aborda a diretora.

[...] esse trabalho de **sensibilização** que a gente tá sempre batendo -- feito formiguinha -- naquela tecla que é importante à família dentro da escola a **participação da família** a **participação da comunidade local**. (Diretora) Grifo nosso.

A questão da comunidade local em consonância com a escola é retomada pelo grupo, e a asseguram no discurso que a participação do bairro Fonseca é a participação da família e compreende essa participação como contribuição para a melhoria da qualidade de ensino. Além disso, deve-se considerar como um direito dos pais influenciarem a determinação do sentido do ensino que seus filhos irão receber. Contudo, só foi possível essa integração a partir da iniciativa da atual gestão de promover encontros, realizar reuniões, seminários e palestras com os pais de alunos da Escola.

[...] eu sinto assim... a **comunidade** aqui do **Fonseca** ela é uma comunidade -- que eu já trabalhei em outras comunidades aqui em Itabuna também... e eu sinto que ela é uma comunidade -- até **mais participativa**... em relação às outras que eu já trabalhei... porque... a gente chama: eles vêm mais à escola: a gente vê uma boa parte querendo saber de como tá **os filhos**: se interessando: querendo orientar. Nós fizemos uma **reunião** aqui semana passada de **pais** e mestres e: a reunião ela foi assim setenta por cento de frequência, então isso pra mim já é um fato positivo porque eu tô percebendo que o nosso trabalho está dando certo. Grifo nosso.

Ainda segundo os discursos da diretora e vice-diretora, a participação dos pais na vida da escola tem sido um dos indicadores mais significativos na determinação da qualidade de ensino,

acreditam que com a participação dos pais na vida da escola os alunos possivelmente terão um aprendizado considerável.

E elas são otimistas em dizer que houve avanços, pois antes o quadro não era animador, mas hoje, nesta atual gestão, temos um cenário considerável no exercício da participação ativa dos pais. A partir dos discursos da diretora e vice-diretora que há uma compreensão e esforço no sentido de mobilizar a Escola para que esses pais possam participar ativamente da organização escolar e pedagógica, como evidencia a fala a seguir:

[...] já ocorreram épocas aqui da gente fazer **reunião...** dez quinze pessoas no máximo ou fazer/ elaborar um seminário pra chamar a atenção deles pros temas da vida né? a respeito dos filhos e vim pouquíssimo pais então a gente tá sentindo que isso tá melhorando a cada dia que passa mas eu sinto que ainda tá lento e a **escola** ela não/ ela tem que buscar eu sinto assim uma necessidade da escola buscar Mais mecanismos pra atrair essa **comunidade** porque os que a escola dispõem ainda não são suficiente não é suficiente pra conseguir atrair assim **maior participação dos pais** [...] (Diretora) Grifo nosso.

Na seqüência das discussões, revela no discurso do grupo focal que através dos tempos a participação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico vem melhorando a cada dia com seus conflitos e acordos. Demonstra ainda, que a direção cria meios para aproximar ainda mais os pais, e assim tentar almejar um grau maior da participação destes membros. Constatou-se também que todo esse registro de mobilismo tem objetivos envolver a família e a comunidade na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola e mostrar a importância desse documento no processo educativo.

Nessa linha de reflexão que envolve a articulação entre escola-família-comunidade e participação; insurge durante o discurso dos gestores escolares partícipes deste grupo focal, pressupostos que requerem o envolvimento de todos na elaboração do projeto Político-Pedagógico, nem que para isso tenham que criar meios como café da manhã, usando de artifício comumente encontrado nas diversas escolas. Como aborda a diretora e vice-diretora nas falas a seguir:

[...] café da manhã para **os pais**, para **as mães** a gente sempre procura porque a gente sabe que a **nossa comunidade** é uma comunidade muito carente é uma comunidade que passa muita necessidade então a gente tenta pegar pelo ponto fraco né? e aí a gente vai atraindo e a gente faz as duas coisas junta o útil ah:::::ao agradável né? começa -- faz aquele café da manhã e tal e ali a gente também passa a nossa parte educativa. (Diretora) Grifo nosso.

[...] uma coisa também a gente NUNca faz uma **reunião de pais** uma **reunião d/ de Conselho de (Caixa Escolar)** sem servir algum tipo de merenda seja ela a mais simples que for um biscoito com suco um mungunzá ou um mingau mas a gente sempre... sempre leva pra esse lado porque eu acho que isso também é importante né? ele se sentir o quê? éh:::: bem servido né? bem tratado acolhido e assim e trabalhando com o **Projeto Político – Pedagógico** com eles, mostrando sua importância na Escola. né? (Vice-Diretora) Grifo nosso.

Dentre esses aspectos ora abordados foram considerados imprescindíveis para a direção o espaço físico, a Associação de Moradores, a comunidade do bairro Fonseca e a participação destes no processo educacional. No entanto, percebe-se que a articulação com a Associação de Moradores deixa muita a desejar. Isso porque não se verificou um trabalho de base com o intuito de aproximar Associação de Moradores à escola. A participação da Associação de Moradores do Bairro, ainda é um processo, e que esta relação ainda parcial e, se faz necessário criar mecanismos para que essa participação ocorra de forma efetiva.

Elas entendem que a escola aberta à comunidade local já é um ato participativo. No entanto, não basta que a escola esteja aberta, apenas, na sua infra-estrutura, é necessário que a direção promova condições favoráveis ao estreitamento da articulação Escola / Comunidade, uma vez que essa ação permita um maior grau da participação dos pais sobre o processo educativo, a partir de sugestões, questionamentos, indicação de caminhos, participando da gestão escolar.

:

Olha, a relação da escola com a **comunidade Fonseca** é muito boa escola éh::/ até éh::::: até o... o próprio espaço físico dela já dá pra gente perceber que ela é uma **escola aberta**... então a comunidade ela tá sempre presente aqui mesmo que a escola não quisesse não teria como VEDAR essa **participação** da comunidade porque a todo o momento o pessoal tá aqui e... vendo participando... né? **avaliando** se tem alguma coisa que eles não gostam eles falam se a gente toma alguma medida que eles não estejam de acordo também eles chegam e diz tá entendendo? (Diretora)

[...]eles participam de tudo aqui dentro. Aí se precisa de **espaço** pra reunião é a escola que fornece finais de semana a **comunidade** tá aqui dentro éh:: as:: as

igrejas tanto católica como evangélica que eu acho que você já percebeu que o Sítio é o único espaço que o Fonseca tem, eles não têm outro espaço então TORNOU-SE MUITO MAIS FÁCIL essa participação tanto da **Associação dos Moradores do Bairro** como da comunidade é como se esse Sítio fosse a menina dos olhos deles, entendeu? (Vice-Diretora) Grifo nosso

Ainda pode-se observar nas discussões que o discurso da diretora e vice-diretora pressupõe que o bairro necessita da escola, assim como a escola necessita do bairro. Esse discurso compreende que para se obter um maior nível de participação é importante que não só a escola é aberta para a comunidade local, mas a comunidade local também está aberta à Escola. Pode-se perceber ainda que o Sítio (Fundação Marimbeta) é fundamental para a comunidade, cujo espaço favorece lazer, além de ser um espaço sócio-educativo, como apresenta na fala a seguir:

[...] E a **escola** chega a ser um **lazer** para os meninos que estudam e não estudam. Porque eles ficam por aí ao redor do **Sítio** à tarde toda com passarinhos, subindo em árvores, passeando [...] tem crianças até com problemas mentais e ficam aqui, na verdade eles vivem mais é aqui. [...] então há sempre essa **participação** da comunidade e da escola. Os pais dizem se estão gostando ou não do trabalho da professora, reclamam se os filhos não estão aprendendo. [...] eles podem até não ter instrução, mas participam da vida na escola. Se o professor faltar eles cobram a direção, cobra do professor. Eles participam, quer dizer é uma coisa que precisa ser ampliada. Mas **essa participação existe**". (Diretora) [...] Já há **interação escola e comunidade** (Vice-Diretora). Grifo nosso.

Na concepção dos participantes deste grupo, a família não é convidada da escola, num dia especial do ano, marcado por muita propaganda, mas sujeito ativo do cotidiano escolar e partícipe de suas decisões e orientações. A família na escola é uma prática que ainda precisa ser um ato de sensibilização política. Em suma, a participação para a direção escolar pressupõe processo e como tal deve ser instigado a todo tempo no ambiente escolar a fim de se alcançar à participação plena de todos os membros da comunidade. É notório que a participação como processo não se reflete em relações sociais estáveis é uma ação que reflete conflitos, negociações e acordos.

2. Grupo Focal B: Fala do segmento dos docentes.

As discussões iniciaram com a provocação da moderadora com o intuito de deixar o grupo à vontade para as discussões.

Para isso, o diálogo partiu da seguinte problematização – O conceito de participação que emerge dos sujeitos coletivos a partir da elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

[...] A questão que está sendo posta é se vocês têm conhecimento acerca do Projeto Político-Pedagógico, se participaram de sua elaboração, e se participaram, de que forma isso aconteceu? [...] avaliam o Projeto, o currículo? Relação Escola/comunidade local., Escola/Fundação Marimbeta.[...] A escola e seu percurso histórico, o que mudou na escola com o Projeto? [...] (Moderadora, 2007)

A moderadora provocou mais uma vez o grupo para que as discussões fluíssem, e dessa situação a professora **A** se manifestou com entusiasmo. Na verdade ela queria falar de como se sentia enquanto sujeito do processo em questão. Nesse encontro, repentinamente, estava a oportunidade de expressar como ocorreu a elaboração do Projeto Político–Pedagógico e de como ele está se constituindo na Escola.

Alguns aspectos foram alçados inicialmente. Dentre eles, a integração do grupo focal com o Projeto Político-Pedagógico, ressaltando a participação como ponto fortemente dinâmico. No discurso das professoras, o pressuposto é que a participação no processo de elaboração do PPP ocorreu em um movimento que favoreceu o diálogo, a cooperação, além de potencializar o trabalho colaborativo. Dentre esses aspectos se pressupõe que a dedicação o comprometimento foi determinante na participação dos membros na elaboração do PPP, como revela a fala a seguir:

(...) olha, quando o **Projeto foi elaborado**, nós **professores participamos** mesmo porque ficamos não só duas ou três vezes, mas porque tivemos que se reunir em duas etapas para nós **discutirmos** (...) fizemos **planejamento** (...) uma coisa assim... muito bem feita. (...) porque uma coisa é você ouvir de alguém, outra coisa é você pegar uma coisa e **estudar, se aprofundar**, e assim

foi muito bom (Professora A).Grifo nosso.

Na seqüência das discussões, se podem perceber no discurso do grupo que o Projeto Político-Pedagógico foi elaborado com o intuito de ser visto e revisto pela comunidade escolar. Constatou-se no discurso dos professores que o PPP não gerou um documento programático engavetado nos armários, nem passou a ser um instrumento de controle. Foi desenvolvido um sentimento de pertença em relação ao Projeto, os professores puderam então elaborar, executar e avaliar coletivamente.

Sendo assim, o Projeto Político–Pedagógico está ao alcance de todos, se não o vêem é porque não querem ver. E ainda fazem uso da heterogeneidade marcada do enunciado, mas para dizer que todo o segmento da Escola tem conhecimento do Projeto e, portanto, está acessível a todos. Como evidencia na fala a seguir:

(...) O **Projeto** está na **secretaria** (à disposição de qualquer um de nós) então quando a gente tá com alguma dúvida nós vamos à secretaria pegamos o projeto e vamos ler e vamos ver alguma coisa **mas** o projeto tá lá (...) a segunda nos pegamos assim... levamos pra casa e depois chegamos e falamos com Bete (coordenadora pedagógica) **conversamos** porque tinha de fazer o que não tinha então foi isso cada um dava sua **opinião** e Bete (ia escrevendo e depois aí ia construindo) (...) (Professora A) Grifo nosso.

De acordo com o discurso das professoras, deve-se considerar outro aspecto de igual importância no tocante ao PPP, é quanto o processo de avaliação com base em análises compartilhadas se fazendo a todo o momento, opinando, ouvindo, anunciando seu pensamento, construindo e (re) construindo o Projeto no sentido de contribuir com o futuro da escola, até porque é uma ação dinâmica e um processo inconcluso.

Percebe-se ainda no discurso a importância do diálogo, do conflito, da busca da autonomia na tomada de decisões, no compartilhamento recíproco de responsabilidades. Tudo isso é conquistado e posto em prática na elaboração e avaliação do PPP. Ainda no discurso em

análise, detecta-se que os professores antes não se sentiam preparadas para opinar, expor suas idéias e só agora com o bom relacionamento entre coordenação e direção escolar se sentem mais seguro e até mesmo à vontade para participar. Assinalando o respeito mútuo entre os membros. É bom ressaltar que nenhuma participação enquanto conquista é passível de situações conflitivas, até porque sem discussões, negociações e acordos não há participação efetiva e nem tão pouco autonomia.

Na **avaliação** a gente coloca o que foi e o que poderia repetir novamente, ou melhor, o que não foi feito, e o que a gente gostaria de colocar no lugar. A avaliação tem servido muito pra isso. A gente procura **se melhorar cada vez mais, isso será bom pra todos nós da escola.** (Professora B) Grifo nosso.

[...] Tinha coisas no **Projeto Político–Pedagógico** que a gente não concordava e outras nós concordávamos. Por isso que a gente chegou a um **consenso** porque tem coisas que é assim que resolvem. Porque enquanto a gente não entender direito como é que a gente fica assim(..) até com **medo de opinar** não é isso? mas depois do esclarecimento com a direção com a própria coordenadora, então a gente como grupo chegava a um consenso e assim deu seguimento a cada etapa do Projeto. É claro que não foi tudo assim de uma vez, com a ajuda de cada um, colocamos para coordenadora e ia **conversando**. (Professora C) Grifo nosso.

Ainda analisando nessa mesma vertente discursiva, pode-se perceber mediante o discurso das professoras que a participação no ambiente escolar é processo, e como tal se faz necessário construir, (re) construir e tentando se melhorar a cada dia nas ações que as levem a superar os entraves comumente encontrados em uma instituição educacional, que envolve a comunidade escolar, a comunidade local e a sociedade mais ampla. Esses elementos pressupõem um efeito de sentido em que as professoras diante dos fatos, se sintam impotentes, e ao mesmo tempo se resignam aceitando a situação da forma como ela aparece. É como se não pudessem mudar o que está posto, e a única saída é se unir e conviver com esses entraves.

Ainda constata-se que a escola é um espaço aberto à participação entre os segmentos e a comunidade local, consideram que na escola tudo é dinâmico, e vêem como importante que os membros escolares estejam numa constante construção, como apresenta a fala a seguir:

(...) então... eu acho assim... ninguém tem que estar estagnado dizendo a **escola** aqui está bom está pronto, está totalmente bom né? cada dia... cada vez que a gente vai vendo a coisa... a gente vai **construindo** e vai **reconstruindo**... e vai **desmanchando** e **fazendo de novo**... pra que se consiga chegar --eu não digo nem lá-- porque é complicado você chegar lá. Muita coisa a gente sabe que poderia ser diferente mas por conta,q' não é querendo passar a bola né?... mas por conta da estrutura montada, ... por conta da politicagem... e outras coisas mais... as emperrações que há na vida... na escola... a gente deixa de fazer muitas vezes as coisas que gostaríamos... mas isso aqui não leva culpa. Esse setor... que está governando não... é uma coisa assim que é assim mesmo... na realidade se a gente for... se... **indignar** mesmo e querer mudar... aí vem muita pedra na cabeça da gente... não é? então a gente tem que saber conviver com essas coisas e fazer o melhor que a gente pode fazer. (Professora D) Grifo nosso.

[...] a gente se **integra** realmente e é muito bom. [...] aqui tem uma **integração** muito grande, difícil de ter em outras **escolas**. São poucas escolas que têm a nossa integração que nós temos aqui. (Professora B). Grifo nosso.

Para as professoras, a participação além de permear os segmentos escolares atravessa também a instituição Fundação Marimbeta num movimento dinâmico e quase sem fronteiras. É uma parceria estreita que deu certo. Elas indicam que essa participação se dá de forma ativa, compartilhada com todos os membros envolvidos no processo educativo. Percebe-se no discurso certo encantamento quando se referem à integração FMSICA e a escola, além de descreverem a importância destas instituições para com a comunidade local, onde oferecem oficinas profissionalizantes e artístico-culturais numa visão de que esses alunos estão sempre aprendendo a partir de seu contexto situacional, como evidencia a seguir.

(...) olha, a relação da **Fundação Marimbeta** e a **Escola** são muito boas... muito boa mesmo. Tudo que nós fazemos aqui **conversamos** com o pessoal da Fundação aqui dentro, tá entendendo? então é muito bom... muito bom mesmo não tem separação... **não existe essa separação**... Fundação com escola. A merenda é feita aqui na cozinha.da Escola, cada um no seu horário... a merenda dos meninos é num horário, e depois meia hora tem a dos serventes. é servente de lá., é servente daqui. Mas todo mundo se **reúne** aqui na escola. Se tiver uma festa lá, ela nos convida, devemos estar presentes... então é assim. (Professora

A) Grifo nosso

Na **Fundação** as **oficinas** que eles oferecem lá em cima, primeiro é claro, são para alunos da escola. E é claro sobram vagas e essas vagas são oferecidas a toda **comunidade local** é só a pessoa querer se inteirar nisso e vir se matricular aqui nas oficinas... assim a **Escola** está **aberta** à **população** (...) tem **alunos** mesmo que já estudaram aqui e não saem daqui. Amam mesmo o Sítio. (Professora B) Grifo nosso.

Nessa visão de contexto situacional dos moradores do bairro junto com a escola e a Fundação, trouxe à tona no discurso às questões curriculares com o pressuposto de que o conteúdo é pertinente com a realidade contextual dos alunos. Abordam com ênfase de que está fazendo um trabalho com integração com seus pares de se tentar aproximar a realidade circundante dos alunos ao currículo regular. Constatou-se, ainda, que os professores em conjunto buscam mecanismos favoráveis à participação e integração dos alunos no âmbito local, oferecendo excursões pelos pontos turísticos e culturais do Município.

Verifica-se que o currículo na concepção dos professores se corrobora nos projetos globais: festas, campanhas e excursões, recursos que se usa para trabalhar o sentimento de coletividade e de participação na vida da instituição escolar, além de tentar adequar os conteúdos aplicados por elas ao contexto do aluno. No entanto, verifica-se, ainda, que dentro desses aspectos ora abordados não houve ressalvas ou mesmo reflexões para com as diversidades culturais, humanas, sociais, de grupo e raça, de idade, de vivências. Portanto, observa-se que os atores educacionais da escola Norma Vídero buscam realizar um bom trabalho em comunhão, no entanto, ainda requer um longo caminho a percorrer, no sentido de exercitar a participação coletiva.

Assim como é a relação Escola e a Fundação, nós também fazemos nosso trabalho em **sala de aula** e vamos nos adequando ao contexto do nosso aluno e ao conteúdo que estamos aplicando naquele momento. A gente aproveita os momentos aqui na escola, e eu sempre digo que aqui é tudo **junto, integrado**. Aqui a gente **constrói** e na oportunidade a gente faz até **excursões** com nossos alunos que é uma forma de se trabalhar como eles. Já tivemos momentos de sair da escola e ir para o Shopping,, CEPLAC e outros lugares. (Professora C) Grifo nosso.

Ainda no discurso o pressuposto é que a escola é um espaço que favorece a autonomia plena e nem outra escola tem igual valor dentro das experiências educacionais vividas pelo segmento. Assim, verificou-se que autonomia para os professores ancora-se, apenas, em ficar à vontade em sala de aula. Isso implica dizer que ficar à vontade não pressupõe autonomia. Todo trabalho requer coordenação, acompanhamento e controle. Autonomia é, portanto, outorga e conquista. A conquista da autonomia se dá pela competência em duplo sentido: técnica e política.

A **direção e a vice-direção** é um corpo como um todo. Eu tenho **autonomia**, o que eu nunca tive em outras **escolas**. [...] eu já tive em várias escolas perto da minha casa, mas me sinto bem é aqui, e como me sinto.[...] ... eu acho assim que onde há **respeito** tudo flui bem né?... então eu não tenho que ficar na minha sala esperar que a coordenadora vai chegar... será que a diretora vai olhar pela janela não... eu tô na minha sala a hora que for, **eu fico à vontade**. (Professora B) Grifo nosso.

O contentamento dos professores em fazer parte da escola é evidenciado fortemente pelo discurso, assinalando que a organização escolar se traduz em um coletivo atuante, no respeito ao outro como sujeito, como ser humano, envolve a consciência de construção de melhoria contínua como um todo. Certamente esse contentamento não foi de todo estável, é evidente que para se chegar a esse nível de satisfação ocorreu em seu processo vários conflitos.

3. Grupo Focal C: Fala do segmento dos funcionários

Iniciam-se as discussões com a problematização em torno da temática participação, reuniões, Escola, Fundação Marimbeta e Projeto Político-Pedagógico. Para tanto, o diálogo partiu da questão “Qual o significado de participação no contexto escolar”.

[...] O assunto que está posto aqui é o significado da participação e de elaboração do Projeto Político-Pedagógico.[...] a importância deste Projeto na Escola e o que ele representa para vocês. [...] A relação Escola e Fundação Marimbeta. [...] A participação de vocês em reuniões escolares.[...]. (Moderadora, 2007)

Desse contexto, alguns aspectos foram arrolados no sentido de acalorar as discussões inicialmente. Dentre os quais, o envolvimento dos funcionários e as reuniões escolares. Sobre esses aspectos, pode-se interpretar mediante o discurso dos funcionários de apoio (servente, merendeira, vigia) que a direção escolar não conseguiu criar ainda condições necessárias para garantir a participação coletiva do segmento na elaboração do PPP.

Para esse segmento, ainda é uma constante a falta de participação e conhecimento em torno do PPP. O pressuposto contido no discurso dos funcionários de apoio é de que o fator tempo e a sobrecarga de atividades não permitem sua participação, trata-se ainda de um obstáculo a ser vencido pela direção escolar.

No entanto, essa situação se inverte quando se trata de um funcionário do setor técnico-administrativo – secretaria da escola – a interpretação que tivemos frente ao discurso da funcionária é de que não houve obstáculos e limites na sua participação na elaboração do PPP, pois em seu discurso fica claro que tudo é construído coletivamente, com responsabilidade e cooperação por parte de todos os membros da comunidade, como evidencia a fala a seguir:

[...] eu **participava** das **reuniões**. Não deu pra eu participar porque eu tava fazendo dois serviços em um... (merendeira e zeladora) que não tinha e só veio chegar agora a zeladora. Eu não **participava** porque eu não tinha **tempo** mesmo e nem tenho. Meu serviço não permite... o horário quando tá tendo a reunião não dá tempo que eu tô fazendo a merenda... tô distribuindo aí não dá pra mim **participar** da **reunião**(funcionário B) Grifo nosso.

Quando se fala em reunião na escola eu sou até suspeita né?... porque... tudo eu tô no bolo né?... como diz o outro... eu **participo** de tudo... digamos que... eu seja tipo... um... o pulmão **juntamente** com a direção:: aqui com a coordenação... que a gente **trabalha junto** mesmo... não tem essa coisa de um

faz uma coisa... todo mundo tá fazendo a mesma coisa... só que um fica com a **responsabilidade** maior né?... no meu caso é... a lista dos **alunos**... a questão da frequência do Bolsa Escola... da questão... da frequência do... ponto dos **professores** de fazer... de resolver questão de transferência... de matrícula... então essa parte burocrática eu que faço professores... de mandar o ponto lá pra prefeitura... de como se diz... de ajudar ((nome)) nesse processo com os meninos... aí já é a parte de coordenação mesmo dos professores... de caderneta... de parecer... de falta... então é::: mais ou menos dividido assim. existe um melhor pro outro... aí se acontecer de um faltar... o outro já sabe o que o outro vai fazer... né?... tipo assim.”(Funcionária representante do segmento)”
Grifo nosso.

Por outro lado, ainda no discurso do segmento, vê-se o pressuposto de que a direção escolar em conjunto com os outros segmentos professores, coordenação, pais de alunos e alunos, tem se empenhado para que haja sempre o envolvimento de todos nas discussões das problemáticas existentes na Escola, principalmente, em reuniões de AC (Atividade Complementar) e em reuniões de pais. Essa prática parece ser uma ação visível no ambiente escolar, como confirma a fala a seguir:

Olha, o **Projeto Político–Pedagógico** ...eu **não conheço**, eu tô aqui eu não sei nem falar dele. (funcionário B)

O PPP é falado no AC. Às vezes tem **reunião** extraordinária com os pais... como teve aqui semana passada ou foi semana retrasada... onde foi falado sobre isso né?... Projeto Político–Pedagógico. A secretaria cobra bastante que a gente tenha o Projeto à vista... pra que todo mundo possa ver... pra não ficar uma coisa engavetada né?... que tem costume de fazer as coisas e guardar. Então pra que fazer se não vai usar não é?... então se fez é pra todo mundo ver então a gente tem esse Projeto também de **deixar exposto**... que um pai queira ver que um aluno tenha curiosidade... professores também. (funcionário A) Grifo nosso.

[...] então uma das metas que a gente tá querendo colocar agora é de deixar o Projeto Político-Pedagógico à mostra mesmo... que as pessoas possam entender até mesmo a gente que **participou da construção** a gente sabe que tem lá... alguma coisa a gente lembra mas não lembra de tudo... né?... porque é tão extenso é tanta coisa que às vezes até se passa. (funcionário A) Grifo nosso.

Na análise interpretativa, constatou-se que o discurso que prevalece comumente no segmento deste grupo é que o processo de socialização aos quais estão integrados provoca a

comunicação e o diálogo entre os integrantes do processo. Ainda no discurso prevalece o juízo de que os problemas são partilhados, a coesão entre a comunidade local mais a Escola existe, e, pressupõe uma relação estreita, onde moradores do bairro e alunos da Escola se fundem, demonstrando a participação no sentido da convivência.

Está imerso no discurso de que a integração acontece por intermédio, antes de tudo, do espaço físico favorável a essa ação coletiva, como área de lazer, parque infantil, quadra poliesportiva, como também pela oferta de aulas balé, capoeira, dança, e outros. Mas também pela situação sócio-econômica da grande maioria da comunidade, visto que muitos vão a escola por conta de atrativos alimentícios, como exemplo, a merenda escolar que para a maioria se trata da primeira refeição do dia, como elucida na fala a seguir:

[...] e a proposta da **Fundação** é ser **aberta...** é aquilo que eu tô falando é porque a presidente da Fundação fica lá no ar condicionado comendo biscoitinho e nem pra cuidar da área verde e de uma boa merenda presta Se nó na escola não oferecermos uma **merenda de qualidade** nem sei como ficariam esses alunos. Às vezes acontece de ser a **primeira refeição** deles.. (funcionário D) Grifo nosso.

Ainda no discurso dos funcionários, a interpretação é de que a Fundação Marimbeta ainda não cumpriu com a responsabilidade da manutenção dos serviços básicos: boa merenda, roçagem e limpeza da área verde que envolve também a escola, ou ainda, em relação à melhoria da segurança, visto que a área é cercada por estacas e arame farpado, camuflada por plantações (cerca viva), ou seja, bastante vulnerável a atuação de vândalos, que principalmente, nos horários em que a merenda é servida, invadem as dependências da escola. Mas perante todos esses problemas evidenciados a parceria entre as duas instituições é muito relevante. O que precisa é melhorar a sua atuação no campo sócio-educativo e reforçar a segurança no espaço físico.

[...] aqui na **Escola** por conta da **Fundação** aparece cobra uma vez ou outra. **Antigamente era mais cuidado hoje tá jogado às traças** quando o mato já tá chegando no limite, assim da minha altura um e cinquenta é que eles começam a cortar. Uma menina já foi picada aqui.e uma vez uma passou pelo da a coordenadora. (funcionário.) Grifo nosso.

Verificou-se que os funcionários assinalam como importante à forma como aconteceu a elaboração do PPP, frisando que a participação dos segmentos foi boa, pois eles discutem e falam o que pensam. Confirma que os participantes do processo mantiveram e mantêm até hoje uma postura de confiança e o sentimento de que na escola tudo costuma dar certo, porque todos os segmentos trabalham de forma integrada.

Os funcionários ainda elucidam que na escola há transparência nas prestações de contas, demonstrando que a direção está associada às práticas democráticas exercitadas no ambiente escolar. Porém, contudo, é necessário que a direção escolar continue buscando mecanismos favoráveis para superar os obstáculos que comumente uma escola tem. Os funcionários sinalizam que a direção escolar vem articulando sempre a comunidade escolar em torno do PPP, mas ainda precisa ser melhorado, como evidencia a fala a seguir:

[...] na **elaboração do Projeto Político-Pedagógico** tem o **Colegiado** que faz parte a mãe... tem até uma **mãe** que faz parte... foi até embora agora mas ela era bem ativa... independente de ter **reunião** ou não ela sempre tava aqui... tem uns **alunos** que são bem **participativos** mesmo na questão de assinar alguma coisa... que eles sempre fazem né? Essa papelada essas coisas... até mesmo **prestação de contas** ou diretora tem essa preocupação de mostrar o que foi comprado e tal... mostra pra mim pra o representante dos **professores...** pra ou... professores não os:: **funcionários...** então eles tem esse trabalho mesmo de dizer olha eu comprei isso tá aqui a nota eu recebi tanto... eu **importante** né não é só comprar mas mostrar o que comprou... o que gastou... eu acho que nós **somos muito unidos** assim nesse sentido todo mundo sabe o que acontece aqui... pai aluno todo mundo sabe então não tem essa coisa de ah... é uma... é um grupo fechado... não existe todo mundo aqui tá aberto é pra quem quiser chegar olhar tanto que a gente não tem aquele medo de chegar alguém de fora...da **Secretaria de Educação** pode chegar quem quiser a gente tá aqui.(funcionário A)Grifo nosso.

A **importância do PPP** é justamente **solucionar os problemas** que a gente costuma ter e cada um dar sua idéia e procura fazer o possível pra que tudo aconteça... às vezes dá certo às vezes não... aqui é meio complicado que eu já tenho quase seis anos aqui e nesses seis anos muita coisa continua do mesmo jeito... mas não quer dizer que não tenha boa vontade de mudar... fazer alguma **mudança** nem que seja bem pouquinho... infelizmente a proposta é essa ter uma **escola aberta** e muitas complicações às vezes com os moradores do

bairro que acha que aqui é o quintal da casa deles. (funcionário C) Grifo nosso.

[...] é como eu falei usar o Projeto em benefício da gente e dos alunos agora... muita coisa não dá pra ser feita não. (funcionário D)

Segundo os funcionários, a participação dos segmentos escolares é um privilégio por se caracterizar pela reciprocidade expressa, por existir vários momentos de interações, por compreender que a participação é processo e chave de enfrentamento de desafios, como vemos na fala a seguir:

O bom aqui é que nós não precisamos ser convocados nós sempre temos essa questão ninguém é tolhido como eu já falei né? aí como nós somos um **grupo unido** tem que **participar** só se não tiver mesmo como fazer mas eu sempre tô presente todos sabem disso é importante todos participarem pra gente resolver os problemas da escola né? (funcionário D) Grifo nosso.

A participação segundo os funcionários requer um trabalho associado à cooperação de todos envolvidos na análise de situações, na tomada de decisões sobre as ações no contexto educacional. E é necessário continuar discutindo, opinando para tentar resolver os problemas existentes na escola.

4. Grupo Focal D: Fala do segmento dos pais de alunos

Problematizou-se de início alguns aspectos relacionados à Escola, Colegiado Escolar, reuniões, comunidade, família, Fundação Marimbeta e o Projeto Político-Pedagógico.

Para tanto, as discussões só aconteceram com a intervenção da Moderadora, provocando-os com a seguinte questão: O que significa participar da Escola Municipal Profª Norma Vídero?

[...] A questão que está colocada aqui é o significado da participação na Escola Municipal Profª Norma Vídero. [...] Que relações vocês têm com a Escola, com o Projeto Político-Pedagógico, com professores, direção, coordenação, Fundação Marimbeta. (Moderadora, 2007)

Na interpretação do discurso do segmento, o pressuposto é que a participação na elaboração do PPP ocorreu, mas apenas para os representantes do Colegiado Escolar. Evidencia-se um questionamento quanto à representação do segmento pais, portanto, reivindicação em participar de forma mais efetiva e ou, a necessidade de melhor socialização das discussões em reuniões gerais. Alguns pais desconhecem o teor do PPP, e outros ouviram falar na televisão. O segmento também assinala que participar do PPP é opinar, discordar, ouvir e expressar seu pensamento naquilo que é necessário.

[...] Olha, a gente acha que deve saber de tudo que acontece na **Escola**. [...] eu já ouvi falar desse **Projeto Político-Pedagógico**, só que elas falavam ... a **diretora**, a **professora**, a **coordenadora**, mas lá no **Colegiado Escolar** eu sei porque sou representante das outras mães que não vem. Participo, falo o que tá certo na Escola, falo o que tá errado, falo quando a merenda não está boa e que precisa melhorar. Tudo isso eu faço. (mãe A)

[...] eu não sei nada desse Projeto, eu ouvi falar na televisão[...] Não sou representante do colegiado porque **trabalho** e às vezes não dá para vim.[...] Elas tão **sempre chamando a gente** pra fazer parte do Colegiado, das **reuniões...** aí uma fala eu não quero... outra fala ah é cansativo... outra fala ah... eu não posso... às vezes até pode e não vem.(mãe B) Grifo nosso.

Assim, verificou-se que o segmento tem conhecimento da importância da participação da família na escola; e declara no discurso que se sentem à vontade em participar das reuniões, de discutir sobre qualquer dificuldade existente, e que só não participam efetivamente porque nem sempre os horários de trabalho são compatíveis aos horários da reunião e do Colegiado.

Porém, contudo, o segmento elucida que a direção, a coordenação e os professores estimulam todos a participarem da vida escolar a fim de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, como evidencia na fala a seguir:

[...]eu mesma **eu participei** da verba. que teve aqui.... Eu participei... quanto gastou, quanto sobrou [...] eu participei e participo do **Colegiado** e da **Escola**. sempre quando tem uma reunião, **elas convidam** a gente pra vir eu mesmo sou sempre convidada pra vim aqui e **sempre freqüentei** pra saber de tudo na Escola. (mãe B)

[...] quando tem a **reunião geral, a gente fala**, tem que ver se melhora a comida porque as crianças às vezes comem no colégio, mas nunca é como na casa da gente... mas melhorar um pouco a merenda Ou... no caso assim não botar muito sal né? que tem crianças que queixa tudo isso. Mas a gente não vai diretamente assim dizer... ah fazer isso... mas sempre quando tem reunião **a gente participa** dessas coisas... eu mesmo sou o primeiro ano que venho participar já tive duas participações (mãe A) Grifo nosso.

Ainda prosseguindo nas discussões foi adicionada pelo segmento a importância de existir integrado à escola uma outra instituição de igual valor que vem contribuindo com o processo de ensino-aprendizagem na escola. É relevante para o segmento o fato de a Fundação oferecer oficinas para os alunos porque eles terão naquele momento a oportunidade de estudar em um turno e fazer outra atividade sócia educativa no turno oposto. Os pais se sentem satisfeitos por terem na comunidade, a Escola e a Fundação, presentes na vida dos seus filhos como evidencia na fala a seguir:

A **Escola** faz parte da **Fundação** mesmo porque já tá aqui dentro. Então elas são **integradas**, são juntas, é uma coisa muito boa, é dez por cento, é noventa por cento ou até mais. (mãe A) [...] que com a **força** de lá e a força de cá é bom demais. (mãe C) Grifo nosso.

[...] Olha, minha filha adora a **Escola e a Fundação**. Se falar de tirar ela daqui ela chora e fica muito triste. Pode tá caindo um toró ela vem pra Escola e pra **oficina na Fundação**. Não falta as aulas. (mãe D) Grifo nosso.

[...] tem muitas **atividades** aqui na **Escola**, mas você vai aos outros colégios

que não tem, não tem nenhuma atividade. Por exemplo lá no ((nome de colégio)) não tinha nenhuma atividade... não tinha nada que a gente podia ocupar mesmo os **nossos filhos**, vai de manhã, faz uma coisa... vai de tarde, faz outra... não tinha e aqui, por exemplo se a mãe não quer que o filho fica na rua de manhã vem pro colégio... de tarde vem pras oficinas ou de tarde no colégio e de manhã nas **oficinas...** então ela dá assim de dez a zero nos outros colégios. (mãe A) Grifo nosso.

Considerando a interpretação discursiva, vê-se o quanto é importante à parceria Fundação e Escola sob o ponto de vista dos pais de alunos, no sentido de que essas duas instituições integradas proporcionam para seus filhos atividades de cunho pedagógico e profissionalizante, artístico e cultural que não tem em nenhuma outra escola do município, salvo àquelas que são agregadas a Fundação Marimbeta.

Ainda nessa discursividade, vê-se que o pressuposto é de que sem a Fundação seria muito difícil matricular os filhos em outra atividade. Até porque matricular numa atividade de balé, computação, teclado, piano, requer uma boa condição financeira e essa não é a realidade circundante da comunidade local, como confirma a fala a seguir:

[...] Nossa vantagem é que aqui **nós não gastamos** pros nossos filhos fazer algum curso.” (mãe D) Grifo nosso.

[...] “Nós **não vai pagar** pra fazer um **balé...** nós não vai pagar pra **computação..** não vai pagar pra aprender tocar um **teclado um piano...** um **violão** como aqui tem. (mãe C) Grifo nosso.

Pode-se perceber no discurso dos pais que a Escola é fundamental para a formação de seus filhos, além de propiciar uma de boa qualidade de ensino, coadunando a satisfação e a confiança que esses pais têm na Escola Norma Vídero. Vale lembrar que ainda no discurso do grupo, vê-se o prazer que esses pais têm em participar quando podem de atividades que a escola oferece. Porém, mostra nesse pressuposto a insatisfação e frustração por não poderem participar com mais efetividade, como se ver na fala a seguir:

[...] não tenho o que dizer da **Escola**, acho muito boa, o **aprendizado** daqui é muito bom mesmo, melhor do que muitas escolas por aí... vou ser sincera pra vocês. Minha filha ficou quatro anos no colégio ((fala o nome)) e ficou na primeira série com onze anos... não saía daquilo. Tá na terceira série aqui, então eu não vou dizer... AH... não valeu nada... pode não valer pra muito aí fora, mas pra mim valeu e muito. (mãe A) Grifo nosso.

[...] aqui na **Escola** a gente sabe de tudo que acontece... **a gente fica por dentro de tudo que acontece...** a gente fica sabendo como é que vai as coisas aqui dentro... mas às vezes é bom pra... uns não é bom pra outros... que às vezes eu trabalho... aí às vezes eu deixo de ir pra vim... faço assim tipo aquela coisa por exemplo... elas chamam uma mãe... ah eu não posso... chama outra... eu não posso... chama outra eu não posso... então é uma coisa que você tá de parte ali você já vê... depois de tantas mães de uma vez... éh eu vou vim... eu entro no meio... eu participei e gostei... eu **gosto de participar** mas o negócio é o tempo... é o tempo. (mãe B) Grifo nosso.

Ainda prosseguindo nas discussões, pode-se interpretar que os pais de alunos consideram a escola um espaço privilegiado na comunidade por oferecer um ensino de qualidade, por estar lado a lado com a Fundação, por reivindicar, por dizer o que pensam sobre a escola, por dizer quando não estão satisfeitos, enfim por participar, mesmo não sendo uma participação como queriam que fossem na sua forma ativa.

5. Grupo focal E: Fala do segmento alunos

No grupo focal deste segmento, teve-se inicialmente um “bate papo” abordando sobre amenidades, perguntando algo relacionado à Escola, e assim deixamos fluir no ambiente as discussões em torno da participação e do Projeto Político-Pedagógico da Escola.

Em seguida, problematizamos sobre a participação e o que o Projeto Político-Pedagógico representa na Escola. Para isso, o diálogo partiu da questão “O que vocês entendem por participação na elaboração do PPP”?

[...] A questão que está colocada aqui é o significado da participação de todos que trabalham na Escola, inclusive vocês.[...] Que relações vocês tem no Colegiado e como vocês participam [...] (Moderadora, 2007)

Alguns aspectos foram aventados inicialmente. Dentre eles, a importância da participação de todos os segmentos da Escola em reuniões, Colegiados, no sentido de discutir o que é melhor para a Escola. Sendo assim, verificou-se que segundo os alunos, o PPP é importante, pois está em contínuo processo de revisão, isso porque se algo não está funcionando bem no ambiente escolar, se faz necessário discutir e certamente chegarmos a um consenso entre os membros. Embora eles reconheçam a importância do PPP, ainda precisam discutir e compreender melhor esse documento para que a idéia do PPP não fique, apenas, no sentido de resolver problemas de ordem disciplinar.

Para tanto, cabe a Direção Escolar, a Coordenação Pedagógica e os Professores criarem condições e meios para estimular os alunos a participarem ainda mais das reuniões e dentro desse contexto vislumbrar o que representa o PPP para a escola.

Minha opinião é que o **Projeto Político-Pedagógico** é importante, assim que nós todos que trabalham na escola tem que **participar da reunião, do Colegiado. Os professores...** a **diretora** chama os que tão participando pra participar da reunião... ver o que tem que ser mudado se tiver um aluno fazendo bagunça aí fala com todo mundo aí pra dar um jeito pra ninguém mais bagunçar. (aluno A) Grifo nosso.

Ainda na seqüência das discussões, pode-se verificar que os alunos não têm uma compreensão notória a respeito do PPP e o que ele explicita, a saber, os fundamentos teórico-metodológicos, os objetivos, o tipo de organização e as formas de implementação e avaliação da escola. Esta compreensão pouco notória é, também, reflexo da ausência de ações envolvendo este segmento escolar no processo de elaboração do PPP.

Nesse caso, cabe ao gestor escolar, a Coordenação Pedagógica e Professores ficarem atentos a tal situação e atuem como formadores e mobilizadores de equipe, no sentido de

canalizar as energias de todos para a expressão de comportamentos de discrição, apoio, respeito e confiabilidade, certamente a escola funcionará mais efetivamente, como evidencia a fala a seguir:

[...] pra mim eu compreendo assim...é um Projeto muito bom porque vem criança de fora e ajuda a melhorar a merenda...se não tem merenda boa num dia no outro dia vai ter... é um projeto muito bom esse **Projeto Político-Pedagógico**. [...] (aluno C) Grifo nosso.

O Projeto ajuda as crianças **aprender** a melhorar a leitura também. (aluno B) Grifo nosso.

Os alunos se reportam ao PPP como um instrumento que precisa ser estudado para melhor compreendê-lo. Evidenciou-se que o PPP para esses alunos se resume, apenas, em um documento centrado no auxílio da aprendizagem, especificamente, ler e escrever, além de subsidiar nas questões de ordem disciplinar. Eles afirmam categoricamente que é através do estudo do PPP que poderão alcançar um ensino de melhor qualidade, como confirma na fala a seguir:

[...] a gente tudo faz **reunião**, aí todo mundo ali da **comunidade** vai... estudar o **PPP** pra ver o que vai ser feito... a forma assim como o aluno vai... tá sem **aprender a ler** ainda ali nós vai... fazer um **ensino** melhor pra ele... nós vamos fazer leitura ensinar ele a **escrever** direito.(aluno D) Grifo nosso.

Segundo os alunos, as reuniões ocorrem com a participação de todos os envolvidos no processo educativo e normalmente são discutidos problemas cujas temáticas referem-se às questões acerca do aluno e seu comportamento disciplinar em sala de aula. Ressaltam, ainda, que a diretora se sente preocupada com todos os alunos e pede a todos para que estejam presentes nas reuniões. No pressuposto do discurso desses alunos, a participação nas reuniões é uma constante e mais importante ainda é de saber que estamos participando, dando opiniões, ouvindo, sendo ouvido e contribuindo com a vida da escola, como vemos na fala a seguir:

Eu **participo** assim... quando eu tô em casa que a diretora manda me chamar quando tem reunião... aí a **diretora** fala do menino que tá passando mal na escola... tá fazendo bagunça aí eu... eu mas outro faz uma **reunião** e vai falar o que que vai fazer com aquele menino... se ele vai... vai dali em diante passar pra melhor ou não... aí nós vamos fazer alguma coisa (aluno E) Grifa nosso.

Nós **participamos damos opinião**... ela me chama e fala todo mundo aqui vai fazer a reunião... aí todo mundo aqui vai dar uma opinião pra saber o que é o melhor pra fazer aqui na escola (aluno F) Grifo nosso.

É considerável verificar que os alunos embora não tenham um conhecimento significativo sobre o PPP é evidente a satisfação em falar sobre a participação mesmo sem um entendimento profundo, mas que afirmam participar de toda dinâmica da escola e, além disso, se sentem importantes em opinarem, de ouvir e de estar integrado com os outros membros da escola.

No entanto, é importante questionar que tipo de participação é concretizado nesse espaço escolar, pois participar é estar envolvido ativamente, discutindo, avaliando e opinando mediante aquilo que se conhece: o projeto político-pedagógico.

6. INTERPRETAÇÃO GERAL

A análise feita nos documentos como o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Lei Municipal Orgânica do Município de Itabuna em consonância com a interpretação dos discursos dos segmentos dos pais, alunos, professores, funcionários, diretora, vice-diretora e dos resultados das entrevistas, foi possível verificar que de fato houve participação na sua forma efetiva⁶ desses segmentos na elaboração do Projeto Político-Pedagógico na Escola Profª. Norma Vídero. Embora essa forma de participação tenha se consolidado sob as condições de conflitos, negociações e tensões. Elementos estes essenciais na conquista da participação em qualquer grau.

Pelas entrevistas realizadas com a diretora e vice-diretora, detecta-se que existe uma consciência de que a participação é um processo que vem acontecendo na Escola Municipal Profª. Norma Vídero de maneira gradativa, e que existe o empenho com o propósito de inserir a comunidade na escola, através de ações e reflexões que venham intensificar o nível de participação da comunidade escolar.

Esse segmento aponta que a situação sócio-econômica e cultural da comunidade (segmento dos funcionários, pais e alunos) ainda é um empecilho para a concretização de uma participação plena. Apontam ainda, que a relação da comunidade com a Escola é estreita, à medida que funciona como um ambiente prazeroso, tendo como principais atrativos, o próprio espaço físico, a cultura e o lazer. O que parece confirmar o que diz Demo:

O processo de construção de uma sociedade participativa se inicia na aprendizagem do dia-a dia na família, na escola, na comunidade etc., na busca do próprio espaço de participação, na tentativa de defender interesses individuais ou coletivos mais imediatos. (2001, p.45)

⁶ A participação efetiva referendada no trabalho traz o conceito de Heloísa Lück, (2006 p.90) é a criação de uma visão de conjunto associada a uma ação cooperativa; a promoção de um clima de confiança e reciprocidade; a valorização da capacidade e aptidões dos participantes; a associação e integração de esforços, quebra de arestas e eliminação de divisões; o estabelecimento de demanda de trabalho centrado nas idéias e não em indivíduos; o desenvolvimento da prática da assunção de responsabilidades em conjuntos.

O segmento dos alunos, professores, pais e funcionários afirmam categoricamente ter havido participação na elaboração do PPP, apontando como ponto forte à interação e comprometimento de todos nesse processo. Indicaram as variáveis que favoreceu essa participação na elaboração do PPP, como a existência de uma proposta de trabalho coletivo, a satisfação, o empenho, a postura da direção, a integração, a confiança, o conhecimento dos problemas. E também as variáveis que dificultaram esse processo como, a situação sócio-econômica e cultural (funcionários, pais e alunos), falta de vontade, a indisponibilidade de tempo, a falta de conhecimento mais profundo acerca do Projeto Político-Pedagógico.

A participação de alunos, pais, professores e funcionários na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola são considerados pelos entrevistados desses segmentos como um processo em construção, ajudando na melhoria da qualidade do ensino, nas decisões que são de responsabilidade de todos, inclusive reforçam a idéia de que todos devem se envolver, opinando cada vez mais de forma ativa, conhecendo cada um qual a sua parcela de contribuição. Esse discurso tem forte consideração na concepção emancipatória, o que parece confirmar o que diz VEIGA:

Não há separação entre fins e meios. O Projeto Político-Pedagógico é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas.

(...) fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos. (2003, p. 8)

A maioria dos entrevistados sabe claramente que palestras, jogos, filmes, festas são atividades que a Escola oferece à comunidade. Sabe também que as informações das ocorrências da escola chegam até a comunidade através de alunos, reuniões, Conselho e comunicados escritos. E afirmam que a direção escolar e a coordenação pedagógica estão sempre facilitando e estimulando toda a comunidade a se envolver ativamente no interior da Escola.

Verifica-se que a abertura do espaço físico escolar integrado a Fundação Marimbeta foi demarcado pelos entrevistados como um fator relevante para toda a comunidade local. Afirmando que a comunidade faz uso desse espaço sem restrições. Dentre os que usufruem fazem parte a Associação dos Moradores, entidades religiosas, as outras escolas a fim realizarem suas atividades sem qualquer empecilho. Cabe lembrar que de acordo com os entrevistados a Fundação e a Escola convergem de uma mesma política: estar aberta à comunidade local, considerando que o espaço físico foi construído com esse fim.

Segundo os entrevistados, o Projeto Político-Pedagógico não se constituiu na simples produção de um documento pronto e acabado, mas, antes de tudo, de um processo de ação-reflexão-ação que exigiu um esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar. Esses aspectos ora salientados afluem numa ação de caráter emancipatória da educação, como confirma VEIGA,

O Projeto Político-Pedagógico é um processo de trabalho coletivo da escola, deve ser reconstruído e vivenciado constantemente por todos os envolvidos com processo educativo escolar. Ele constitui como um processo de permanente reflexão e discussão dos problemas, das propostas, da organicidade, da intencionalidade da escola. Desse modo, subsidiará a organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho educativo na sala de aula. (2004, p. 14)

As contribuições desta relação aparecem nos discursos dos envolvidos, na sua postura e nos resultados produzidos por alunos, professores, direção, pais e funcionários. Acredita-se que na escola há participação de todos, e que é um processo em constante construção, tudo funciona melhor porque todos opinam, a responsabilidade é dividida e todos conseguem fazer um trabalho até com mais eficiência.

Ao que se pode verificar segundo a diretora, a busca da participação plena da Comunidade Escolar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico,⁷ é uma constante na Escola Municipal Profª. Norma Vídero, está expressa na ampla participação dos representantes dos segmentos da escola nas ações pedagógicas ali desenvolvidas.

⁷ A participação em seu sentido pleno corresponde, portanto a uma atuação conjunta superadora das expressões de alienação e passividade, de um lado, e autoritarismo e centralização, de outro, intermediados por cobrança e controle. Heloísa Locke (2006, p. 47).

No que diz respeito ao planejamento, a participação dos pais, talvez fosse mais adequado dizer mães, pois a presença delas é predominante, não só numericamente, como na frequência dos contatos e nas contribuições para as decisões da escola. Na fala das mães na entrevista se expressam muito importante, uma vez que entendem que é nesse momento que são definidos os conteúdos, as práticas pedagógicas. Foram enfáticas em dizer que acompanham as reuniões com o propósito de saber tudo sobre seus filhos, inclusive nas questões de ensino-aprendizagem.

Dentro do processo educacional, outro aspecto a ser considerado é a questão do ensino-aprendizagem da Escola Municipal Prof^a. Norma Vídero. Deste aspecto constata-se pela maioria dos entrevistados uma importância sem igual a essa questão, pois acreditam que o PPP é uma ferramenta responsável como forma de garantir a melhoria da qualidade de ensino.

Outro aspecto relevante no processo educacional da Escola Municipal Prof^a. Norma Vídero é a forma de atuação dos educadores nas reuniões e no AC (Atividade Complementar). Verificou-se que os professores utilizam esse instrumento com seriedade, onde a participação é efetiva, considerando o grau de envolvimento dos pares, e que através desta ferramenta são discutidas várias temáticas que englobam a questão do ensino-aprendizagem e questões relacionadas à administração escolar.

De acordo com o segmento professores, a apropriação do saber procura ser realizada por meio da construção coletiva. Uma das decisões tomadas coletivamente é de adequar o currículo à realidade contextual dos alunos. Na Escola Prof^a. Norma Vídero uma das circunstâncias escolares mais comuns sobre as quais se demanda a participação de professores diz respeito à realização de atividades extracurriculares, como por exemplo, festas juninas, atividades de campo ou transversalidade do currículo, ou outras atividades desse gênero.

Vale destacar que para o segmento, todas essas atividades têm significado importante no campo da participação, pois a integração é satisfatória e importante no processo educativo. Marques (1998, p. 11) afirma categoricamente que *“a escola pública de nossos dias não pode limitar-se à função de ensinar. Exige-se-lhe a função de animação cultural, a função de ocupação dos tempos livres e a função de socialização”*.

A constatação que se obteve no estudo desta escola, mostrou que a prática e elaboração do Projeto Político-Pedagógico ali desenvolvido trazem para o processo educacional ganhos fundamentais em termos pedagógicos, demonstrando uma possibilidade concreta para a participação coletiva do ensino, na medida em que envolve a comunidade no processo político de

educar seus filhos, a si próprio e ao meio em que vivem, estimulando os alunos, pais, professores e funcionários a adotarem atitudes políticas livres e responsáveis. Essas atitudes estão interligadas a concepção focada nas ações emancipatórias que segundo (Veiga, 2003 p. 23) “*constitui-se numa forma de ruptura do status quo com o institucional significando a construção dos projetos pedagógicos para atingir objetivos, no âmbito de uma determinada instituição educativa*”.

A relação da Escola e da Fundação com a comunidade na visão desses segmentos é, atualmente, boa, já tendo passado por momentos difíceis, evoluindo para momentos melhores e finalmente se estabilizando numa relação mais firme. Um outro aspecto considerável para eles é a integração das duas instituições tanto do ponto de vista físico, como educativo. Isto porque une o pedagógico com as oficinas profissionalizantes, culturais e artísticas, propiciando ganhos fundamentais no tocante à participação e ao processo educacional dos alunos da escola.

De acordo com os entrevistados, a escola pode melhorar a vida da comunidade através da informação, do trabalho em conjunto, do engajamento às reivindicações, no esclarecimento da função política da escola.

Em princípio, alunos, professores, pais e funcionários não gostariam que mudasse nada da escola do ponto de vista pedagógico. Suas propostas de alteração referem-se mais à manutenção de limpeza e segurança da área verde e das instalações físicas da escola; e de diversificar o cardápio da escola.

Ao que se pode verificar, a escola se apresenta aos seus segmentos comprometidos politicamente com o processo do desenvolvimento e exercício da cidadania, através de suas ações político-pedagógicas. Alunos, professores, funcionários demonstraram gostar da escola, tendo como motivos: o conhecimento entre os sujeitos, porque se sentem ali o respeito pelo trabalho e pelas pessoas, pela participação na vida da escola, o bom resultado do trabalho, entre outras razões.

Nas discussões questionamos sobre o que representa a escola para os pais e as causas que os estimularam a matricular seus filhos nesta Escola os pais afirmaram: a escola é importante para a comunidade, consideramos a melhor escola do bairro Fonseca, embora existindo outras nos bairros vizinhos de igual valor, mas a confiança, o trabalho educacional de qualidade, além de termos como parceiro a Fundação Marimbeta que vem a contribuir no ensino por oferecer um espaço de referência nos aspectos cultural, artístico e profissionalizante.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período em que se esteve imerso no interior da escola como também pelos resultados obtidos através da análise e interpretação deste Estudo de Caso, pode-se constatar que a participação da Comunidade Escolar no processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico na Escola Municipal Profª. Norma Vídero, transcorreu como um processo gradual e necessariamente conflitivo. Desta forma, verificou-se que houve de fato uma participação na sua forma efetiva, com avanços e reconsiderações na construção de sua história e na medida em que pais, alunos, professores e funcionários tiveram a oportunidade de participar e opinar sobre os destinos da escola.

Em relação aos avanços e reconsiderações característicos no processo educativo, foi possível verificar-se no desenvolvimento das atividades da Escola, a predominância da concepção emancipatória sobre o PPP no âmbito escolar, pois foi notório as nuances que corresponderam a esse movimento em prol da democratização, da inclusão, do diálogo, da cooperação e da participação efetiva dos envolvidos, configurando unicidade e coerência ao processo educativo. Entende-se que todo processo participativo urge resultados complexos de debate, cuja concepção demanda não só tempo, mas também estudo e aprendizagem do trabalho coletivo.

Nesse contexto, pode-se considerar que um dos fatores que favoreceram as condições de materialidade da concepção emancipatória na Escola Municipal Profª. Norma Vídero, foi à própria história de luta da comunidade local em prol da garantia do direito à educação. As pessoas, ao procurarem essa Escola integrada a Fundação Marimbeta, o fazem com a decisão pessoal de realizar uma ação que favoreça aos seus filhos um ensino de melhor qualidade.

No entanto, vale salientar que o modelo de gestão implementado na Escola Municipal Profª. Norma Vídero, apesar da escolha da direção escolar ter ocorrido pelo critério político-partidário, sem que a comunidade escolar fosse consultada, não inviabilizou práticas concernentes à concepção emancipatória, pois as ações realizadas na elaboração do PPP constituíram-se em práticas democráticas e ações participativas. A comunidade escolar se sente

muito bem representada, legitimada e acolhida pela direção escolar. O que de uma certa forma, não nos impede de assinalar sobre a necessidade de implementação de um processo democrático na Escola – eleição direta para diretor e vice - para que as escolhas dos novos dirigentes possam contribuir com a práxis de uma gestão escolar cada vez mais participativa.

Em relação aos sujeitos que fizeram parte do processo de elaboração do PPP desta Escola, merecem destaque os funcionários de apoio (servente, merendeira e vigia), pois participaram da elaboração ainda num nível de observação e audiência, não demonstrando atitudes e permitindo que as decisões fossem tomadas, para que depois pudessem executá-las. Nesse segmento, acentua-se uma exceção para a funcionária técnica-administrativa, que não só opinou e discutiu, mais ajudou concretamente na elaboração.

Desta forma, esta postura requer que o grupo, como um todo – atores educacionais- adote ações de inclusão e, portanto de efetiva ação participativa de todos os funcionários. O esforço necessário da Escola em valorizar, internamente, os serviços que os funcionários prestam e a possível contribuição de sua participação num processo de elaboração do PPP, parecem ainda insuficientes para refletir-se no assumir de uma atitude mais ativa e crítica.

Entretanto, esses fatores que podem ser considerados negativos pontuados no segmento dos funcionários de apoio, não chegam a ser obstáculos na instauração de um processo democrático ocorrido no processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Profª. Norma Vídero.

Quando se referem aos demais segmentos (pais, alunos e professores) constatou-se que de fato ocorreu, também, uma ação participativa efetiva na elaboração do PPP, seja pelo esforço por parte da direção escolar em tentar garantir a participação de todos, seja pelo dinamismo representado por esses segmentos, pois demonstram maiores habilidades durante o processo.

Neste sentido, fica evidente por parte de todos os segmentos que a participação na Escola é uma questão fundamental, visto que todos os envolvidos demonstraram um sentimento de compartilhamento, de confiança, de respeito, e sobretudo, se sentem partícipes das decisões tomadas no âmbito da escola. Mas, só foi possível a conquista dessa participação por meio das discussões e reuniões que envolvem toda comunidade escolar, ou seja, entre equipe administrativa, financeira e pedagógica, alunos e familiares. Esses elementos representam um

nível efetivo de participação na escola⁸. No entanto, se faz necessário que os atores educacionais continuem intensificando a mobilização da energia de equipe e, portanto, da Comunidade Escolar para a realização das responsabilidades da escola.

O desenvolvimento elaborativo do Projeto Político-Pedagógico vem ocorrendo num movimento contínuo de construção e (des) construção por ser um processo inconcluso que ali se realiza e pressupõe sua construção no cotidiano escolar, o que não dispensa a necessidade da reflexão permanente a respeito dos obstáculos e das potencialidades que se apresentam na realidade concreta. Essa avaliação em torno do PPP evidenciou-se na entrevista por todos os segmentos quando esboçaram que precisavam estudar o Projeto, precisavam “construir e reconstruir”, “desmanchar e fazer de novo”.

Por meio deste trabalho, verificou-se que a elaboração do Projeto Político-Pedagógico não foi uma ação simples. Implicou diversos enfrentamentos pessoais e coletivos, fundamentais para o sucesso do processo de uma equipe articuladora, forte, embasada teoricamente, mas que não se considere detentora/dona do saber. Verificou-se, ainda, que é uma elaboração necessária e possível, devendo ser pautada em dois princípios: o da necessidade e o da possibilidade.

Nesse sentido, a Comunidade da Escola Municipal Profª Norma Vídero, apesar de estar em processo de participação coletiva e efetiva, vem buscando através de conflitos, tensões, negociações, acordos a participação plena, por acreditar que é só com participação de todos que se vencem os desafios e se constrói uma nova realidade. Nessa compreensão, verificou-se que a participação não depende de alguém que “dá” abertura ou “permite” sua manifestação. É uma conquista a se realizar, como afirma Demo (2001, p.51): *“Não se trata de conceder, doar ou impor participação, mas sim de estimulá-la, de modo que se integre nesse processo contínuo”*..

Nesse sentido, considerou-se importante o significado dessa participação para os sujeitos:

- A direção, participar vê-se colocada diante de tarefas eminentemente políticas, pois assume o papel de dirigente técnico e político. A abertura não acontece para um todo homogêneo e sim para uma população dividida, socialmente estratificada

⁸ A participação efetiva na escola pressupõe que os professores, coletivamente organizados, discutam e analisem a problemática pedagógica que vivenciam em interação com a organização escolar e que, a partir dessa análise, determinem caminhos para superar as dificuldades que julgarem mais carentes de atenção e assumam compromisso com a promoção de transformação nas práticas escolares. Heloísa Lück (2006, p. 33)

e ideologicamente diferenciada; significa lidar com inúmeras expectativas e projetos políticos diferenciados;

- Para os alunos, a fundamental mudança refere-se à sua relação com os professores, com a direção e com seus próprios colegas: assumir sua parte de responsabilidade na direção da escola e do processo pedagógico, deixando de esperar soluções acabadas e de esperar apenas a punição como saída; compreender que o respeito mútuo entre os colegas é necessário; entender que transitar na difícil tarefa entre “o livre-arbítrio e segurança” requer um comprometimento com o projeto educacional, com princípios e também com uma visão mais global, menos fragmentária da escola;
- Para os professores, avaliando, (re) avaliando, descobrindo, (re) descobrindo, inventando, formulando e aceitando novas proposições e que estejam preparados para dialeticamente analisar, comparar, estabelecer valores, através dos quais avaliam as diferentes metodologias, mantêm-se cuidadosos para apreciá-los em relação às posturas teóricas e em relação à sua prática e contexto, particularmente em situação em que a comunidade tem lugar específico na construção do currículo, onde você pode contribuir com as possíveis vivências em movimentos sociais, movimentos populares e trazer para a Escola como um instrumento de trabalho em prol da pluralidade cultural.

É válido salientar, também, que se compartilha da idéia de que somente a partir de uma relação dinâmica e consciente que a Comunidade Escolar poderá garantir uma condição favorável para que a Escola venha a ser regida coletivamente pelo intercâmbio, pela cooperação, e pela participação plena da Comunidade Escolar no processo educativo.

Finalmente, faz-se necessário ressaltar que a participação na Escola acontece de fato pela elaboração do Projeto Político-Pedagógico, que se constitui em uma abordagem sistêmica de orientação e coordenação do processo educacional, mediante ação conjunta, articulada, unitária e consistente da comunidade escolar, dirigida à promoção de conseqüências significativas na

formação dos alunos. Sem uma orientação participativa compartilhada desde a fase de elaboração, capaz de construir a clareza do ideário e das necessárias ações educacionais.

Se essas orientações não forem compartilhadas se palmilhará um caminho onde o que se terá é um simples documento formal, deixando de ser um instrumento de participação que só poderá ser assegurada se o PPP perseguir os objetivos dos atores e grupos envolvidos no ato educativo, em sua globalidade.

Nesse caso, os resultados alcançados na realização deste trabalho têm ainda a pretensão de indicar que um estudo em nível micro pode trazer grandes contribuições à elaboração do Projeto Político-Pedagógico, na medida em que corrobora e amplia as possibilidades indicadas pelos recentes estudos a respeito da participação e suas várias nuances no ambiente escolar, como uma das vias para a superação da visão conservadora e burocrática, na construção de uma concepção em que prevaleça no ambiente escolar a idéia de coletividade, além de atender uma exigência legal (Art. 12 da LDB), do diálogo, da cooperação, da inclusão ligada ao grau de participação dos envolvidos.

8. REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, M. A. “Avaliação da aprendizagem: como trabalhadores – estudantes de uma faculdade particular vêm o processo – em busca de um caminho.” Tese de Doutorado. In: HORA, D.L. **Gestão Democrática na Escola: artes e ofícios da participação coletiva**. 11ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

AMADOR, Milton Cleber Pereira. **Ideologia e Legislação Educacional no Brasil**. Concórdia (SC): Universidade do Contestado – UnC, 2002.

AMMANN, Safira Bezerra. “Participação social”. In: BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico: Contribuição para uma Psicanálise do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. (p.10-23)

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BAHIA, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Construindo a Escola Terra Bahia: Proposta de educação básica**. Salvador, 1999.

BRASIL, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL/ MEC/ INEP. EFA 200 – **Educação para Todos**. Informe Nacional, Brasília: O Instituto, 2000.

CARVALHO, Maria Lúcia R. D. **Escola e democracia**. São Paulo: EPU, 1979.

COSTA, A.C. MADEIRA, A.I. **A construção do projeto educativo de escola: estudos de caso no ensino básico**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.

CUBERO, Rosário; MORENO, Maria Carmem. Relações Sociais nos Anos Pré-Escolares: Família, Escola, Colegas. In: COLL, César; PALÁCIOS, Jesús; MARQUESI, Álvaro (Orgs.) **Desenvolvimento Psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Trad. Francisco Franke Settineri e Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995 v.I.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O conselho nacional de educação e a gestão democrática. In: OLIVEIRA, D. A. A. (Org). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. Campinas: Papirus, 1997.

_____. **Participação é conquista**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. “Novo dicionário da língua portuguesa.” In: VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola: Uma construção possível**. 17ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

FERREIRA, Naura S. (Org). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do Projeto Pedagógico**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional Para Todos. Brasília, 28/8 a 29/94.

GADOTTI M. & ROMÃO, J.E (orgs). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Organização do Trabalho na Escola: alguns pressupostos**. Editora Á, São Paulo, 1994.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo, Cortez, 1995.

GOLDENBERG, M. **A Arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

IBAÑEZ, J. Más allá de lá sociologia. El grupo de discusión: técnica y crítica. In: GONDIM, G. M. S. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa**: desafios metodológicos. Revista Paidéia – volume 12 – nº. 24. Salvador- Ba – 2002.

ITABUNA. **Lei Orgânica Municipal**. Promulgada pela Câmara Municipal em 20 de agosto de 1990.

_____, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Proposta Político-Pedagógica da Escola Grapiúna**.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÜCK, Heloísa. **Gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.

_____ (et al) **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: Abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MARQUES, Mario O. **Projeto pedagógico**: A marca da escola. In: Revista Contexto e Educação nº 18. Ijuí: Unijuí, abr./jun. 1990

MARQUES, Ramiro. **Professores, famílias e projeto educativo**. Lisboa: Asa, 1998.

MINAYO, M. C (org). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 80 p.

NÓVOA, A. (org). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVA, Alberto. **Epistemologia**. A Cientificidade em questão. Campinas, Papirus, 1990.

OLIVEIRA, Veleska F. “Escola: a busca da identidade enquanto Projeto Político-Pedagógico”. In: **Contexto e Educação, Universidade de Ijuí**, ano 5, n° 10, abril/junho 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2000.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª NORMA VÍDERO. Itabuna, 2005.

PUIG, Josep M. (et al); **Democracia e participação escolar**: propostas de atividades. São Paulo: Moderna, 2000.

RAMA, Leslie Maria José da Silva. **Legislação do ensino**: uma introdução ao seu estudo. São Paulo: EPU, 1987.

REGIMENTO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª NORMA VÍDERO. Itabuna, 2000.

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. Paradigma – Relação de Poder – Projeto Político-Pedagógico: Dimensões indissociáveis do fazer educativo. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto Político-Pedagógico da escola**: Uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo, Edições Afrontamento, 1998.

_____. (2006) **O futuro da democracia**. Publicado na *Visão* em 31 de ago. de 2006. [On-line] CES Centro de Estudos Sociais: [http:// www.ces.uc.pt/opinião/bss/164.php](http://www.ces.uc.pt/opinião/bss/164.php). Acesso em 04 de set. 2007.

SAVIANI, Demerval. **Política e Educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na Legislação do ensino. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. A Universidade e a problemática da Educação e Cultura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 abr. 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. “O projeto político-pedagógico: a saída para a escola”. In: **Para onde vai à escola?** Revista de Educação da A.E. C., Brasília, DF (107) abril/junho 1998.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Planejamento:** plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo, Libertad, 1995.

_____. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002 a.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro “Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva” In: VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola:** uma construção possível? 17ª ed. Campinas: Papirus, 2004.

_____. **Inovações e Projeto Político–Pedagógico:** uma relação regulatória ou emancipatória? Caderno CEDES, vol. 23 nº 61, Campinas, Dec. 2003.

_____. “Projeto Político-Pedagógico: novas trilhas para a escola”. In: VEIGA, I. P. A., FONSECA, M. (org.) **Dimensões do Projeto Político-Pedagógico:** novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

_____. “Projeto Político-Pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar?” In: CASTANHO, M. E. L. M; CASTANHO, S. (org.). **O que há de novo na educação superior:** do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas: Papirus, 2000.

VEIGA Ilma Passos Alencastro e RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (orgs). **Escola:** Espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VEIGA, L. & GONDIM, S. M. G. **A utilização de métodos qualitativos.** Na ciência política e no marketing político. Opinião Pública. 2(1), 1-15

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Problematização e discussão pelos Membros da Comunidade Escolar da Escola Municipal Profª Norma Vídero, a saber:

Segmento Escolar: Diretora e Vice-Diretora

Que relação vocês podem fazer deste significado participação com a elaboração do Projeto Político – Pedagógico?

Qual a relação comunidade local e a Escola?

São realizados encontros para estudos acerca do Projeto Político-Pedagógico?

O que é necessário fazer para a elaboração do Projeto Político – Pedagógico?

Há oportunidade para a participação de todos no Projeto Político-Pedagógico?

As pessoas se engajam no processo? Sim ou não e porquê?

Segmento Escolar: Docentes

Vocês têm conhecimento acerca do Projeto Político-Pedagógico?

Participaram de sua elaboração, e se participaram de que forma isso aconteceu?

Vocês avaliam o Projeto Político-Pedagógico?

Em que dimensão se encontra na escola o PPP? (análise da realidade, projeção de finalidades, elaboração de formas de mediação, realização interativa, avaliação, não existe)

Relação Escola/comunidade local., Escola/Fundação Marimbeta.

A escola e seu percurso histórico, o que mudou na escola com o Projeto?

Segmento Escolar: Funcionários

Vocês participaram da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola?

Qual a importância deste Projeto na Escola e o que ele representa para vocês?

Qual a importância da Escola Norma Vídoro junto com a Fundação Marimbeta?

Qual a participação de vocês em reunião escolar e Colegiado?

Segmento Escolar: Pais de alunos

Vocês conhecem o Projeto Político Pedagógico da Escola?

Vocês participaram da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola?

Qual o significado da Escola Norma Vídoro, do Projeto Político-Pedagógico, dos professores, da direção, da coordenação e da Fundação Marimbeta?

Segmento Escolar: alunos

O que vocês compreendem como participação de todos que trabalham na Escola, inclusive vocês?

Vocês conhecem o Projeto Político-Pedagógico da Escola?

Vocês participaram da elaboração do Projeto Político-Pedagógico?

Vocês participam de reuniões escolares e do Colegiado Escolar? Como vocês participam?

Art. 239 - As organizações culturais amadorísticas sediadas no Município e cadastradas na Secretaria Municipal de Cultura terão subvenção orçamentária, desde que cumpram as exigências e prazos desta LOM, a requerimento dos seus Presidentes

Art. 240 - As organizações culturais amadorísticas sediadas no Município e os artistas aqui domiciliados terão prioridade no uso dos espaços culturais pertencentes ao Município, observada programação da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 241 - Fica criado o Conselho Municipal de Cultura com competência para opinar, discutir e assessorar a Secretaria Municipal de Cultura, dentre outras matérias definidas em Lei sobre:

- I - política municipal de cultura;
- II - programas plurianuais das atividades culturais do Município;
- III - programas de promoções culturais de qualquer natureza, promovidas ou patrocinadas pela administração pública municipal direta ou indireta.

Art. 242 - Lei Municipal regulará o funcionamento e definirá a estrutura do Conselho Municipal de Cultura, que terá constituição paritária de representantes do Poder Público Municipal e de representantes de entidades civis legalmente constituídas com sede no Município, contando no mínimo, com 06(seis) e, no máximo, com 30(trinta) membros.

SEÇÃO II

DA EDUCAÇÃO

Art. 243 - O Município promoverá, prioritariamente, a educação pré-escolar e o ensino do primeiro grau, bem como ensino do segundo grau com a colaboração da sociedade e a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, atendendo os seguintes princípios:

- I - a educação é um direito de todos e dever do Estado nos seus diversos níveis, cabendo ao Poder Público Municipal, com o apoio técnico e financeiro do Poder Público Estadual e Federal, assegurar vagas suficientes para atender toda a demanda de creches, pré-escola ou educação infantil e de 1ª (primeiro) grau e em complementação aos poderes públicos Estadual e Federal, o 2ª (segundo) grau diurno e noturno;

- II - o ensino no Município, pautado nas idéias de liberdade, solidariedade e igualdade social, tem como objetivo o desenvolvimento unilateral do homem que, com o domínio do conhecimento científico e respeitando a natureza, seja capaz de atuar no processo de transformação da natureza e da sociedade;
- III - o ensino no Município tem como base o conhecimento e processo científico universal, que assegurará uma educação pluralista e oferecerá ao educando condições de acesso às diferentes concepções filosóficas, sociais e econômicas do mundo;
- IV - gestão democrática do ensino.

Art. 244 - O sistema de ensino do Município integrado ao Sistema Nacional de Educação, tendo como fundamento a unidade escolar, será organizado nas seguintes bases:

- I - observância das diretrizes comuns estabelecidas nas legislações federal, estadual e municipal e as peculiaridades locais;
- II - o Município integrará a Coordenação Estadual de modo a impedir a fragmentação do ensino fundamental e buscará otimização dos recursos financeiros, humanos e materiais para implementação de políticas regionais;
- III - manutenção de padrão de qualidade através de controle pelo Conselho Municipal de Educação, tendo como base o custo-aluno.

Art. 245 - O Poder Público Municipal assegurará na promoção de educação pré-escolar e do ensino de 1ª e 2ª graus, a observância dos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na Escola,
- II - garantia do padrão de qualidade;
- III - garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito na rede escolar municipal, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- IV - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- V - garantia de prioridade de aplicação, no ensino público municipal, dos recursos orçamentários do Município, na forma estabelecida pelas Constituições Federal e Estadual e nesta LOM;

- VI - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência na rede escolar municipal;
- VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- VIII - calendário escolar que atenda às peculiaridades locais, dentro das exigências do ano pedagógico.
- IX - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

Parágrafo Único - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo município, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Art. 246 - Aos membros do Magistério Municipal serão assegurados:

- I - plano de carreira com promoção horizontal e vertical, mediante critério justo de aferição do tempo de serviço efetivamente trabalhado em funções do magistério, bem como de aperfeiçoamento profissional;
- II - piso salarial profissional;
- III - aposentadoria na forma do artigo 95, incisos I, II e III alíneas "b" e "d" desta LOM;
- IV - participação na gestão do ensino público municipal;
- V - estatuto do magistério;
- VI - garantia de condições técnicas adequadas para o exercício do magistério.

Art. 247 - Os cargos do Magistério Municipal serão obrigatoriamente providos através de concurso público, vedada qualquer outra forma de provimento.

Art. 248 - A gestão democrática do ensino público municipal deverá ser organizada, garantindo-se a representação de todos os segmentos envolvidos na ação educativa, na concepção educação, controle e avaliação dos processos educativos e pedagógicos da escola e ser assegurada através de:

- I - Conselho Municipal de Educação;

- II - Congresso Municipal de Educação;
- III - Colegiado-Escolares;
- IV - Eleições Diretas para Diretores e Vice-Diretores.

Art. 249 - Fica criado o Conselho Municipal de Educação, órgão de natureza colegiada e representativa da sociedade com atribuições consultivas, normativas e fiscalizadoras da política de educação, com autonomia técnico-administrativa.

Art. 250 - Lei municipal regulamentará o funcionamento e definirá a estrutura do Conselho Municipal de Educação, que terá constituição partidária de representantes do Poder Público Municipal e de representantes de entidades civis legalmente constituídas com sede no Município, contando, no mínimo com 06(seis) e, no máximo, com 30 (trinta) membros.

Art. 251 - Lei regulará as eleições diretas para Diretores e Vice-Diretores da rede municipal de ensino, de que trata o inciso IV do artigo 248 desta Lei Orgânica.

Art. 252 - O Município aplicará anualmente 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos e dos proventos das transferências e repasses da União e do Estado no desenvolvimento do ensino.

§ 1º - O não atendimento ao que determina este artigo em cada trimestre, deverá ser apurado e corrigido no trimestre seguinte, dentro do mesmo exercício financeiro.

§ 2º - A inobservância do disposto neste artigo importa em crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, punível na forma da lei.

Art. 253 - O Congresso Municipal de Educação reunir-se-á, bi-anualmente e terá por finalidade apreciar o Plano Municipal de Educação proposto pelo Poder Executivo.

Art. 254- Os recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino no Município, compreenderão:

- I - os provenientes do artigo anterior;
- II - as transferências específicas da União e do Estado;
- III - sua parcela de arrecadação do salário-educação.

§ 1º - As transferências oriundas do Estado serão aplicadas exclusivamente no desenvolvimento e na manutenção do ensino público.

§ 2º

- Os recursos provenientes de sua parcela na arrecadação do salário-educação deverão ser aplicadas prioritariamente no desenvolvimento do ensino fundamental.

§ 3º

- É vedado ao Município a transferência de recursos às escolas de iniciativa privada.

Art. 255 - As verbas do orçamento municipal de educação serão aplicadas, prioritariamente, na manutenção e aplicação da rede escolar mantida pelo Município, até que seja plenamente atendida a demanda de vagas para o ensino público.

Parágrafo único - Não constituem despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino:

- I - Programas assistenciais suplementares de alimentação, material didático escolar, transporte, assistência médica odontológica, farmacêutica, psicológica e outras similares para alunos, docentes ou servidores;
- II - assistência hospitalar;
- III - subvenções a instituições privadas, de caráter assistencial ou cultural;
- IV - manutenção de pessoal inativo e de pensionista;
- V - obras de infraestrutura e edificação ainda quando realizadas para beneficiar diretamente a rede escolar;
- VI - concessão de bolsas de estudos a alunos da rede particular.

Art. 256 - O Município desenvolverá, através dos meios de técnicos apropriados, ações permanentes visando a erradicação do analfabetismo no meio adulto, preferencialmente em cursos noturnos.

Art. 257 - É dever do Poder Público Municipal de além da Biblioteca Pública Central, manter bibliotecas públicas descentralizadas, com acervo em número suficiente para atender a demanda dos estudantes, nos distritos e nos diversos bairros, estrategicamente distribuídas.

Art. 258 - As escolas públicas com mais de mil alunos matriculados serão obrigadas a ter um médico e um dentista para atendimento a seu corpo discente, docente e administrativo.

Art. 259 - O Município deverá ampliar o número de escolas de tempo integral, com área de esporte, lazer e estudo, que desenvolvam a criatividade do educando.

Parágrafo único - A instalação de escola de tempo integral deve priorizar, inicialmente, os setores da população de baixa renda, e progressivamente, toda rede municipal.

Art. 260 - O ensino religioso constitui disciplina das escolas oficiais do Município, de matrícula facultativa.

Parágrafo único - A manifestação pela matrícula em ensino religioso será do educando se maior de 18 (dezoito) anos, e se menor, dos seus pais ou responsáveis legais.

Art. 261 - As escolas do Município do ensino pré-escolar até a 4ª série do 1º grau farão constar no seu currículo matérias que envolvam o desenvolvimento de programa sistemático de educação ambiental.

Art. 262 - O Poder Público Municipal deverá promover, obrigatoriamente, teste de acuidade visual, em todo estudante de 1º grau matriculado na rede de escolas municipais, durante o primeiro semestre de cada ano letivo.

Parágrafo único - O resultado do exame de acuidade visual deverá constar na ficha escolar do estudante, para controle de exames futuros.

Art. 263 - "Os Colegiados Escolares serão compostos por representantes dos professores, especialistas, funcionários, pais e comunidade, que deverão gerir as unidades de ensino em regime de co-participação com os membros da direção".





Geraldo Simões de Oliveira
Prefeito Municipal

Adeum Hilário Sauer
Secretário de Educação e Cultura

Raimunda Alves Moreira de Assis
Diretora do Departamento de Pesquisas, Planejamento e Informações Gerenciais

Girlene Écio Damasceno Dias
Diretora do Departamento de Acompanhamento da Gestão

Daniela Galdino Nascimento
Diretora Interina do Departamento de Projetos Integrados

Alba Lúcia Gonçalves
Diretora do Departamento de Educação Básica

Jorge Hamilton Sena
Diretor do Departamento de Infra-estrutura

Indaiara Célia da Silva
Coordenadora Técnico-pedagógica do Setor de Formação Continuada de Professores

Daniel Thame
Assessoria de Comunicação Social



Março de 2002
Tiragem: 30.000 exemplares



A Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de Itabuna elaborou este livrinho para que você conheça e participe de uma nova proposta de educação pública municipal, a ESCOLA GRAPIÚNA, que está nascendo do desejo de garantir o direito a uma educação pública de qualidade para todo mundo. É a escola que a gente sempre sonhou para nossos filhos e que agora podemos construir juntos.
ESCOLA GRAPIÚNA, lugar de todos nós.

POR QUE A ESCOLA GRAPIÚNA É O "LUGAR DE TODOS NÓS" ?

A ESCOLA GRAPIÚNA é o lugar de todos nós, porque o mais importante nessa escola são as pessoas do jeito que elas são, é o atendimento às necessidades dos alunos, que precisam dela para aprender, melhorar sua vida e a vida da comunidade.



A escola, como existe hoje, não foi pensada para pessoas diferentes umas das outras, nem para as classes populares; por isso, muitos de nossos filhos não aprendem, perdem de ano, e achamos que a culpa é deles. Mas é a escola que não está funcionando como deveria, pois não está garantindo a aprendizagem de todos.

4

E COMO VAMOS CONSEGUIR QUE TODOS APREN DAM ?

Todo mundo tem o sonho de ter sua própria casa, não é verdade?

A primeira coisa que fazemos quando construímos nossas casas é garantir que suas bases sejam sólidas; usamos materiais como ferro, areia, brita e cimento, para que as paredes sejam levantadas sobre bases firmes e não caiam.

Vamos pensar então que a ESCOLA GRAPIÚNA é a nossa casa, a casa da EDUCAÇÃO PÚBLICA de Itabuna, que vamos construir juntos.

Para que essa escola garanta a aprendizagem de seus alunos, também precisa ser construída sobre bases sólidas e firmes. Essas bases são os nossos quatro princípios:

Educação de Qualidade,
Participação Democrática,
Inclusão Social e Valorização
da Cultura Regional.



Vamos entender melhor cada um destes princípios?

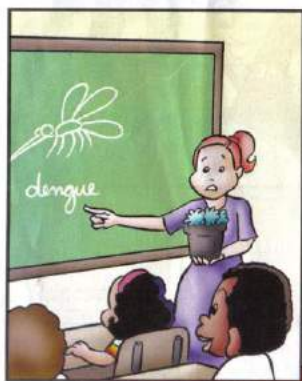
5

1 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

As leis brasileiras dizem que todas as pessoas têm direito à saúde, à habitação, ao trabalho, à educação e ao lazer. Mas, no dia-a-dia, essas leis não são levadas a sério, elas não são tratadas como direitos. Na ESCOLA GRAPIUNA, a educação oferecida é um direito realmente levado a sério.

A aprendizagem dos alunos será o centro das atenções de todos na escola.

Os alunos aprenderão coisas importantes para a sua vida e a de sua comunidade.



16

2 PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Só com a participação de todos – pais, mães, alunos, professores, diretores, funcionários, comunidade e poder público – decidindo as coisas que serão feitas e se responsabilizando pela sua realização, é que a ESCOLA GRAPIUNA será possível.

Pais, mães e responsáveis pelos alunos podem participar de várias formas. Por exemplo:

- ✓ Conhecendo as propostas, criticando e dando sugestões



- ✓ Conversando com as crianças sobre o que elas aprendem na escola



- ✓ Conversando com os professores sobre o que você pode fazer para ajudar na aprendizagem dos seus filhos



17

3 INCLUSÃO SOCIAL

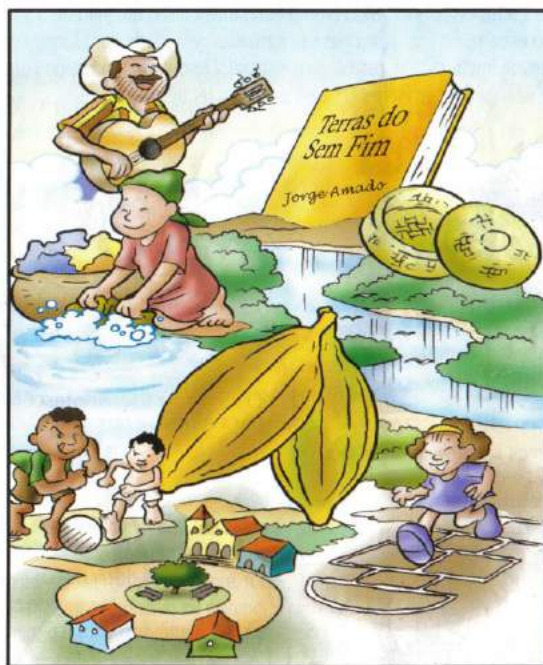
* O lema da ESCOLA GRAPIÚNA é "lugar de todos nós". Cada pessoa tem um jeito próprio de ser e de viver. Respeitar e aceitar as diferenças entre as pessoas é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa.



8

4 VALORIZAÇÃO DA CULTURA REGIONAL

Na ESCOLA GRAPIÚNA, a cultura regional será sempre um assunto importante. Precisamos conhecer e valorizar nossa região, nossa gente, nossa história, nosso jeito de falar, de pensar e de fazer as coisas, sem esquecer a cultura de outros povos e lugares.



Educação de qualidade, participação democrática, inclusão social e valorização da cultura regional. Sobre a firme base formada por estes quatro princípios, construiremos a Escola Grapiúna.

9

Mas para construirmos sobre esta base a escola que sonhamos, precisamos nos organizar de um outro jeito. Por isso, o Ensino Fundamental será realizado em CICLOS.

O QUE SÃO ESTES CICLOS ?

Os Ciclos de Formação do Ensino Fundamental são um jeito de organização do tempo escolar, em que as turmas são formadas pela idade dos alunos, respeitando seu desenvolvimento físico, psicológico e social. Desta forma, o Ensino Fundamental deixa de se organizar em séries (1ª a 8ª) e passa a ter três ciclos:

O Ciclo da Infância, para alunos entre 6 e 8/9 anos.



O Ciclo da Pré-Adolescência, para alunos entre 9 e 11/12 anos.

O Ciclo da Adolescência, para alunos entre 12 e 14 anos.



10

Cada ciclo durará 3 anos e, assim, o Ensino Fundamental deixará de ter 8 anos e passará a ter 9 anos, recebendo crianças a partir de 5 anos e 6 meses.

Ou seja, mais tempo para os alunos aprenderem.



INTERESSANTE, MAS ME RESPONDA UMA COISA: É VERDADE QUE NESTE TAL DE CICLO, O ALUNO NÃO FAZ PROVA, NÃO RECEBE NOTAS E NEM PERDE DE ANO ?

RESPONDENDO SUA PERGUNTA:

Algumas dessas coisas são verdades e outras não.

✓ VERDADE

No ciclo, os alunos não recebem notas, porque a avaliação é realizada para servir de ponto de partida para que o professor, a família e os alunos saibam o que já foi aprendido e o que ainda é preciso aprender, e não para rotular os alunos como fracos ou fortes, burros ou inteligentes.



✓ MENTIRA

Acabar com a nota não significa acabar com a prova; ela continua existindo, só que de outra forma, não para dar medo, castigar e reprovar os alunos, mas como uma atividade de avaliação, entre tantas outras, que ajuda a saber o que os alunos já aprenderam.

✓ VERDADE

Nos ciclos, nem um minuto do aluno é perdido, imagine perder um ano inteiro! Não tem sentido repetir, no ano seguinte, tudo que já foi visto, só porque deixamos de aprender algumas coisas; a escola tem que ficar atenta para realizar atividades em que todos os alunos aprendam dentro do seu ciclo.



RESUMINDO: existe, sim, avaliação nos Ciclos, só que é uma avaliação mais justa.

11

CLASSES DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS

A educação em séries gerou uma grande injustiça: alunos reprovados várias vezes e que ficam na mesma série por muitos anos. Isto gera exclusão, em vez de aprendizagem. O aluno volta para a mesma série, com crianças mais novas, para ver os mesmos assuntos.



Quase a metade dos alunos da rede municipal de ensino está nesta situação. Para resolver este problema, estão sendo implantadas as Classes de Integração e Recursos.

FUNCIONAMENTO DAS CLASSES DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS

São seis horas de aula por dia, com dois lanches.



Em no máximo dois anos, o aluno poderá entrar para o Ciclo de Formação correspondente à sua idade.

12

O professor é exclusivo, ou seja, na rede municipal, ele só dá aula para aquela turma. A atenção é toda para estes alunos.



INVESTIMENTOS

Para a implantação da Escola Grapiúna e dos Ciclos de Formação, a Prefeitura Municipal de Itabuna está aumentando as verbas destinadas à educação, e muitos investimentos serão feitos.

✓ Reforma das escolas

Todas as escolas da rede municipal serão reformadas. Oito dessas escolas serão adaptadas com instalações adequadas aos alunos portadores de necessidades especiais.



✓ Contratações

Novos professores serão contratados através de Concurso Público. Também será contratado pessoal de apoio para as escolas.

13

✓ Formação permanente dos professores

Os professores têm um tempo de 4 horas semanais para planejar e estudar. Além disso, a prefeitura oferece cursos de formação permanente, todos os meses, sem prejuízo dos 200 dias letivos dos alunos.



✓ Mais professores nas salas de aula

Cada turma dos ciclos iniciais (infância e pré-adolescência) que só tinha um professor, contará com outro professor. Agora são dois professores por turma.

Além disso, a escola contará com uma equipe de assessores da Secretaria de Educação e Cultura para acompanhamento permanente do trabalho da escola.



✓ Escolarização da merenda escolar

Cada escola passa a receber dinheiro para comprar sua própria merenda, definindo democraticamente seus cardápios, com ajuda de nutricionistas.



14

✓ Fardamento

A Prefeitura comprará a farda para os alunos da rede. Serão dois conjuntos para cada aluno.



✓ Equipamentos

Tevês, parabólicas, vídeos, computadores e outros equipamentos serão comprados e instalados para modernizar as escolas.

Essas são as mudanças que ocorrerão na educação pública municipal de Itabuna, a ESCOLA GRAPIUNA. O objetivo é que juntos possamos construir a escola que tanto sonhamos, precisamos e merecemos.

Sua participação na construção desta escola é fundamental; por isso, informe-se, dê sua opinião, colabore, diga o que está bom e o que pode ser mudado, assuma sua parcela de responsabilidade e ajude a construir uma escola digna, que seja o LUGAR DE TODOS NÓS.



15

CME - Conselho Municipal de Educação De Itabuna

Rua Adolfo Maron, nº 82, Salas 09, 10, 11 - Centro - Itabuna - Bahia
Cep: 45.600-000 Fone(Contato): (73) 211-5120 ou 214-6390

RESOLUÇÃO CME Nº 20/03

Aprova a Proposta Político Pedagógica da Escola Grapiúna e o Regimento-Referência da Escola Grapiúna da Rede Municipal de Ensino, a partir de 2002.

O Conselho Municipal de Educação, tendo em vista o que dispõe a Lei Federal nº 9394/ 96, artigos 23 e 24, a Resolução CME nº 001/ 99 e o Parecer 004/03,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica aprovada a Proposta Político Pedagógica da Escola Grapiúna da Rede Municipal de Itabuna, o Regimento-Referência da Escola Grapiúna, com organização em Ciclos de Formação Humana no Ensino Fundamental, com nove anos de duração, com organização em Ciclos de Formação Humana e a Escola Ativa na Educação do Campo e o Programa de Educação de Jovens e Adultos, com seis anos de duração, a partir do ano letivo de 2002.

Parágrafo único: A matrícula do aluno para o ingresso no 1º Ciclo do Ensino Fundamental poderá ser feita a partir de seis anos.

Art. 2º- A Secretaria Municipal de Educação de Itabuna, apresentará a partir do ano de 2004, Relatório Anual de Avaliação da Proposta ao Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único: o Relatório Anual deverá ser apresentado ao Conselho Municipal de Educação no prazo de até 90 dias, após o término do ano letivo.

Art. 3º- A presente Resolução entrará em vigor na data de sua homologação.

Itabuna, 22 de dezembro de 2003

Anorina Alves Smith Lima
Presidente do CME de Itabuna

064 - 3.1.2.0 - Material de Consumo	400.000,00
065 - 3.1.3.0 - Serv. de Terc. e Encarg.	1.000.000,00
067 - 3.2.5.9 - Auxílio Financeiro	300.000,00
068 - 4.1.2.0 - Obras e Instalações	1.000.000,00
T.O.T.A.L	Cz\$ 109.577.790,71

Art. 2º - Para financiar o Crédito de que trata a presente lei, fica o Chefe do Executivo autorizado a utilizar-se dos recursos previstos no inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA,
em 13 de novembro de 1987

UBALDO DANTAS
Prefeito

LEI Nº 1.387

EMENTA: Autoriza o Executivo Municipal a instituir a Fundação Sítio do Menor Trabalhador de Itabuna - SMTI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura, a Fundação Sítio do Menor Trabalhador de Itabuna - S.M.T.I.

Art. 2º - A Fundação S.M.T.I. gozará de autonomia financeira e administrativa e terá sua sede e foro nesta Cidade de Itabuna, podendo atuar diretamente, ou a través de convênios e contratos, sendo-lhe facultado, inclusive, contrair empréstimos, com quaisquer entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, mediante o oferecimento de garantias pessoais ou reais, desde que não constituam o seu patrimônio inicial, precedidos, tais empréstimos, de prévia autorização legislativa.

Art. 3º - A Fundação S.M.T.I., como entidade paraestatal, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada e será regida pela presente Lei e pelos Estatutos a serem aprovados por decreto do Executivo, obrigando-se anualmente a prestar contas à Secretaria a qual está vinculada.

Parágrafo Único - Qualquer modificação nos Estatutos da Fundação deverá ser precedida de prévia autorização legislativa.

Art. 4º - A Fundação S.M.T.I. tem por finalidade executar a política municipal na criação de condições favoráveis à assistência e educação do menor carente e cronologicamente sem acesso à rede escolar, oportuni-

zando o desenvolvimento de sua potencialidade através de atividades escolares, de educação para o trabalho e sociais, competindo-lhe:

I - promover a integração deste menor carente à rede escolar municipal através dos programas especiais de alfabetização e educação continuada com aceleração a nível de 1º grau;

II - estimular seu crescimento sócio-cultural utilizando-se de atividades recreativas, artísticas e de aplicação de programas socializantes;

III - proporcionar meios para sua integração à vida econômica e social da comunidade e complementação da renda familiar através da educação para o trabalho, pelo aprendizado de:

- técnicas agrícolas;
- criação de animais de pequeno porte;
- artesanato;
- técnicas industriais;
- mecânica;
- outras atividades associativas e produtivas.

Art. 5º - O patrimônio da Fundação S.M.T.I. será constituído:

I - pelos bens imóveis descritos e individualizados no Anexo I, integrante desta Lei, avaliados em Cz\$ 2.915.000,00 (dois milhões, novecentos e quinze mil cruzados), cuja propriedade lhe será transferida, com o gravame de inalienabilidade permanente, na mesma data em que a Fundação adquira a personalidade jurídica e conte com a sua diretoria nomeada e empossada;

II - pelos bens móveis e imóveis, valores, rendas, ações, doações, legados e outros, que vierem a ser adquiridos pela Fundação S.M.T.I.

III - pela dotação orçamentária de valor correspondente a 4.000 (quatro mil) Obrigações do Tesouro Nacional (OTN's), hoje equivalente a Cz\$ 1.510.680,00 (um milhão, quinhentos e dez mil e seiscentos e oitenta cruzados), destinada à aplicação em bens, equipamentos, obras e serviços que forem indispensáveis para a sua implantação e desenvolvimento.

Parágrafo Único - A Fundação S.M.T.I. poderá receber doações e/ou legados com encargos, que sejam compatíveis com o benefício de tais atos, desde que estejam previamente autorizados pela Câmara e estejam relacionados com os objetivos da Fundação.

Art. 6º - A alienação, a qualquer título, de bens imóveis e ações da Fundação S.M.T.I. dependerá de prévia autorização legislativa. A alienação de quaisquer outros de seus bens far-se-á na forma prevista nos seus Estatutos.

Parágrafo Único - No caso de extinguir-se a Fundação, seus bens e direitos passarão a pertencer ao patrimônio municipal.

Art. 7º - É concedida à Fundação S.M.T.I. isenção de tributos municipais incidentes sobre seus próprios

bens e serviços, bem assim, temporariamente, sobre aqueles cujo uso e gozo lhe pertencam.

Art. 8º – A Direção da Fundação S.M.T.I. será composta de pessoas de reconhecido saber e ilibada moral, residentes no Município de Itabuna, com prioridade que estejam identificadas com áreas de Assistência Social ou Educacional, e será constituída pelos seguintes órgãos:

I – Conselho Deliberativo, com 09 (nove) membros;

II – Conselho Fiscal, com 03 (três) membros;

III – Diretoria Executiva, com 03 (três) membros.

§ 1º – Os membros da Diretoria Executiva – Presidente, Secretário e Tesoureiro –, serão nomeados pelo Prefeito Municipal de Itabuna, que os escolherá dentre nomes constantes de lista tríplice para cada cargo, organizada pela Fundação, para um período de 02 (dois) anos.

§ 2º – Para constituição da Primeira Diretoria Executiva, que dirigirá a Fundação S.M.T.I. até o final do atual mandato do Governo Municipal, seus membros serão indicados pelo Chefe do Executivo.

§ 3º – Os Conselhos Deliberativo e Fiscal serão compostos conforme dispuserem os Estatutos da Fundação, fazendo parte de cada um deles um representante do Poder Legislativo, por indicação da Câmara Municipal de Itabuna.

Art. 9º – O regime jurídico do pessoal da Fundação S.M.T.I. será o da legislação trabalhista (C.L.T.).

Art. 10º – Poderão ser colocados à disposição da Fundação S.M.T.I. servidores municipais, sem ônus para o Município, no limite máximo de 1/3 (um terço) do seu pessoal.

Art. 11 – Fica a Fundação S.M.T.I. autorizada a imitir-se na posse de bens desapropriados pelo Município, de utilidade pública ou interesse social, desde que destinados à política de criação de condições favoráveis à assistência e educação de menores carentes.

Art. 12 – Fica o Executivo autorizado a abrir Crédito Especial no valor correspondente a 4.000 (quatro mil) Obrigações do Tesouro Nacional (OTN's), para os efeitos do item III do artigo 5º desta Lei.

Parágrafo Único – Para financiar o Crédito de que trata este artigo, o Executivo valer-se-á dos recursos previstos no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Art. 13 – A partir do Orçamento de 1988 fica o Executivo autorizado a consignar no Orçamento dotação específica equivalente a 4.000 (quatro mil) Obrigações do Tesouro Nacional (OTN's) ou de outro título que venha a substituí-las, objetivando o desenvolvimento das atividades e para formar a receita da Fundação S.M.T.I.

Art. 14 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA,
em 19 de novembro de 1987

UBALDO DANTAS
Prefeito

LEI Nº 1.388

EMENTA: Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Alto Boa Vista.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Alto Boa Vista, pelos relevantes serviços prestados à Comunidade.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA,
em 26 de novembro de 1987

UBALDO DANTAS
Prefeito

LEI Nº 1.389

EMENTA: Denomina de Vereador Raimundo Lima logradouro público nesta cidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada de Vereador Raimundo Lima a artéria oficiosamente conhecida como Rua "A", Quadra 2, situada no Loteamento Jardim Lorena, Bairro Jaçanan, nesta Cidade.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA,
em 27 de novembro de 1987

UBALDO DANTAS
Prefeito

LEI Nº 1.390

EMENTA: Orça a RECEITA e fixa a DESPESA do Município de Itabuna para o exercício de 1988, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, faço saber



L E I Nº 1.958, de 16 de dezembro de 2004

EMENTA: Altera a Lei Municipal nº 1.387, de 19 de novembro de 1987 – Fundação Sítio do Menor Trabalhador de Itabuna, nomeação alterada posteriormente por Lei Municipal, para Fundação Marimbeta – Sítios de Integração da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS ALTERAÇÕES

Art. 1º - A Ementa e os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 9º e seus respectivos parágrafos, incisos, alíneas e itens, da Lei Municipal nº 1.387, de 19 de novembro de 1987, doravante, passarão a vigorar com a redação que segue:

Parágrafo único – Deverá ser procedida a renumeração do diploma legal ora alterado, caso ocorra supressão ou acréscimo de dispositivos na forma do proposto por esta Lei.

(...)

EMENTA: Institui no âmbito do Município de Itabuna a Fundação Marimbeta – Sítios de Integração da Criança e do Adolescente, como órgão integrante da Administração Municipal Descentralizada de natureza fundacional e, dá outras providências.

Art. 1º - Fica constituída no Município de Itabuna, Estado da Bahia, a Fundação Marimbeta – Sítios de Integração da Criança e do Adolescente, diretamente vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com sede e foro nesta Cidade, Distrito-Sede deste Município.

Parágrafo único – A vinculação de que trata o caput deste artigo, terá por fim, o cumprimento do disposto no art. 77, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Itabuna – LOMI, combinado com o artigo 6º, e seguintes do Decreto nº 5.932, de 1º de janeiro de 2001 – Estrutura Administrativa do Município de Itabuna, bem como, o subvencionamento e repasses das verbas públicas destinadas à Fundação.

Art. 2º - A Fundação Marimbeta – Sítios de Integração da Criança e do Adolescente, constituir-se-á como pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, instituída por esta Lei, gozando de autonomia administrativa-financeira, salvo as exceções previstas na legislação federal e estadual



específica e no art. 6º, seus parágrafo e incisos do Decreto nº 5.932/2001, para os entes desta natureza, constituindo-se em órgão fundacional da Administração Municipal Descentralizada.

§ 1º - Para a legalização do disposto no caput deste artigo, deverá ser procedida o registro dos Estatutos da Fundação, no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Itabuna e a devida inscrição da mesma no Registro Geral de Contribuintes do Imposto de Renda, para expedição do respectivo CNPJ.

§ 2º - A Fundação Marimbeta – Sítios de Integração da Criança e do Adolescente, terá duração ilimitada e sua extinção só poderá ocorrer por absoluta impossibilidade de sua manutenção e/ou inexecutabilidade de seus fins, devidamente comprovada através de procedimento judicial específico – Justificativa Judicial ou outro adequado aos fins de que trata este dispositivo.

Art. 3º - A Fundação Marimbeta – Sítios de Integração da Criança e do Adolescente, será regida pelo disposto nesta Lei, nos seus Estatutos, elaborados, discutidos e aprovado pelo órgão deliberativo da Fundação, devidamente homologados mediante expedição de Decreto pelo Chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo único – Aplica-se, subsidiariamente, a Fundação Marimbeta – Sítios de Integração da Criança e do Adolescente, as disposições constitucionais atinentes à matéria, a Legislação Federal, Estadual e Municipal, pertinente às disposições do Código Civil Brasileiro, Lei Orgânica do Município de Itabuna e o Decreto nº 5.932/2001.

Art. 4º - A Fundação Marimbeta – Sítios de Integração da Criança e do Adolescente, tem como finalidade específica elaborar e executar as políticas municipais que visem contribuir para a criação de condições favoráveis a promoção da cidadania, da educação e dos direitos básicos da criança e do adolescente, priorizando as oriundas de famílias de baixa renda, promovendo o desenvolvimento de suas potencialidades através de atividades complementares sócio-educativas, artísticas-culturais, ecológicas, desportivas e profissionalizantes.

§ 1º - As competências e atribuições específicas da Fundação, de seus órgãos constitutivos e dos respectivos titulares, bem como, sua estrutura organizacional e forma específica de funcionamento, serão normatizados em seus Estatutos, elaborados na forma do disposto nesta Lei.

§ 2º - Para a realização de suas finalidades específicas definidas no caput deste artigo, a Fundação Marimbeta – Sítios de Integração da Criança e do Adolescente, fica devidamente autorizada a utilizar recursos próprios ou celebrar contratos, convênios, termos de parcerias ou outra qualquer transação, ou negócio jurídico com entidades ou órgãos públicos, nos três níveis de governo e poder, bem como os do setor privado, nacionais ou estrangeiros, nos limites do previsto na legislação específica, e devidamente homologados através de Decreto pelo Chefe do Executivo Municipal.

§ 3º - Fica concedida a Fundação Marimbeta – Sítios de Integração da Criança e do Adolescente, isenção de tributos municipais incidentes sobre seus próprios bens e serviços, e temporariamente, sobre aquele cujo uso e gozo lhe pertençam.

Art. 5º -

Art. 6º -



Art. 7º -

Art. 8º -

Art. 9º - O regime jurídico do pessoal da Fundação Marimbeta – Sítios de Integração da Criança e do Adolescente, será o da legislação trabalhista – celetista, observado rigorosamente o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal/88 (...).

Art. 2º - Em toda extensão do texto original do diploma legal ora alterado, deve ser substituída a expressão “Sítio do Menor Trabalhador de Itabuna – SMTI”, por Fundação Marimbeta – Sítios de Integração da Criança e do Adolescente – FMSICA.

CAPITULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

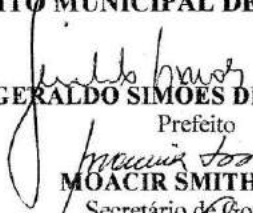
Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta das verbas próprias consignadas no Orçamento Municipal para os exercícios financeiros 2004/2005, ficando a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, autorizada nos termos do art. 10, da Lei Municipal nº 1.738/97, a abertura dos créditos adicionais necessários à transposição, remanejamento ou transferências, disposição e exigências prescritas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º - Por efeito das alterações introduzidas na Lei Municipal nº 1.387, de 19 de novembro de 1987 ora alterada, deverá ser procedida no prazo máximo de 30 dias, contados da data de vigência desta lei, a renumeração da articulação do referido diploma legal, bem como a republicação de seu texto, com as competentes “notações” referentes às alterações a que se reportam.

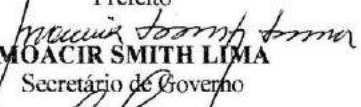
Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial, os dispositivos da Lei nº 1.387/87 ora alterados, em sua redação original.

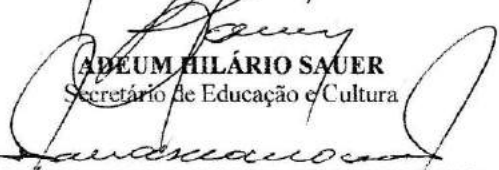
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, em 16 de dezembro de 2004.


GERALDO SIMÕES DE OLIVEIRA

Prefeito


MOACIR SMITH LIMA

Secretário de Governo


ADEUM HILÁRIO SAUER

Secretário de Educação e Cultura


JOSÉ ORLANDO ROCHA DE CARVALHO

Procurador Geral do Município

LEI Nº 1.841, de 27 de dezembro de 2001

EMENTA: Altera a Lei Municipal nº 1.387, de 19 de novembro de 1987, que instituiu a Fundação Sítio do Menor Trabalhador de Itabuna - FSMTI, na parte que indica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.387/87 em epígrafe, doravante passará a vigorar com a redação que segue abaixo:

(...) Art. 1º - A Fundação criada pela Lei Municipal nº 1.387 de 19 de novembro de 1987, passa por força desta Lei, a denominar-se FUNDAÇÃO MARIMBETA - SÍTIOS DE INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Art. 2º - Por efeito do disposto no artigo anterior, no prazo de 15 (quinze) dias, da data da vigência desta Lei, deverá ser procedida a republicação da Lei Municipal nº 1.387, de 19.11.1987, com as alterações decorrentes do disposto nos dispositivos objeto da alteração, com as respectivas "notações" a que se reportam.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, em 27 de dezembro de 2001.

GERALDO SIMÕES DE OLIVEIRA
Prefeito

MOACIR SMITH LIMA
Secretário de Governo

ADEUM HILÁRIO SAUER
Secretário de Educação

LEI Nº 1.842, de 28 de dezembro de 2001.

EMENTA: Prorroga prazo concedido ao Governo do

Estado da Bahia, para a construção de um complexo penitenciário no Município de Itabuna, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica prorrogado por mais 02 (dois) anos, contados à partir da data de vigência desta Lei, o prazo concedido ao **Governo do Estado da Bahia**, para construção de um complexo penitenciário no Município de Itabuna, nos termos do disposto no Parágrafo Único, artigo 1º, da Lei Municipal nº 1763, de 28 de março de 1998.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, em 28 de dezembro de 2001.

GERALDO SIMÕES DE OLIVEIRA
Prefeito

MOACIR SMITH LIMA
Secretário de Governo

EDUARDO JOSÉ BARCELLOS
Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

LEI Nº 1.843, de 28 de dezembro de 2001.

EMENTA: Reconhece de Utilidade Pública a entidade que indica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública, o GRUPO DE APOIO À PREVENÇÃO DA AIDS - GAPA, Núcleo Sul da Barra, entidade sediada à Praça Getúlio Vargas, nº 15, sala 103, nesta Cidade.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publi-











meu Bairro Fonseca

no Bairro Fonseca tem escolas, igrejas, mercados, padaria, vendas.

no fonzeca tem praças, ruas, tem quadras que pode fazer esporte legais.

na fonzeca tem uma praça que se chama Praça da Alegria, na Praça da Alegria os Ônibus passam, param para pegar os passageiros.

As condições de saúde do Bairro é um pouco ruim por que algumas crianças tem gripe, ficam com febre, a higiene do Bairro é que as vezes a lixo fica um tempo lá, depois que o carro da lixo passa, antes do carro da lixo passar, fica aquele cheiro horrível, mas não é todos os dias.

O carro da lixo passa na hora errada, as vezes ele passa tarde demais, as vezes ele passa na hora certa.

há bandido no Bairro fonzeca, eles entram nos casas das pessoas e ficam escondido, e até ficam atirando, mata as pessoas, é muito horrível.

na fonzeca tem cursos legais e importantes, os legais é que tem cursos de arte visual, informática, dança.

O Sítio tem de lazer é a quadra e biblioteca.

O Bairro fonzeca passa muitos Ônibus, carros, e motos, biciletos, não tem postos, a Igreja é assembleia de deus.

o que eu não gosto é que passa carros, e Ônibus, assim quase não dá para brincar no fonzeca não tem parque, para brincar.

A comunidade evangélica,
tem uma pessoa especial, o
líderes é o pastor, ele é que passa a
mensagem para nós.



Idéia

O meu sentimento Fonzeca é que eu
gosto muito, eu adoro.

Aluna da 4ª série da escola Norma Vidora

o bairro fanele

na bairro fanele tem supermercado padarias, mercearias e bembanires.

na bairro fanele tem praças, quadras esportivas.

o Sítio Norma Videla II é um lugar com biblioteca, oficina informática, baile arte verde e etc.

Rua das Rosas jardim primavera e jarranera.

Eu gosto muito do bairro fanele.

as doenças mais comuns do bairro são febre, dor de cabeça, gripe.

o que eu mais gosto do bairro fanele é a minha escola lá eu me divirto muito.

o lixo no meu bairro passa, sempre atrasado inclusive final de semana quando o lixo atrasa ficar sempre armazenado e fede muito as ruas ficam com um cheiro ruim não quem aguenta o fido.

na bairro onde eu moro moram varias bembanires. uma parte do bairro fanele é asfaltado e outras não. eu gosto muito da rua em que eu moro. no bairro fanele tem muitas esgotos em céu aberto mais na rua em que eu moro não tem nenhum esgoto.

tem a igreja adventista do 2º dia, alias eu sou batizada lá e o diale é o pastor gervasio na igreja assembleia de deus o diale é o pastor. iram.

Aluna da escola Norma Videla

3ª série

Meu fonzeca

Nô bairro onde eu more, que se chama fonzeca, existe varios estabelecimentos como: padaria, bomboneira, igrejas, casas, mercearias, praia, escola, lanch.

Não existe muitos lanchos, mais existe a sua, a quadra do meu esqúio, pra mais eu não esquecer.

Existe mais no bairro fonzeca como: sua alga fonzeca, sua primeira, sua praça de fonzeca que é onde fica a praça, tem a sua Raimundo fonzeca. As condicoes de higiene e saúde de fonzeca não piores porque tem o um lugar onde se acumula muito lixo que já se chama "lixão". Mas já tomam providencias.

O lixo, eu não vou falar que é recolhido de maneira regular ou irregular, e sim dos dois. Primeiro! o lixo é recolhido de maneira regular porque vem todos os dias cedo. Segundo! ele é recolhido de maneira irregular porque tem vezes que eles esquecem algumas sacolas de lixo, e também na hora que eles jogam o lixo no caminhão também tem vezes que a sacola cai no chão ou se fogosa e eles deixam lá.

O bairro ~~foz~~ fonzeca tem praça sim, mais não é de lazer e sim dos estudos, carros e motos pararam os lados.

No bairro fonzeca há bandidos mas que eles não roubam e sim furtam maconha, cigarro e outros tipos de droga.

Há asfalto no bairro fonzeca mas em alguns lugares. Existe a eu aberto é que não falta no bairro fonzeca, chega a natureza foi parar na terra.

A comunidade religiosa, a sim líderes mas que eu não sei falar e nem de um que é Raimundo. A associação de moradores é mais ou menos atuante.

O sentimento de amor que eu sinto pelo bairro fonzeca é que eu amo ele e não quero ele por nenhum bairro desse mundo.

(Aluno da 4ª série da Escola Norma Tiedens)

Mul. Bairro Fonzeca

no bairro fonzeca tem padarias tem bar tem mercearias,
 Siquis no bairro fonzeca não tem lugar de lazer não tem campo
 para jogar bola. agora coisa que não presta tem molandro
 depois os carros coisa de pessoal mata no bairro fonzeca
 não é asfaltado muito buraco existe a parte lixo na rua
 lixo muito muito muito eu não gosto do bairro por que tem
 muito buraco não tem onde brincar não é asfaltado tem
 muito molandro no fonzeca não tem posto de saúde não tem
 parque de lazer se tem o escola a praça só um pouco por que
 ela não é arumada agora arumare e ponte ali bonito mais a
 praça não tá bonito como as outras.

mais o fonzeca pode fica melhor esse o prefeito arumare
 o fonzeca se arumare fica bonito que nem todos bairros
 se tampa os buracos betar asfalto fazer um campo arumare
 a praça fazer um lugar para as crianças brincar.

Plano da 4ª sur da escola Norma Lieres 2010 II



Prefeitura Municipal de Itabuna
Número de Imóveis por Distrito e Setor

28/08/2007

Distrito Setor		Nome Bairro	Quantidade
01	04	Bairro FONSECA	9
01	04	FONSECA	1040
01	04	NOVO FONSECA	120
01	05	FONSECA	37
Total:			1206



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

RELATÓRIO ANALÍTICO DE DOMICÍLIOS E PESSOAS CADASTRADOS

CADASTRAMENTO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL - VERSÃO 6.0.4

Critério da Pesquisa: (206 - BAIRRO igual a fonseca)

CNPJ: 14.147.490/0001-68		Itabuna Prefeitura		UF:BA
Cód.Domicílio: 999999380		Situação: Processado		
Endereço: Rua	Margarida	Num: 52	Fonseca	CEP:45607-000
NIS Atual				
16306177842				
Cód.Domicílio: 999999405		Situação: Processado		
Endereço: Rua	Santo Antonio	Num: 59	Fonseca	CEP:45607-000
NIS Atual				
16014378759				
16363953287				
16308755959				
21211535446				
Cód.Domicílio: 999999970		Situação: Processado		
Endereço: Quadra	C	Num: 3 Caminho 4	Fonseca	CEP:45607-000
NIS Atual				
20362197185				
20907242396				
21217316010				
21217320514				
Quantidade de Domicílios: 609				
Quantidade de Pessoas: 2086				